

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Láís Benevenuto de Azevedo

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E O APROFUNDAMENTO DA DEGRADAÇÃO
DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE 2016-2023

UBERLÂNDIA - MG

2024

Laís Benevenuto de Azevedo

**IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E O APROFUNDAMENTO DA DEGRADAÇÃO
DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE 2016-2023**

Dissertação apresentada no curso de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA - MG

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A994i
2024 Azevedo, Laís Benevenuto de, 1996-
Imperialismo, dependência e o aprofundamento da degradação da
Amazônia brasileira [recurso eletrônico] : uma análise de 2016-2023 / Laís
Benevenuto de Azevedo. - 2024.

Orientadora: Marisa Silva Amaral.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5137>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Amaral, Marisa Silva, 1982-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP
38400-902
Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 87, PPGRI				
Data:	10 de abril de 2024	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:40
Matrícula do Discente:	12212RIT019				
Nome do Discente:	Laís Benevenuto de Azevedo				
Título do Trabalho:	Imperialismo, dependência e o aprofundamento da degradação da Amazônia brasileira: uma análise de 2016-2023				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEM)				

Reuniu-se, em sessão pública, por meio de tecnologia de webconferência, na sala I a <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/marisa-silva-amaral> do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Nazira Correia Camely - UFF; Roberta Sperandio Traspadini - UNILA; Marisa Silva Amaral - PPGRI/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marisa Silva Amaral - PPGRI/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Silva Amaral, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/04/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Sperandio Traspadini, Usuário Externo**, em 10/04/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nazira Correia Camely, Usuário Externo**, em 10/04/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5311358** e o código CRC **97794961**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esse trabalho a todos meus queridos companheiros que me acompanham em minha jornada, acadêmica e da vida. Em primeiro lugar, a minha mãe Lucinéa e meu pai José, pelo apoio incondicional, mesmo nas incertezas e por guiarem meus passos da melhor forma, desde sempre. Gratidão que se estende a toda minha família, especialmente minhas avós, por fornecerem acolhimento sempre que precisei.

Em seguida, não poderia deixar de agradecer às amigas e amigos que me acompanharam em toda minha trajetória e ajudaram a me formar enquanto ser humano. Em especial, agradeço à pequena família que formamos graças à graduação. Fernanda, Laura, Milena, Carol, Cecília, Júlia, Rogério, Ruggery, sem vocês eu definitivamente não seria tão feliz quanto sou hoje. Agradeço também ao Marconi, pela parceria, pelo apoio, por verdadeiramente acreditar em mim e se empolgar comigo no processo de pesquisa. Obrigada por estarem a meu lado nos momentos mais difíceis e em comemoração nas pequenas vitórias.

Meus profundos agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, ao corpo docente, à secretaria e à coordenação, por oferecerem apoio e orientação, desde a minha matrícula até a defesa. Também direciono meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio à pesquisa através do fornecimento de bolsa, com o Programa de Apoio à Pós-Graduação.

Deixo ainda meu muito obrigada ao Grupo de Estudos em Capitalismo Contemporâneo (CACO) e todos os colegas que tanto contribuíram para meu crescimento enquanto pesquisadora; colegas com quem tive o privilégio de conviver e com os quais muito pude aprender, desde o fim da graduação. Agradeço também a meus colegas do PPGRI, com quem tive o prazer de vivenciar a pós-graduação, por cada momento de troca nesses dois intensos anos.

Meus mais profundos agradecimentos à Profa. Dra. Marisa Silva Amaral, pela brilhante orientação, parceria e confiança nos últimos anos, e por toda sua contribuição em minha formação enquanto pesquisadora. Um agradecimento muitíssimo especial também às Profas. Dras. Nazira Camely e Roberta Traspadini, por comporem a banca de avaliação deste trabalho e pelas excelentes contribuições, extremamente valiosas ao processo de pesquisa.

Enfim, muito obrigada a todas e todos que, de uma forma ou de outra, permitiram com que esse trabalho se concretizasse.

“hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”

(Che Guevara)

RESUMO

A Amazônia torna-se objeto de espoliação do capital desde seu processo de inserção colonial ao regime de acumulação capitalista. Para além, o saque de suas riquezas, as disputas imperialistas em torno a suas fronteiras e o genocídio e exploração do trabalho forçado dos povos tradicionais amazônidas, fazem parte do movimento violento de consolidação do capitalismo como sistema-mundo. Ao longo da história, as faces da espoliação se modificam, mas em sua raiz permanecem a busca pelo lucro, a posição dependente da economia brasileira e o alinhamento entre burguesia interna, associada, transnacional e o Estado na condução de projetos superexploratórios sobre o território. Observamos, todavia, um movimento de aceleração violenta da espoliação sistemática dos recursos amazônicos, desde 2016; de forma que buscamos investigar na presente pesquisa as condicionantes para tal aceleração e as possíveis mudanças na própria natureza do saque. Nossa hipótese é de que a Amazônia se converte em espaço de valorização de capital em ritmo exponencialmente acelerado, a partir da financeirização do capitalismo, representando território estratégico para a inserção ativa da economia brasileira nos mercados financeiros. E que, a partir daí, o fomento de uma economia neoextrativista pelos governos progressistas da primeira década e meia do século XXI, impulsiona o movimento de organização de classe das burguesias ligadas ao agronegócio. As quais, frente à posterior queda das taxas de lucro, se articulam para uma retomada neoliberal completa do aparato institucional e avanço irrestrito do capital sobre as fronteiras naturais, numa virada neoconservadora e neofascista representada nas figuras de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Nossa análise parte do materialismo histórico-dialético como método e recorre, procedimentalmente, a vasta literatura que aborda as relações de espoliação do capital sobre os fatores de trabalho na América Latina, o movimento mundial de recrudescimento da Acumulação por Espoliação como égide da acumulação capitalista financeirizada e a formação de um pacto de economia político em torno ao neoextrativismo brasileiro, que fomenta o avanço do capital sobre a Amazônia através da burguesia organizada em favor de seus interesses de classe.

Palavras-Chave: Amazônia; Dependência; Neoextrativismo; Financeirização; Divisão Internacional do trabalho.

ABSTRACT

The Amazon has become an object of capital plunder since its colonial insertion process into the capitalist accumulation regime. Furthermore, the looting of its wealth, the imperialist disputes around its borders and the genocide and forced labor exploitation of traditional Amazonian peoples are part of the violent movement to consolidate capitalism as a world system. Throughout history, the faces of spoliation change, but at its root remain the search for profit, the dependent position of the Brazilian economy and the alignment between the internal, associated, transnational bourgeoisie and the State in conducting super-exploitative projects on the territory. We have observed, however, a movement of violent acceleration in the systematic plundering of Amazonian resources since 2016; so that in this research we seek to investigate the conditions for such acceleration and the possible changes in the nature of the withdrawal itself. Our hypothesis is that the Amazon becomes a space for capital appreciation at an exponentially accelerated pace, following the financialization of capitalism, representing strategic territory for the active insertion of the Brazilian economy in the financial markets. And that, from then on, the promotion of a neo-extractivist economy by the progressive governments of the first decade and a half of the 21st century, boosted the class organization movement of the bourgeoisie linked to agribusiness. Which, given the subsequent fall in profit rates, are linked to a complete neoliberal resumption of the institutional apparatus and the unrestricted advance of capital over natural borders, in a neoconservative and neofascist turn represented in the figures of Michel Temer and Jair Bolsonaro. Our analysis starts from historical-dialectical materialism as a method and uses, procedurally, the vast literature that addresses the relations of plundering of capital over labor factors in Latin America, the global movement of resurgence of Accumulation by Dispossession as an aegis of financialized capitalist accumulation and the formation of a political economy pact around Brazilian neo-extractivism, which encourages the advance of capital into the Amazon through the bourgeoisie organized in favor of its class interests.

Key Words: Amazon; Dependence; Neo-extractivism; Financialization; International Division of Labor.

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
Abiec	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
Abiove	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
Abramilho	Associação Brasileira dos Produtores de Milho
ACEBRA	Associação das Empresas Cerealistas do Brasil
AGU	Advocacia Geral da União
AMPA	Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANA	Agência Nacional de Águas
Andef	Associação Nacional de Defesa Vegetal
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Aprosoja	Associação dos Produtores de Soja
ARPA	Áreas Protegidas da Amazônia
Basa	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBA	Congresso Brasileiro de Agribusiness
CCLPI	Convocatória de Consulta Livre, Prévia e Informada
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CIA	Central Intelligence Agency
CLE	Corredores Logísticos Estratégicos
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNOOC	China National Offshore Oil Company
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Cosag	Conselho Superior do Agronegócio
Deter	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real

DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEEs	Gases do Efeito Estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GTS	Grupo de Trabalho da Soja
Ibá	Indústria Brasileira de Árvores
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Icomi	Indústria Comércio de Minérios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPA	Instituto Pensar Agropecuária
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MBVA	Movimento Brasil Verde e Amarelo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados

OIs	Organismos Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Orplana	Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPCDAM	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PT	Partido dos Trabalhadores
Sindiveg	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
SINFERBASE	Sindicato Nacional de Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRB	Sociedade Rural Brasileira
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UC	Unidade de Conservação
UDR	União Democrática Ruralista
UF	Unidade Federativa
UHBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Unica	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
USAID	United States Agency for International Development
WWF	World Wide Fund for Nature

ZFM

Zona Franca de Manaus

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Mapa do Brasil para Unidades de Conservação estaduais, federais e Terras Indígenas por bioma, 2024.....	38
Figura 2: Áreas dedicadas à vegetação nativa no Brasil por Unidade Federativa, 2021	39
Figura 3: Avanço do desmatamento no ano, Brasil, 2022	41
Figura 4: Exportações brasileiras relacionadas ao agronegócio em US\$ bilhões, 2000-2015	68
Figura 5: Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, e presidente Lula.....	70
Figura 6: Mapa Bacia do Xingu referente à área de instalação da Estrada de Ferro 170, 2017	91
Figura 7: Exportações de soja do Mato Grosso por porto, 2013-2022	93
Figura 8: Corredores Logísticos Estratégicos para Exportação, 2017	94
Figura 9: Corredores Logísticos Estratégicos para abastecimento interno, 2017	95

GRÁFICO

Gráfico 1: Tendência mundial de extração doméstica, consumo doméstico e exportação equivalente de matérias-primas, 1970-2024	48
Gráfico 2: Extração doméstica mundial de matérias-primas por grupo em bilhões de toneladas, 1970 – 2024	49
Gráfico 3: Participação na extração doméstica mundial de matérias-primas por região, em porcentagem, 1970-2024	50
Gráfico 4: Extração doméstica e exportações brasileiras de minerais metálicos, em milhões de toneladas, 1990-2016	65
Gráfico 5: Equivalentes percentuais de exportação de matérias-primas por região, 1970-2015	71
Gráfico 6: Toneladas importadas de matérias-primas pela China, por subgrupo, 1970-2015	72
Gráfico 7: Exportações equivalentes de matérias-primas em bilhões de toneladas, Brasil, 1990-2015	74
Gráfico 8: Extração doméstica de biomassa em bilhões de toneladas, Brasil e América Latina e o Caribe, 1970-2015	76
Gráfico 9: Composição relativa dos membros associados à ABAG por segmento, 2003	78
Gráfico 10: Composição relativa do Cosag por segmento, 2007	84

Gráfico 11: Composição relativa do Instituto Pensar Agropecuária por segmento, 2016 89

Gráfico 12: Exportações agropecuárias da região Norte por produto, em toneladas, 2000-2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: DINÂMICA CAPITALISTA E O LUGAR DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	13
CAPÍTULO 2: NEOLIBERALISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO, NEOEXTRATIVISMO E A POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EXPORTADOR	30
2.1 CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO	30
2.2 AS BASES DO NEOEXTRATIVISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ENQUANTO AGRONEGÓCIO NO IMAGINÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO	46
2.3 O PROJETO DE REDISTRIBUIÇÃO CALCADO NA CONCILIAÇÃO DE CLASSES E NO NEOEXTRATIVISMO	51
CAPÍTULO 3: O PROJETO CONSERVADOR EM CURSO E A REPRODUÇÃO DOS INTERESSES DO CAPITAL EXTERNO	61
3.1 DA CONCERTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO AO AGROGOLPE	62
3.2 PASSANDO A BOIADA E O CAPITAL TRANSNACIONAL PELAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: A CAPTURA DO APARATO ESTATAL PELA CONCERTAÇÃO	78
3.3 AGRO-MÍNERO-ENERGÉTICO-NEGÓCIO: EM NOME DE QUEM O PROJETO DE DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA SE CONFIGURA?	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Podemos traçar, desde o último quarto do século XX, uma crescente centralização dos debates em torno à Amazônia brasileira, no que toca à preservação, soberania e possibilidades novas de lucratividade num terreno progressivamente vulnerabilizado pelas mudanças climáticas. Esse mesmo período representa um momento importante de acirramento das contradições do capitalismo, que passa por um processo de financeirização, a fim de se manter a reprodução ampliada do capital no nível que a intensificada acumulação e centralização exigem (Gowan, 2003; Barreto, 2018). Ao correlacionarmos essas evidências, podemos inferir, num primeiro momento, que a região amazônica parece se converter em terreno estratégico de valorização de capital – especialmente de capital fictício – no capitalismo tardio.

A história nos mostra que a Amazônia ocupa posição tática para a geração de lucro no capitalismo, desde seus primórdios enquanto sistema econômico hegemônico. Seja enquanto peça chave do processo de regionalização desigual brasileira, seja no fornecimento de recursos estratégicos ao processo de industrialização das economias centrais, seja como alvo de fluxos monetários internacionais (Leal, 2010; Marques, 2019; Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2021). De todo modo, apesar das relações históricas de espoliação, observamos um movimento de aceleração - em intensidade e em volume - do saque sistemático dos recursos amazônicos, nomeadamente desde a década de 1970. Entre as evidências desse processo, estão a expansão da fronteira agrícola, a modernização técnica e conservadora da agropecuária, a implantação dos grandes projetos minerais e energéticos, além da tendência geral da economia brasileira à desindustrialização da pauta de exportação, à centralização da produção primária e da especulação de ativos no mercado de *commodities* (Delgado, 2005; Marques, 2019). Todavia, talvez o maior indício dessa tendência à aceleração do saque, seja a recente investida violenta do grande capital transnacional sobre as fronteiras amazônicas, a partir do aparato legal-Estatal, sob as figuras de Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, como expressão máxima de retrocesso a quaisquer avanços – mesmo que módicos - demonstrados nos terrenos ambiental e social, durante os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), na primeira década e meia do século XXI (Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2021).

A partir dessas elaborações iniciais, buscamos, portanto, investigar na presente pesquisa: por que e como o Estado brasileiro financia um projeto destrutivo de acelerado avanço do capital sobre a Amazônia Brasileira, desde 2016? Nossa hipótese para os complexos processos envolvidos nas questões postas, parte do posicionamento brasileiro enquanto economia dependente, dentro do modo de produção capitalista, cuja força motriz é o lucro. Isso significa

que apontamos para a dinâmica fundamental de funcionamento do capitalismo - e seus desdobramentos diretos para as economias periféricas - como a condicionante estrutural da consolidação histórica de um projeto saqueador, superexploratório e violento para a Amazônia, que se perpetua e adquire novos contornos agressivos a partir da crise estrutural pela qual passa o modo de produção capitalista (Marini, 1981; Harvey, 2004; Marx, 2013). A possibilidade de extração de valor do trabalho alheio e a lógica de replicação de excedentes em novas frentes lucrativas está, efetivamente, na base da superexploração do trabalho na periferia, mas também de processos superexploratórios dos bens naturais, que seguem a lógica da exploração intensiva e extensiva como compensadora da degradação dos termos de troca no intercâmbio desigual (Marini, 1981; Marx, 2013; Svampa, 2019). A reprodução ampliada ganha, ainda, novos contornos imperialistas e saqueadores frente às percepções de escasseamento futuro dos ativos. Logo, intensifica-se a exploração para a maximização da captura de excedente no mais curto prazo, de modo a assegurar-se a futura elevação dos preços dos produtos primários e extrativos escassos (Marques, 2019).

Essa tendência já está circunscrita ao aprofundamento da concentração e centralização de capitais consolidado em industrial-bancário, desde fins do século XIX, mas torna-se central ao regime de acumulação capitalista, a partir do fenômeno da financeirização, que toma corpo desde o último quarto do século XX (Hilferding, 1985; Gowan, 2003; Lenin, 2010). O bioma amazônico aparece nesse desenvolvimento enquanto uma das mais importantes reservas de valor numa economia especulativa em escasseamento progressivo de recursos, o que se manifesta tanto na intensificação da exploração direta, quanto na implementação de um conservacionismo fundamentalmente alinhado aos interesses imperialistas, os quais também compreendem o processo de saque violento na região (Leal, 2010; Camely, 2018). Abre-se espaço então para a investida irrefreada da concertação transnacional em torno do agronegócio brasileiro sobre a Amazônia, sobre os direitos indígenas, quilombolas e camponeses, sobre as possibilidades de preservação da vida e sobre a classe trabalhadora como um todo. O terreno ambiental impõe mais urgência a esses processos, ao levarmos em conta o ponto de não retorno, a centralidade do bioma para os regimes de chuva nacionais e, portanto, para a segurança alimentar e climática do país e seus vizinhos (Barreto, 2018; Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2021).

Para trabalharmos os temas propostos, construímos a investigação do seguinte modo: no capítulo 1 tratamos da constituição do regime de acumulação capitalista enquanto sistema hegemônico, ancorado em relações, primeiro coloniais e, logo, de dependência entre centro-periferia, que subjagam o território brasileiro e amazônico à condição de reserva patrimonial;

no capítulo 2 recuperamos os desdobramentos da financeirização do capitalismo durante o último quarto do século XX, bem como os processos que dele decorrem para a disciplinarização das economias dependentes a essa nova dinâmica, o que envolve a chamada reprimarização da pauta exportadora, o início do que se tornaria a expansão da fronteira verde para a Amazônia Legal e a ascensão de uma nova geopolítica ambiental, pautada no conservacionismo e no onguismo imperialista ; no capítulo 3 discutimos os recaminhos do capital na economia brasileira no século XXI, o que implica a análise desde a implementação do projeto neodesenvolvimentista neoextrativista dos governos PT até o giro neoconservador e neofascista, que representa as estratégias da burguesia para a maximização da captura de excedente numa economia dependente e financeirizada, que posicionam a Amazônia como território estratégico de valorização de capital, a custo de violência, superexploração e do saque direto; com o qual, por fim, apresentamos algumas considerações finais que articulam esses movimentos.

CAPÍTULO 1: DINÂMICA CAPITALISTA E O LUGAR DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A base de análise do presente trabalho parte da crítica da economia política de Marx, que, através do materialismo histórico-dialético, examina a dinâmica capitalista a partir de sua estrutura com suas implicações – e “replicações” – para a superestrutura, dialeticamente. Mais particularmente, nos interessa, de início, resgatar o tratamento que faz Marx sobre a chamada Acumulação Primitiva, remontando processos que estão na gênese da acumulação capitalista, para, em seguida, avançarmos num breve delineamento em torno das tendências expansionistas do capital que explicam a necessária conformação de uma economia capitalista mundial, revelando o caráter espoliativo, explorador e destrutivo do capital sobre a natureza, sobre a classe trabalhadora e sobre as próprias condições de vida humana na Terra. Buscaremos destacar nesse sentido, através dos instrumentos analíticos fornecidos pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), os contornos específicos que essa dinâmica adquire em escala mundial e, assim, no nível das relações Centro-Periferia que se desdobram de uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que impõe aos chamados países periféricos o papel de economias primário-exportadoras, determinando a superexploração da força de trabalho interna, o espólio de seus recursos naturais e o extermínio de formas não capitalistas de organização da produção e de sociabilidade.

No Brasil, esse processo se manifesta em quatro séculos de uma economia quase que inteiramente baseada em ciclos de *commodities*, que implicam a formação de uma burguesia interna oligárquica, latifundiária e associada aos agentes do imperialismo, bem como a manutenção da subordinação produtiva, representada pela remessa de riquezas às economias centrais via intercâmbio desigual e superexploração do trabalho e dos recursos naturais, combinada à exploração violenta do trabalho em formas pré-capitalistas (ou seja, trabalho forçado, servil e escravizado). Uma breve brecha conjuntural se abre na terceira década do século XX: ao que parece, a oportunidade de construção de um desenvolvimento nacional autônomo, pela via industrial. Todavia, a análise de Marini (1981) nos mostra que a via industrializante se converte em novo elo da espiral de dependência que subjuga as economias periféricas no interior da estrutura capitalista. A fase seguinte de desenvolvimento do capitalismo, marcada pela financeirização do regime de acumulação, pela mundialização do capital e pelo neoliberalismo, segue a demonstrar na prática a continuidade dos processos destrutivos e expansivos do capital.

Mediante as questões postas, é necessário voltarmos a análise às bases da consolidação

do modo de produção capitalista, que decorre da colonização e do posterior estabelecimento das relações de dependência, assim como suas consequências diretas para a conformação da DIT, tal qual participa a economia brasileira - o que envolve a exploração amazônica - até o início do século XX. Em seguida, importa observarmos os processos de modernização tecnológica da estrutura produtiva brasileira, que envolvem desde as estratégias desenvolvimentistas de industrialização nacional até o projeto modernizante-conservador do regime ditatorial para o setor primário. Por fim, lançaremos um olhar à grande rearticulação estrutural do modo de produção capitalista no pós-1970, em torno da financeirização do regime de acumulação e seus desdobramentos para o cenário produtivo e extrativo do Brasil e da Amazônia brasileira.

1.1 OS CICLOS DE *COMMODITIES* COMO EXPRESSÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Um tratamento adequado sobre o capitalismo dependente brasileiro exige, a nosso ver, um resgate acerca da Lei Geral da Acumulação Capitalista, de modo a compreendermos suas principais implicações quanto à formação de uma economia capitalista mundial em bases estruturalmente desiguais e limitantes. Marx (2013), ao tratar da Lei Geral da Acumulação Capitalista, refere-se à tendência ao aumento da composição orgânica do capital como condição para a reprodução em escala ampliada. Isso significa que o capital tende à busca da maior extração possível de produtividade do trabalho, de maneira a se maximizar a produção de excedente e, com isso, as próprias condições de acumulação e expansão do capital (Marx, 2013). Isso porque, basicamente, um processo de sobreacumulação de capital não realizado implicaria em sua desvalorização, de maneira que o capitalista se vê impelido à constante reaplicação do capital em frentes lucrativas; o que pressupõe a continuada expansão do capital para novas fronteiras inexploradas, sejam economias naturais ou territórios de valorização especulativa (Harvey, 2004). Logo, podemos apontar que a reprodução ampliada do capital implica a tendência à mundialização do modo de produção e da lógica de acumulação capitalista, e, portanto, também à internacionalização do capital.

É nesse ponto que entra, obrigatoriamente, em nossa análise, a expansão do capital pelo mundo e, mais especificamente, para a América Latina, num movimento colonial que estabelecerá os primeiros vínculos de subordinação entre centro e periferia, mais tarde convertidos em relações de dependência (Marini, 1981). Definirmos essa dinâmica é essencial para compreendermos a constituição da economia brasileira enquanto essencialmente primário-

exportadora e o caráter estrutural e espoliativo que cerca esses processos e impede a quebra de um padrão de acumulação violento e superexploratório sobre o trabalho e a natureza.

A inserção forçada latino-americana no capitalismo nascente, pela conquista violenta e colonização do território, desafoga a demanda não realizada por insumos, alimentos e meios de pagamento das economias europeias (Marini, 1981; Svampa, 2019). Isso significa que a exploração dos fatores de trabalho nas então colônias permite o estabelecimento de fluxos comerciais e monetários internacionais e a sofisticação dos processos de produção industrial na Europa, desobrigada, em grande parte, da produção alimentícia para sua própria sustentação (Marini, 1981). É por isso que a dominação e exploração do povo e da natureza nos territórios colonizados é base fundante do sistema capitalista mundializado. Só assim é possível que o capital se concentre e se centralize e que os incrementos tecnológicos decorrentes da continuada expansão do lucro culminem na 1ª Revolução Industrial, que estrutura de vez o modo de produção capitalista como sistema hegemônico mundializado (Marx, 2013). A partir do novo momento de desenvolvimento capitalista que se estabelece com a Revolução Industrial estão postas as bases para o que se concretiza com a independência formal das antigas colônias latino-americanas: a formação efetiva das relações de dependência entre Centro e Periferia, definidas pela superexploração do trabalho e a transferência de riquezas da última à primeira.

Na gênese dessa sucessão histórica está a Acumulação Primitiva, síntese dos movimentos iniciais que criam as condições necessárias à instauração da exploração capitalista (Marx, 2013). Através de processos espoliativos – como os cercamentos de terras e a desestruturação das economias naturais feudais ou do Novo Mundo colonizado – uma incipiente classe capitalista surge e passa a alimentar-se parasitariamente do trabalho alheio convertido em mercadoria (Marx, 2013). Isso é importante para compreendermos novamente os impulsos de expansão e internacionalização do capital, que busca apropriar-se de ativos e base monetária através da espoliação pela captura colonial, a fim de aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a captura de excedente (Marini, 1981; Marx, 2013). Ao correlacionarmos essa percepção da tendência à acumulação e expansão do capital como motores geradores do lucro e o condicionamento da especialização produtiva para a remessa de riquezas da periferia ao centro, compreendemos que a subjugação dos territórios latino-americanos à dinâmica espoliativa da DIT está estruturalmente conformada e não pode, portanto, ser superada no interior da própria estrutura.

Agora vejamos como a DIT se relacionada à reprodução ampliada e à transferência de riquezas da periferia. O capital se expande violentamente em escala global, de maneira a garantir sua continuada reprodução ampliada, promovendo a concentração dos processos de

aumento da produtividade do trabalho por meio de incrementos tecnológicos e da extração da mais-valia relativa nas economias centrais (Marini, 1981; Marx, 2013). Ao mesmo tempo, se vale da exploração do trabalho em formas pré-capitalistas ou embasadas predominantemente na extração da mais-valia absoluta e nos processos extrativistas na periferia do sistema para alimentar a industrialização e a modernização que se dá no centro (Luxemburgo, 1970; Marini, 1981). Interessa exportar o modo de produção capitalista para as colônias, capturando-as de maneira que sua produção de excedentes cresça e alimente as economias centrais industriais (Hilferding, 1985; Lenin, 2010). A exportação de capital de empréstimo e industrial constrói toda uma infraestrutura econômica e produtiva capitalista nessas economias periféricas, inserindo-as nos mercados internacionais enquanto exportadoras de insumos industriais e pagadoras de juro, ao mesmo tempo em que absorvem a produção industrial das metrópoles (Hilferding, 1985; Lenin, 2010).

A consolidação das relações de dependência a partir da independência formal das ex-colônias latino-americanas envolve, portanto, a captura por dívida dessas economias pelas principais potências europeias, como a Inglaterra, através do monopólio tecnológico e da exportação de infraestrutura para a América Latina, que garantem até hoje a remessa de riquezas da periferia ao centro, institucionalmente (Harvey, 2004; Marini, 1981). Envolve também – e ainda partindo da condição de monopólio tecnológico das economias centrais – a manutenção da superexploração do trabalho na periferia, que implica não apenas a extração de mais-valia absoluta sem incremento de produtividade, como também a maior compressão possível dos salários dos trabalhadores latino-americanos, impedidos de aceder ao consumo de bens suntuários (Marx, 2013; Marini, 1981). O comércio internacional organizado a partir daí, também propicia a subordinação semicolonial das economias periféricas, cujos produtos primários exportados sofrem com a redução **artificial** da taxa de lucro frente aos produtos industrializados pela formação do lucro médio no comércio inter-ramos, no que se configura como intercâmbio desigual (Marx, 2013; Marini, 1981).

Destacamos que a redução é artificial porque a tendência das atividades extrativas nas quais se extrai lucro via mais-valia absoluta – e não por incrementos tecnológicos, que permitem a extração da mais-valia relativa – é a de maiores taxas¹ de lucro em relação à composição orgânica do capital; ao passo que o movimento oposto se aplica aos produtos

¹ Atentar-se que aqui nos referimos à taxa de lucro, não a volume, o qual certamente se beneficia dos incrementos de produtividade. Por outro lado, podemos dizer que maiores taxas de lucro oferecem uma alternativa menos arriscada, em teoria, à maximização da captura de excedentes, tendo em vista os menores investimentos.

industrializados (Marx, 2013; Marini, 1981). O que ocorre, portanto, é a criação de um lucro médio entre esses diversos ramos de atividade, guiado pelo redirecionamento de investimentos dos capitalistas industriais às atividades extrativas – em busca de maiores taxas de lucro –, o que contribui para a superprodução e a conseqüente desvalorização dos bens primários até um “ponto de equilíbrio” (Marx, 2013; Marini, 1981). Isso garante, na prática, a remessa de parte da mais-valia extraída da periferia para o centro e consolida a superexploração do trabalho da classe trabalhadora latino-americana pelo grande capital internacional (Marini, 1981).

A condição de superexploração, os monopólios tecnológicos e a remessa de riquezas da periferia ao centro - seja por dívida, seja pelo intercâmbio desigual - impedem o desenvolvimento de um mercado consumidor de bens de consumo² nas economias periféricas para além da esfera alta do consumo, restrita às elites e parte da módica classe média (Marini, 1981). O que implica a inviabilidade do desenvolvimento das economias periféricas de primário-exportadoras para industriais - industriais, não industrializadas -, visto que, essencialmente, os setores de produção e consumo se voltam para fora e, portanto, as decisões de política econômica são constantemente pautadas pelas necessidades do centro (Marini, 1981).

Percebemos, dessa forma, que a dependência é um movimento em espiral, que se retroalimenta e se aprofunda estruturalmente, num processo de institucionalização do saque imperialista dentro do Estado soberano e democrático burguês. Partindo dessa leitura, entendemos que a posição primário-exportadora à qual a economia brasileira é designada pelas burguesias estrangeiras e internas em coalizão, possui um propósito estruturante dentro da dinâmica capitalista. Portanto, é uma posição estimulada pelo capital internacional e internamente acatada pela burguesia associada, autoritária e entreguista e, logo, pelo Estado brasileiro em si, enquanto ferramenta de consolidação dos interesses do capital. Essa postura pode ser ligada historicamente à gênese da burguesia interna no Brasil constituída pelo poder colonial durante o impulso inicial dos processos de Acumulação Primitiva do capital em escala mundial para servir aos interesses da Coroa. Mas reverbera em atualizações dessas relações ao longo do tempo, em relação ao poder imperialista que se sobressai. Isso significa que o movimento em espiral de dependência é estruturalmente conformado, mas encontra agentes internos e externos que tornam possível, política e economicamente, sua execução.

De forma que o que Marini (1981) demonstra é a ineficiência da tentativa de quebra do padrão dependente dentro da estrutura capitalista, exemplificado materialmente pelo processo

² Esses bens de consumo se classificariam como bens suntuários na periferia, segundo aponta Marini (1981), devido à restrição de acesso a seu consumo pela maior parte da população.

conjuntural de industrialização brasileira, que toma corpo de 1930 e fracassa já nas últimas décadas do século XXI. O que observamos até essa brecha conjuntural no século XX, são basicamente quatro séculos de ciclos de exportação de *commodities*, segundo o diagnóstico de Paulani (2012) sobre o que identifica como as duas primeiras fases de inserção brasileira no regime de acumulação capitalista mundializado. Paulani (2012) especifica uma primeira fase, colonial, na qual o Brasil participa do processo de Acumulação Primitiva de capital como “reserva patrimonial” e objeto de espoliação de matérias-primas e minerais metálicos. E uma segunda fase, marcada por sua posição produtora de bens primários, que variam ciclicamente e contribuem com o processo de acumulação das economias centrais³ (Paulani, 2012). Os quais para efeitos práticos, resguardados os devidos pormenores, nos referimos a esses períodos - que abarcam do início do século XVI ao início do século XX - em conjunto, dadas as semelhanças produtivas no que diz respeito à prevalência de um modelo econômico extrativista de composição orgânica baixa, majoritariamente baseada no setor externo e incapaz de formação de um mercado consumidor interno suficientemente robusto, capaz de estimular um nível minimamente mais sofisticado de industrialização nacionalmente articulada. Processo que veremos se desenvolver a partir de 1930 e, com mais força, de 1950, com a ascensão das políticas desenvolvimentistas domesticamente. Observemos mais de perto esses desdobramentos e suas implicações para uma modernização técnica e conservadora da agropecuária, que estabelece o *agribusiness* no Brasil, e fomenta a expansão da fronteira verde para a Amazônia, situando a região como território estratégico à acumulação de capital nacional e transnacional.

1.2 INDUSTRIALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A NOVA ESPIRAL DA DEPENDÊNCIA

A industrialização conjuntural da América Latina, iniciada durante as décadas de 1930 a 1950, nos demonstram os limites nítidos de desenvolvimento capitalista possível para uma economia dependente. Como brevemente adentramos na seção anterior, Marini (1981) explora e expõe as dinâmicas estruturais a que está submetido o capitalismo *sui generis* latino-americano e a permanência desses processos mesmo pela via desenvolvimentista industrializante, incapaz de quebrar com a distensão dos ciclos de capital, com a

³ Percebemos nessa caracterização uma linha de raciocínio próxima à de Marini (1981), conquanto haja distinção entre situação colonial e relação de dependência. A primeira embasada na simples espoliação violenta e a segunda em processos mais complexos de especialização produtiva (Marini, 1981)

superexploração do trabalho e com o intercâmbio desigual, que caracterizam a subordinação das economias periféricas. Podemos adicionar que, mais que ineficiente na resolução do desenvolvimento desigual na periferia, a industrialização conjuntural que abarca a América Latina faz parte de um processo de acirramento das contradições do capitalismo em sua fase monopolista que irremediavelmente mergulha em situação de crise estrutural ao final do século XX. A base para essa reconfiguração produtiva é o redirecionamento de capitais do centro à periferia, a partir da crise de sobreacumulação de capital nas economias industriais, e seu produto é a constituição de uma nova DIT e o aprofundamento dos monopólios tecnológicos, em meio à consolidação do que Lenin (2009) denomina etapa monopolista/imperialista da acumulação capitalista.

Para traçarmos mais diretamente as conexões entre industrialização latino-americana, imperialismo, crise estrutural do capitalismo e financeirização, observemos os movimentos internacionais que precedem a brecha desenvolvimentista para as economias periféricas. O início do século XX é marcado, nas economias industriais/centrais, como momento de transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, que abarca a exponencial inter-relação entre capitais bancário e industrial, num processo ainda muito inicial de financeirização dessas economias, que começa a transcender as barreiras nacionais e a expressar-se estruturalmente na economia internacional (Hilferding, 1985; Lenin, 2009). É a semente do capital transnacional financeirizado. A despeito dos movimentos específicos que culminam na monopolização das economias centrais domesticamente, nos é útil compreender que esse mesmo movimento passa a se consolidar também globalmente, a partir do avanço da concentração e centralização de capitais industrial-bancário, que busca extrair maior lucratividade fora de suas fronteiras, em especial nas economias periféricas (Hilferding, 1985; Lenin, 2010). A maior lucratividade advém de acesso a mão-de-obra e insumos a menores custos, financiamento estatal, vantagens competitivas, valorização cambial - em relação às moedas nacionais das economias periféricas - e menores dispêndios com taxaço (Hilferding, 1985). Todas essas características advindas dos processos de superexploração do trabalho e dos recursos naturais, de intercâmbio desigual e endividamento das economias dependentes.

É claro que, nesse momento, prevalecem nas economias nacionais mecanismos protecionistas, que impedem o fluxo irrestrito de capitais. De forma que o imperialismo se torna parte constitutiva do processo de monopolização do regime de acumulação capitalista, responsável por pressionar política, econômica e mesmo militarmente a entrada dos capitais industriais-bancários em territórios de valorização (Lenin, 2009). A exportação de capital sobreacumulado adquire papel central nessa dinâmica, somando-se ao intercâmbio desigual

como garantia de transferência de riqueza da periferia ao centro, num verdadeiro impulso neocolonial (Harvey, 2004; Lenin, 2009; Marini, 1981). E é aqui que encontramos a ligação direta entre a reestruturação do regime de acumulação capitalista sob a tendência à monopolização e ao imperialismo, e a industrialização conjuntural das economias latino-americanas, responsável por reordenamentos produtivos internos próprios na América Latina. Reordenamentos esses que, a despeito do momentâneo arranco ao desenvolvimento nacional, convertem-se no aprofundamento das relações de dependência, a partir da nova DIT e da financeirização da economia mundial, da década de 1970 em diante. Mas, antes de adentrarmos a crise do projeto industrializante, precisamos esmiuçar seu momento de implementação e suas condicionantes.

A base do projeto desenvolvimentista da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) é o redirecionamento de capitais industriais-bancários e de tecnologias do centro à periferia, que toma curso como parte da aceleração da exportação de capitais frente à crise de sobreacumulação que atinge as economias industriais (Harvey, 2004; Lenin, 2009; Paulani, 2012; Tavares, 2016). Essa conjuntura internacional de crise atinge a América Latina pelo estrangulamento do setor externo, frente à impossibilidade de importação de manufaturados e, principalmente, de exportação de produtos primários, com a consequência imediata da superprodução de *commodities* não absorvidas por falta de demanda externa e um aparente deslocamento do centro dinâmicos dessas economias para dentro de si próprias (Paulani, 2012; Tavares, 2016).

Nos referimos ao deslocamento do eixo dinâmico como apenas aparente por duas razões. Em primeiro lugar, porque a subordinação externa não é resolvida, tendo em vista que a industrialização incorre em solução imediata à crise de sobreacumulação de capitais do centro, ao mesmo tempo que é esse fluxo de capitais estrangeiros, através de financiamentos, investimentos externos diretos e transferências de tecnologia e maquinário obsoletos, que permite a construção das pautas industriais (Marini, 1981; Tavares, 2016). Isso porque o estrangulamento externo que diminui expressivamente a exportação de produtos primários afeta também expressivamente a capacidade de atração de divisas, necessárias ao pagamento das dívidas externas dessas economias, bem como à importação dos bens de capital essenciais à produção industrial. Ou seja, esse movimento é conformado desde fora e responde diretamente às necessidades das economias centrais (Marini, 1981). Em segundo lugar, porque a dependência da exportação de produtos primários para a atração de divisas e da importação de

bens de consumo não é de todo resolvida⁴, tornando-se central novamente, a partir da recuperação econômica do centro, pós-crise (Marini, 1981; Tavares, 2016).

A paulatina recuperação da “saúde” econômica internacional, colabora para o surgimento de uma nova DIT, em que as economias periféricas se especializam na produção industrial de baixa complexidade, enquanto as economias centrais promovem incrementos de produtividade ainda maiores internamente (Marini, 1981). Esse processo propulsiona os monopólios tecnológicos e mina qualquer possibilidade de competitividade ou desenvolvimento comparado para a periferia (Marini, 1981). Em decorrência da nova DIT e do ciclo do capital das economias periféricas, surge o que podemos elencar como terceiro motivo pelo qual não ocorre um deslocamento real do eixo dinâmico, a partir da industrialização: o fenômeno do subimperialismo⁵, enquanto expressão da repercussão regional da estrutura dependente.

O raciocínio central que extraímos dessa resumida análise sobre a ISI, seus antecedentes e repercussões, é a estruturalidade da dependência, que impõe limites claros e intransponíveis, dentro da lógica do capital, ao desenvolvimento comparado da periferia. A especialização produtiva, a superexploração do trabalho e a deterioração dos termos de troca na periferia são essenciais para o salto tecnológico que se desenrola na I Revolução Industrial no centro e, novamente, para a recuperação econômica no pós-Segunda Guerra; de maneira que as economias periféricas servem ao escoamento de capitais sobreacumulados e, mais uma vez, suprimento das “necessidades básicas” – agora também industriais – no comércio internacional, que permitem o avanço tecnológico das economias centrais.

Estamos tratando aqui, portanto da impossibilidade de superação da condição primário-exportadora para as economias periféricas, mesmo no momento mais propício à sua industrialização na história do modo de produção capitalista. Condição que só se acirra ao levarmos em conta o estágio monopolista/imperialista do desenvolvimento capitalista e sua repercussão financeirizada da década de 1970 em diante. Isso implica que, para além da superexploração do trabalho, um processo de superexploração dos recursos naturais está na base da acumulação capitalista na periferia e servem como compensadoras à deterioração dos

⁴ Nessa direção, ainda podemos apontar que a indústria nacional não se desenvolve a ponto de se tornar competitiva no comércio internacional, no que diz respeito aos produtos de maior valor agregado – com exceção de alguma entrada na América do Sul – e passa a se posicionar, após a recuperação das economias centrais, como indústria menor, necessária a suprir as brechas e as cadeias industriais de maior tecnologia incorporada; o que, em si, conforma a nova DIT.

⁵ Não entraremos, no presente trabalho, numa discussão mais aprofundada sobre o subimperialismo, por escolha do recorte de pesquisa. Contudo, não podemos deixar de destacar - ao menos nominalmente - o fenômeno, como uma das importantes replicações da condição de dependência brasileira.

termos de troca, monopólios tecnológicos na nova DIT e consequente diluição artificial e forçada de lucros das classes capitalistas periféricas. É, uma vez mais, a Lei Geral da Acumulação capitalista como base de processos superexploratórios, que, portanto, não podem ser quebrados ou sequer refreados dentro de um modo de produção guiado primariamente pelo lucro. A superexploração do trabalho e da natureza na periferia, é o motor de funcionamento do capitalismo mundializado. Logo, o imperialismo como fase última de desenvolvimento desse sistema, nas palavras de Lenin (2009), é o eixo central que permite sua reprodução.

Tendo em vista a “inescapabilidade” da condição primário-exportadora periférica, que se manifesta com mais arroubo no capitalismo financeirizado pós-1970, faz-se necessário olharmos o estado de desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro, para compreendermos a construção do agronegócio ao final do século XX, através de seus antecedentes. O cenário do pensamento sobre a questão agrária no Brasil pré-ditadura pode ser definido, segundo Delgado (2005), em 4 principais frentes. Os três primeiros grupos - a Cepal, alas reformistas da Igreja e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) - apesar de divergentes, situavam-se a favor da reforma na estrutura agrária brasileira, ou pelo menos reconheciam os profundos problemas que engendravam na sociedade e economia nacionais - como os conflitos fundiários e violência no campo, bem como pressões inflacionárias - (Delgado, 2005). O quarto grupo - constituído por pensadores econômicos conservadores - rejeitava críticas à estrutura agrária e fundiária brasileira, defendiam uma modernização técnica do campo sem reforma agrária e apontavam para os benefícios do modelo produtivo primário da época (Delgado, 2005).

Com o golpe de 1964 e durante a ditadura, podemos observar que de fato são aplicadas as teses do grupo referente aos economistas conservadores, dos quais destacamos o papel central de Delfim Neto (Delgado, 2005). O economista - que se tornaria Ministro da Fazenda em 1967, durante o governo Castelo Branco - argumentava que os preços dos produtos agrícolas não eram responsáveis pela pressão inflacionária no pós-guerra, por seguirem trajetória de crescimento aquém da dos preços dos produtos industriais; apontava a necessidade de expansão e diversificação das exportações agrícolas; e diagnosticava que a estrutura agrária não necessitava de reformas e, tão somente de uma modernização técnica, para cumprir sua função histórica no crescimento e desenvolvimento nacionais (Delgado, 2005). Ou seja, sai de pauta, mesmo que forçosamente, o debate da reforma agrária e avança-se na retórica - e na práxis - da modernização técnica-conservadora. Isso era justificado a partir de uma análise macroeconômica fundamentalmente econométrica do setor primário e de sua relevância para a economia brasileira, que rejeitava qualquer espécie de modificação estrutural de cunho social

(Delgado, 2005). Dessa forma, o debate da questão agrária transpõe-se para o campo estritamente econômico - do ponto de vista neoclássico - enfoca a expansão e produtividade do setor e consolida um “[...] pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador.” (Delgado, 2005, p. 61)

A modernização técnica-conservadora do setor primário brasileiro é marcada pela diversificação e setorização produtiva primária, verticalização para aumento de produtividade, incrementos tecnológicos impulsionados pela Revolução Verde, investimento político no fomento a linhas de crédito e financiamento rural e integração da agropecuária à indústria e às cidades (Graziano, 1985; 1998; Delgado, 2012). Esse pacote é desenvolvido em resposta à crise que assolava o setor primário brasileiro, estagnado e pouco produtivo, bem como projeto de repressão aos movimentos populares em favor da reforma agrária, o que demonstra suas fortes ligações com as oligarquias rurais latifundiárias e a proteção à lucratividade do setor que se modernizava via substituição de importações de insumos básicos à produção agropecuária e ao processamento de matérias-primas (Delgado, 2005; 2012).

Os resultados em produtividade rural são intensos, com um aumento de quase vinte vezes da produção de fertilizantes a base de Nitrogênio, Sódio e Potássio (NPK), entre 1960 - com 105 mil toneladas - e 1980 - com 1817 mil toneladas - (Delgado, 2012). Nota-se que a produção de fertilizantes não implica apenas maior produção agrícola, como a própria produção industrial envolta na fabricação do insumo. Além de uma expansão do mercado interno de consumo da produção agrícola, tanto em termos das famílias, quanto da pecuária e das próprias indústrias de processamento e exportação (Delgado, 2012). Exemplo que denota o que de fato abarca a formação dos complexos agroindustriais e seus efeitos sociais: industrialização do campo e progressiva urbanização da população (Hirschman, 1987; Graziano, 1998)

A intensa urbanização e o êxodo rural modificam diversos aspectos da realidade material e da própria sociabilidade no interior do território, como ampliação do acesso à saúde e educação, que eleva os níveis de alfabetismo e a expectativa de vida consideravelmente, bem como crescimento da renda média *per capita* (Hirschman, 1987). No entanto, observamos uma relativa fragilidade da manutenção a longo prazo desses relativos avanços em qualidade de vida – o que efetivamente se concretiza com a crise de fuga de capitais da década de 1980 -, tendo em vista que se baseiam numa estruturação produtiva progressivamente voltada para o predomínio de um setor primário altamente concentrado e progressivamente automatizado⁶,

⁶ Sem mencionar a prevalência de uma agropecuária 4.0, intensiva no uso da terra, na aplicação de agrotóxicos, na utilização de sementes geneticamente modificadas, entre outras técnicas altamente prejudiciais à saúde

com menor demanda de força de trabalho, combinado a um setor de serviços inflado e vulnerável às constantes flutuações da economia nacional e internacional no regime pós-fordista de acumulação capitalista (Marini, 1981; Delgado, 2012).

Mais um agravante da desigualdade distributiva está na regionalização desses movimentos de reestruturação produtiva nacional. Tanto os projetos de modernização agropecuária, quanto o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, se localizam especialmente no eixo centro-sul, contribuindo para o fomento dessas regiões em termos de desenvolvimento econômico (Delgado, 2012). A região Norte e a Amazônia aparecem nesse escopo enquanto reserva patrimonial de recursos naturais da floresta e cenário de especulação fundiária, tendo sido praticamente abandonadas em larga escala às tradicionais atividades extrativas da região (Delgado, 2012). Nota-se, no entanto, que a fronteira agrícola modernizada já se expandia para o Centro-Oeste, iniciando um avanço para a Amazônia Legal, especialmente pelo estado do Mato Grosso, que começa a apontar o território amazônico como o “futuro” do agronegócio brasileiro (Delgado, 2005).

Isso se torna um problema em diversas frentes. Em primeiro lugar, as comunidades extrativistas tradicionais são importante pilar, até os dias atuais, de preservação da floresta em pé em faixas contínuas, e o desinteresse estrutural nesse tipo de atividade coloca em risco a manutenção do modo de vida dessas pessoas e de seu direito à terra, essencial para seu trabalho. Em segundo lugar, a valorização da especulação financeira sobre a propriedade da terra na Amazônia fomenta os conflitos fundiários, eleva o poder econômico das elites latifundiárias e oligárquicas regionais – não necessariamente locais, tendo em vista que muitos proprietários são de origem sul-sudestina - e impulsiona o desmatamento, a implementação de pastagens ou, ainda pior, de numerosos terrenos improdutivos, que reconfiguram as paisagens, a produção, a política e o trabalho na região amazônica, de maneira destrutiva (Marques, G. 2019).

Desde pouco antes do golpe militar, mas principalmente depois da Operação Amazônia (1966), os incentivos fiscais, inicialmente diminutos e restritos à indústria, se ampliaram e migraram acentuadamente para a pecuária, provocando, além do desvio de enorme volume de recursos públicos, intensa busca por terras para a conformação de fazendas. Para isso, os grandes proprietários recorreram aos mais variados métodos, legais ou não, pois quanto maior o tamanho da terra, maior o montante de dinheiro público a receber. [...] Ao incluir a produção madeireira e agropecuária entre os setores incentiváveis e ao reconhecer o valor das terras como recursos próprios (e contrapartida de capital) dos que viessem a pleitear a ajuda financeira, o Estado estabeleceu íntima relação entre incentivos fiscais e grande propriedade da terra. (Marques, G. 2019, p. 155-157)

ecossistêmica e humana. Além da desagregação social das comunidades rurais, conflitos no campo, mazelas que permanecem na vida rural brasileira.

Os incentivos fiscais à agropecuária - fortemente acentuados pelos governos ditatoriais militares, face a seu projeto de modernização técnica-conservadora do setor primário – exigiam apenas a propriedade da terra como garantidor de acesso aos recursos, de modo que “[...] a propriedade da terra, ao permitir ganhos especulativos e ganhos de fundação (nas novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado), tornou-se um ativo alternativo para o grande capital”. (Graziano, 1998, p. 27)

Concomitante ao incentivo indireto à grande propriedade, efetivamente tomou lugar um movimento de estrangeirização de terras e entrada massiva de capitais transnacionais na região (Delgado, 2012; Marques, G. 2019). Empresas como Volkswagen, Coca-Cola e Pirelli, além de empresas minerais como Alcan e Alcoa, foram algumas das beneficiadas por isenções e incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (Marques, G. 2019). Aqui podemos observar uma mudança chave no papel da agropecuária na economia política brasileira, que se tornará peça fundamental no desenvolvimento da narrativa do agronegócio que embasa o atual modelo de produção e reprodução de capital: a crescente integração entre agricultura e indústria (Delgado, 2005). É a formação do que Graziano (1985) define como complexos agroindustriais, que carregam consigo novas relações de poder - por exemplo, entre o capital transnacional e as oligarquias latifundiárias regionais - com impactos contemporâneos.

Além do projeto modernizante e articulador interregional de modernização primária e formação de complexos agroindustriais, a corrupção intrincada do regime ditatorial militar era outro grande estímulo para implantação desse tipo de incentivo (Delgado, 2012; Marques, G. 2019). Ademais, predominava uma perspectiva militarista de ocupação dos “espaços vazios” amazônicos, pelo grande capital, em combate à crescente organização sindical dos pequenos produtores, com apoio da Igreja Católica e das guerrilhas do Araguaia, que se organizavam na região em oposição à ditadura (Marques, G. 2019). De forma que o capital se organiza para se perpetuar, através da legalidade, da ilegalidade, de todo tipo de violência e do poder econômico, ao longo das décadas.

1.3 CRISE DO REGIME DE ACUMULAÇÃO: FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO CAPITALISMO IMPERIALISTA

Exemplo das reorganizações do capital para sua perpetuação são os movimentos desencadeados pelo processo de financeirização do capitalismo, promovido pelos EUA a partir dos choques do petróleo de 1973 e do juro de 1979, que desarticulam toda a produção industrial

e posicionam a economia latino-americana irremediavelmente subordinada ao dólar e ao setor extrativo (Gowan, 2003). Segundo Gowan (2003), o governo dos EUA coloca em curso seu projeto de recuperação hegemônica mediante à possível janela de oportunidade que a cartelização do fornecimento de petróleo, na figura da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), poderia abrir para a centralização do dólar enquanto moeda internacional autolastreada, objetivo estadunidense desde as negociações de Bretton Woods. A articulação em volta da crise fabricada de aumento do preço do petróleo impossibilita a equiparação cambial de qualquer outra moeda em relação ao dólar, implementa a chamada reforma monetária internacional - que transferiria o poder decisório dos bancos centrais nacionais para as instituições privadas - e força as economias japonesa e europeias, abaladas pela crise, a aceitarem o chamado padrão dólar puro (Gowan, 2003).

A reforma monetária internacional permite que os principais produtores de petróleo cartelizados, a partir da receita extra que não conseguiriam aplicar produtivamente, exportassem os chamados petrodólares para países em déficit comercial através das instituições financeiras privadas, majoritariamente estadunidenses (Gowan, 2003). A receita extra mencionada é produzida pelo aumento do preço do petróleo, que gera maiores lucros, mas que quebra as economias latino-americanas, europeias e japonesa, minando fontes importantes de investimento produtivo, que são realocados para esses mesmos países em crise através de linhas de crédito e financiamento em dólar, pelas instituições financeiras privadas estadunidenses (Gowan, 2003). O governo dos EUA incentiva seus bancos privados nacionais a fazerem a reciclagem dos petrodólares, ao remover os controles de capital americano, garantir subsídio em caso de prejuízo e eliminar o teto de empréstimos por tomador (Gowan, 2003). Aqui fica nítido o protagonismo do Tesouro Americano e de seus articuladores de política econômica na orquestração internacional que estabelece o padrão dólar-puro.

O projeto envolve - e efetivamente se vale - da abertura forçada das economias nacionais ao capital financeiro de Wall Street e da vinculação subordinada dos setores produtivos ao setor das finanças (Gowan, 2003). Isso porque as economias em recuperação pós-choque do petróleo passam a depender, para sua estabilidade monetária, mais da aquisição de crédito com as principais instituições financeiras privadas e organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) - majoritariamente financiadas por capital estadunidense - do que de uma balança comercial superavitária (Gowan, 2003). No último, as decisões de investimento produtivo ficam secundárias à estabilidade monetária associada à aquisição de crédito e à atração de investimento financeiro e, virtualmente, dependem dessas fontes agora primárias de divisas. De maneira que os preceitos econômicos

neoliberais e de mundialização do capital são forçosamente inseridos nas economias nacionais, por esses mesmos organismos multilaterais financeiros ou pelos próprios operadores financeiros e capitalistas rentistas, para garantir a ingerência estadunidense sobre as decisões domésticas de política econômica (Gowan, 2003). Esse quadro desestimula - ou mesmo impede, num primeiro momento - o investimento produtivo, em especial nas economias latino-americanas, em posição dependente e com projetos ainda incipientes de industrialização a nível nacional. O que observamos então são pelo menos duas décadas de estagnação e tentativa de estabilização econômica na região e, em seguida, um retorno do crescimento pautado pelo setor primário, com o estímulo estatal às atividades extrativas capital intensivas, no que se configura enquanto neoextrativismo (Svampa, 2019; Sauer; Oliveira, 2022).

Trazendo a análise mais em específico para o caso brasileiro, Paulani (2012) pontua que, imediatamente após a crise desencadeada pelo choque do petróleo, o país se insere de maneira passiva na dinâmica econômica financeirizada. Ou seja, as políticas macroeconômicas são orientadas reativamente ao que é imposto pelo mercado, pelos organismos multilaterais e pelos EUA. A crescente financeirização da economia capitalista pós-70, a mundialização do capital, a transnacionalização das cadeias globais de valor e a crescente liberalização à entrada e saída de investimentos rentistas, contribui para a presença de interesses externos na região amazônica; e o fato de o Estado acatar a esses interesses, só ressalta a continuidade das profundas relações de dependência às quais o Brasil, enquanto economia periférica, está submetido (Marini, 1981; Gowan, 2003; Marques, G. 2019). Esse processo denota ainda, a tendência da acumulação por espoliação como estratégia base de expansão do capital no regime de acumulação financeirizado.

Ao mesmo tempo, a crise energética que predomina nessa conjuntura, não apenas impulsiona a produção sucroalcooleira nacional, reforçando ainda mais os complexos agroindustriais voltados à atividade, como torna a Amazônia território de interesse para a produção energética e mineral alternativa a economias altamente abaladas pela crise, como o Japão (Delgado, 2012; Marques, G. 2019). Aspecto esse importante para compreendermos o avanço da exploração mineral e da implantação da infraestrutura modal e energética necessárias a projetos desse aporte, absorvidas pelo pacote do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ou seja, com primordial incentivo e envolvimento estatal (Marques, G. 2019). Deste desenvolvimento nascem projetos como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) no rio Xingu – que só se concretiza em 2011, durante o primeiro governo Dilma, em razão de forte oposição popular -, a exploração de bauxita no rio Trombetas pela Alcan, a crescente importância da extração do ferro-gusa na Serra dos Carajás, a construção da rodovia

Transamazônica e outras iniciativas da indústria extrativa, voltada para a exportação (Marques, G. 2019). Iniciativas que geram poucos ganhos domésticos, seja em termos de trabalho, de desenvolvimento regional ou sequer de arrecadação fiscal, tendo em vista a predominância das companhias estrangeiras e do alto financiamento estatal nos megaprojetos.

A partir da crise cambial desencadeada em 1982 pela fuga de capitais, decorrentes dos choques do petróleo e do juro, o Brasil redireciona seus esforços em investimentos produtivos para o restabelecimento da estabilidade econômica, através da adoção de políticas macroeconômicas de austeridade, que garantissem a obtenção de crédito com instituições financeiras multilaterais, como FMI e BM, grandes responsáveis pela generalização da implementação de políticas econômicas alinhadas aos preceitos neoliberais pelo mundo (Gill e Law, 1989; Delgado, 2005; 2012; Paulani, 2012). É claro que essa mudança de rumos não é imediata e podemos observar a permanência de robustos investimentos em grandes projetos produtivos, especialmente pelo II PND, com resultados positivos para a indústria, que contribuíam para o otimismo de algumas análises conjunturais:

Desde 1983, vem se conseguindo um excedente muito grande no comércio exterior, o qual se deve, em partes aproximadamente iguais, à vigorosa expansão das exportações, principalmente de manufaturados, e a um corte profundo nas importações, que não interferiu com a forte recuperação da atividade econômica interna. Em contraste com o caso da Argentina e do México, somente uma parcela muito pequena da dívida do Brasil se deve à fuga de capital interno; os empréstimos serviram principalmente para construir projetos industriais de larga escala e outros projetos implementados durante a década de 70. O Brasil efetivamente atravessou uma forte recessão em 1981-1983, mas retomou o crescimento em 1984 como resultado de um impulso crescente nas exportações; em 1985, a taxa de crescimento aumentou para 8% e o índice de emprego disparou. (Hirschman, 1987, p. 8)

Precisamos nos atentar, entretanto, que parte importante da produção industrial se volta basicamente para a realização de atividades extrativas, primário-exportadoras, quase que em sua totalidade voltadas para os interesses externos. O que denota importante aspecto em termos dos rumos estratégicos de inserção internacional da economia brasileira no capitalismo financeirizado. Aqui já podemos observar os elos diretos entre mudanças estruturais econômicas, no cenário internacional, e suas traduções políticas no meio rural, no Brasil, em resultado de conformação ao regime transnacional de acumulação capitalista. O foco no setor primário ou na indústria extrativa, se relaciona ao arrocho do setor externo, enquanto estratégia dos últimos governos ditatoriais ao superávit da balança comercial, sem a necessidade de grandes gastos em importação para a produção (Delgado, 2012). Contudo, nesse estágio do desenvolvimento capitalista, a manutenção da balança comercial superavitária não é suficiente para o equilíbrio doméstico e as exigidas compensações financeiras ao capital externo corroem

boa parte da arrecadação e impedem o aquecimento do mercado interno, mesmo mediante os bons resultados comerciais e produtivos (Gowan, 2003; Delgado, 2012).

Com a crise cambial de 1982, adotam-se medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que então não tinham pretensão de estratégia de longo prazo, mas que irão configurar no campo econômico uma espécie de embrião do apelo à exportação de commodities como via de equação do déficit persistente nas “transações externas”. A efetivação dessa orientação como estratégia econômica somente ocorrerá nos anos 2000; quando a pauta exportadora passará por forte processo estrutural de “reprimarização”. (Delgado, 2012, p. 77 e 78)

Do período da redemocratização até a virada do século, a abertura econômica, face ao estrangulamento externo provocado pelas fugas de capitais descritas, impulsionam um movimento de concentração de terras e capitais na agricultura e o desenvolvimento de um setor primário voltado para os mercados de ativos, ao mesmo tempo que o debate sobre reforma agrária e redistribuição fundiária como um todo, volta à pauta nacional, impulsionado pelas forças sociais atuantes livremente novamente (Delgado, 2005). Aqui podemos observar uma “prévia” do que futuramente se constituirá em neoextrativismo na América Latina, durante os governos progressistas da Onda Rosa. Antes, no entanto, precisamos voltar os olhos ao momento de “inserção ativa” brasileira no capitalismo financeirizado, como denominado por Paulani (2012), e suas repercussões para a reconfiguração extrativista nacional.

CAPÍTULO 2: NEOLIBERALISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO, NEOEXTRATIVISMO E A POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EXPORTADOR

Como caracterizado anteriormente, a década de 1970 representa ponto de virada para o processo de desenvolvimento do regime de acumulação capitalista, que atinge o patamar de financeirização frente ao grau de concentração e centralização de capitais, que exigem uma velocidade e volume de reprodução acima das capacidades de absorção de mercado, assim ensejando um crescimento sobre capitais fictícios. O ponto central dessa nova dinâmica de acumulação financeirizada é o que Harvey (2004) aponta enquanto sua égide de reprodução: a Acumulação por Espoliação⁷. Que embasa grande parte das rearticulações nacionais e internacionais no que diz respeito à adoção do neoliberalismo como doutrina fundamental macroeconômica⁸. Observemos as principais delas e suas implicações diretas para a construção de uma economia essencialmente neoextrativista no Brasil, em que a Amazônia se converte em reserva especulativa e território de valorização de capital.

Para tal, abordaremos: 1) a ideia de concertação global do capital transnacional, como a rearticulação das estratégias imperialistas e do capital monopolista para a maximização da captura de excedente no terreno global via acumulação por espoliação; 2) o fomento a uma economia do agronegócio no Brasil, como mecanismo de inserção ativa nacional no capitalismo financeirizado e as implicações desse modelo para a intensificação da superexploração dos fatores de trabalho na Amazônia brasileira; 3) a implementação do projeto neoextrativista pelos governos PT nos anos 2000, como promessa de desenvolvimento socioeconômico e as contrapartidas do relançamento de grandes projetos na Amazônia para as dinâmicas fundiárias e econômicas regionais.

2.1 CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO

Na rota das transformações desencadeadas pelo processo de financeirização do

⁷ Não que os mecanismos de captura de excedente econômico ou de monopolização de recursos através do saque e da abertura forçada de novas frentes de acumulação - incluso por destruição, seja das economias naturais ou dos expedientes de reprodução material vigentes em uma sociedade/fatia de mercado - estivessem alheias ao capitalismo desde o processo de acumulação primitiva descrito por Marx (2013) até esse momento específico do desenvolvimento capitalista. O processo de financeirização, contudo, demonstra a exacerbação da necessidade primordial expansiva do capital, de maneira que a constante abertura e reabertura de frentes de investimento e especulação converte-se em pilar da acumulação orgânica juntamente à reprodução ampliada (Harvey, 2004).

⁸ Não obstante suas demais repercussões, inclusive no nível superestrutural.

capitalismo, podemos posicionar a década de 1990 enquanto momento de consolidação do movimento de adaptação das economias dependentes - com destaque aqui para a América Latina e em especial o Brasil - à nova ordem neoliberal. Isso significa abertura dos mercados aos fluxos de capital transnacional, ajuste macroeconômico em consonância aos preceitos econômicos disseminados pelas instituições financeiras e organismos multilaterais como o FMI e o BM, bem como a adoção de vocabulário político econômico em torno à “boa saúde econômica”, “segurança jurídica” o apelo ao “mercado”, entre outras noções ideológicas sumariamente presentes em nosso cotidiano atual.

Constitui-se também em momento de rearranjo do bloco no poder em torno a uma hegemonia do capital transnacional, como caracterizado por Gill e Law (1989), que aqui denominamos enquanto concertação global do capital transnacional⁹. Aludimos, portanto, a uma burguesia transnacional que se organiza no espaço internacional e, em seu *status* hegemônico, opera seu poder consentido e coagido sobre a infraestrutura e a superestrutura das relações sociais de produção no regime de acumulação financeirizado do capitalismo (Gill, Law, 1989; Harvey, 2004). Logo, a ideia de uma concertação global do capital transnacional, que se organiza enquanto classe através, entre outros, dos organismos multilaterais à sua disposição. E que, através de sua organização, opera diretamente na regulação de mercados, políticas macroeconômicas, alocação geográfica da produção e controle de recursos no interior dos Estados nacionais, sob um novo imperialismo, calcado na globalização e no neoliberalismo enquanto doutrina (Gill, Law, 1989; Gowan, 2003; Harvey, 2004).

Temos em vista, portanto, que a década final do século XX reflete o alicerçamento do regime de acumulação financeirizado, assentado primariamente na Acumulação por Espoliação, e a configuração de um novo imperialismo encabeçado pelo bloco no poder da concertação global do capital transnacional¹⁰. A partir daí, podemos derivar o movimento de avanço acelerado dos capitais transnacionais sobre fronteiras ainda inexploradas para a captura de excedentes. O que implica a desagregação de políticas sociais e abertura de frentes públicas de investimento ao capital privado, assim como o avanço sobre novas fronteiras naturais à exploração da terra, dos recursos e à especulação de ativos (Harvey, 2001; 2004).

Desse cenário, depreendemos que se desdobram dois movimentos aparentemente

⁹ A concepção de concertação global faz referência à conceituação de “concertação política do agronegócio”, desenvolvida por Pompeia (2020), que iremos explorar nas próximas sessões enquanto expressão local do bloco no poder representado pelo capital transnacional.

¹⁰ Dentro dessa concertação, no entanto, não podemos deixar de apontar o papel essencial dos Estados Unidos, enquanto ator estatal. A potência hegemônica que desencadeia o processo de centralização do dólar como moeda internacional auto-lastreada, nos termos de Gowan (2003), e logo mantém sua liderança global nos processos imperialistas de acumulação de capital.

opostos, porém complementares de captura de excedente embasado na Acumulação por Espoliação: o recrudescimento da exploração intensiva e extensiva da terra, dos recursos naturais e, logo, do trabalho; e o ímpeto em torno à conservação de recursos enquanto reservas biológicas de valor futuro¹¹. No primeiro caso, destaca-se desde os ganhos de produtividade advindos da Revolução Verde a partir dos anos 1970, até o rearranjo das economias dependentes à especialização primário-exportadora¹², na onda neoextrativista que toma força a partir dos anos 2000. No segundo, sobressaem os papéis das grandes ONGs conservacionistas internacionais ligadas ao imperialismo e da construção de inúmeros acordos multilaterais para a preservação ambiental com suas implicações diretas para as economias nacionais. Iremos analisar primeiramente este último fenômeno mais de perto.

Entre as décadas de 1970 e 1990 ocorre uma verdadeira explosão no número de Associações Voluntárias, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organismos Internacionais (OIs), Tratados e Acordos Multilaterais voltados à proteção ambiental:

- em 1863, a Grã-Bretanha aprovou a primeira lei contra a poluição do ar e criou o primeiro órgão de controle da poluição. Até 1971 existiam somente 12 órgãos ambientais no mundo; no início dos anos 1990 existiam mais de 140;
- o primeiro grupo ambientalista privado do mundo (Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society) foi fundado na Grã-Bretanha em 1865; em 1990 havia mais de 15 mil desses grupos, um terço dos quais fundados depois de 1972;
- o primeiro acordo internacional sobre meio-ambiente foi assinado em 1886; já em 1990 existiam mais de 250, três quartos dos quais assinados após 1960;
- em 1972 as Nações Unidas criaram um novo programa ambiental; já em 1980, quase todas as organizações internacionais mais importantes - desde o Banco Mundial até a Comunidade Europeia e a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica - haviam criado programas e tomado posições relativas às políticas de meio ambiente;
- outro fato importante foi a criação dos Partidos Verdes. O primeiro foi fundado na Nova Zelândia em 1972. Em 1988 havia Partidos Verdes atuantes em 14 países. (McCormick, 1992, p. 16, apud Camely, 2018, p. 63 - 64)

Esse quadro nos permite observar a preexistência de algumas iniciativas de proteção socioambiental desde o século XIX, no entanto, é inegável o surgimento de uma onda ambientalista no último quarto do século XX. Outros dados também apontam para um

¹¹ Destacamos aqui os processos ligados à reconfiguração neoextrativista que opera nas históricas e estruturais relações de dependência centro-periferia, dado o escopo do trabalho. No entanto, a captura de excedente e a acumulação de capital baseada na espoliação e exacerbada no capital fictício, adquire frentes no desmonte neoliberal das estruturas estatais industriais e de proteção social e do trabalho, bem como no desenvolvimento geral das forças produtivas, o que inclui os avanços técnicos e informacionais que operam, inclusive nos mercados especulativos, como denominado por Santos (2008) de meio técnico científico informacional.

¹² A ideia de rearranjo à exportação primária leva em conta a contínua centralidade do modelo primário-exportador para as economias periféricas, que se conforma estruturalmente dado as esferas de consumo, a subordinação via dívida externa e o imperialismo, como caracteriza Marini (1981). No entanto, compreendemos que as economias periféricas passam por um processo intenso de especialização regressiva ou desindustrialização da pauta de exportação no capitalismo financeirizado, que solidifica o modelo primário-exportador como projetos nacionais de crescimento econômico e acrescenta a esfera financeira como organizador produtivo.

crescimento expressivo de organizações de proteção ambiental nesse momento. Por exemplo, entre 1971 e 1990, há um crescimento de mais de 1000% no número de órgãos ambientais no mundo, saindo de 12 para 140 entidades desse tipo (Camely, 2018). O que nos aponta para a década de 1970 como mais que um momento de despertar de uma consciência ambiental global repentina. Não descartamos aqui o impacto dos movimentos sociais populares nas conquistas por avanços de direitos, contudo, a grande presença de diversos atores do imperialismo na conformação de um movimento novo ambientalista nos indica um interesse geopolítico vinculado à hegemonia do capital transnacional.

Num primeiro momento, o terceiro setor exacerbado no fenômeno que diversos autores denominam *onguismo*, funciona como instrumento de “nova governabilidade” num contexto de Estado mínimo, neoliberalismo e financeirização (Camely, 2018). Fornecem serviço gratuito/de baixo custo para o atendimento paliativo de urgências sociais, no lugar de políticas públicas; espaço de sociabilidade despolitizada para uma classe trabalhadora progressivamente dispersa em termos de organização de classe; além de atuarem enquanto “educadoras” de governos e populações às reconfigurações do capitalismo (Camely, 2018). Em último, constituem braço do bloco no poder na conformação da sociedade civil, em sua dimensão normativo-ideológica, engendrando ideias relacionadas à excessiva burocratização do Estado, ineficiência do setor público, caridade individual no lugar de organização popular, manutenção de ambiente seguro ao investimento privado¹³ e a retórica do conservacionismo no que concerne às organizações ambientalistas (Gill, Law, 1989; Camely, 2018).

Não podemos perder de vista também o contexto econômico que cerca esse momento de conformação de um novo ambientalismo, concomitante ao processo de financeirização do regime de acumulação capitalista, que dimensionam a materialidade desses instrumentos de estratégia geopolítica. O choque do petróleo, de 1973, apesar de constituir etapa importante na construção do que Gowan (2003) denomina Regime Dólar-Wall Street, desencadeia queda das taxas de lucro nas economias centrais, além de demonstrar, a partir da atuação da OPEP, as possibilidades de monopolização/oligopolização da produção de *commodities* - especialmente as não-renováveis - com consequências possivelmente desastrosas para a manutenção das relações de dependência centro-periferia, principalmente no que se refere ao intercâmbio desigual (Marini, 1981; informação verbal¹⁴). Ou seja, inicia-se uma ação imperialista

¹³ Retórica rapidamente incorporada pela concertação do agronegócio brasileiro e utilizada até a atualidade, como apontado por Pompeia (2018)

¹⁴ Fala da professora Ana Paula Salviatti, na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

coordenada de desarticulação das economias periféricas, fomento à especialização primário-exportadora, em condição essencialmente dependente, e formação de uma nova DIT que aprofunda a subjugação das economias periféricas via comércio internacional e via setor das finanças.

Nessa mesma direção, A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano que ocorre em Estocolmo em 1972 (ou Eco-72) representa marco inicial institucionalizado e jurídico do direito internacional ambiental e da estratégia geopolítica embutida no novo ambientalismo (Camely, 2018; informação verbal, 2023¹⁵). Nesse momento, prevalece o discurso neomalthusiano veiculado pelos Estados Unidos, juntamente com a proposição do Desenvolvimento Zero¹⁶ (Camely, 2018; informação verbal, 2023¹⁷). O que significa a imputação de responsabilidade pelos danos catastróficos apresentados nos então recentes relatórios climáticos, aos países de “terceiro mundo” e ao subdesenvolvimento enquanto categoria em si e não produto estrutural das relações de produção a nível global.

Observamos, portanto, a apresentação do projeto de freio ao desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos, de desresponsabilização dos atores transnacionais nos processos de superexploração dos recursos naturais e do trabalho¹⁸ nas cadeias globais de valor, e, logo, de interferência direta e indireta das economias centrais para a garantia da conservação da biodiversidade na periferia. Nesse sentido, a crítica ao modelo imperialista conservacionista não implica a exaltação do desenvolvimento capitalista previamente articulado no Brasil, por exemplo, através do nacional desenvolvimentismo, tendo em vista a manutenção da dependência e, especialmente, da subordinação da classe trabalhadora à opressão burguesa. A crítica articula-se muito mais no distanciamento das possibilidades de construção popular de um modelo de desenvolvimento soberano, através da ampliação do terreno de controle do grande capital transnacional sobre as estruturas nacionais, inclusive no que concerne à proteção ambiental, convertida em simples conservação de recursos para valorização futura.

Vale notar também que a Eco-72 é palco de assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica e que a conferência não deixa de colocar em destaque o papel essencial da Floresta

¹⁵ Fala do professor Gabriel Damasceno., na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁶ Posição que gera embates iniciais entre países do Norte e Sul global, ou seja, do centro e da periferia capitalista, mas que até a década de 1990 reconfiguram-se em discurso uníssono.

¹⁷ Fala do professor Gabriel Damasceno., na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁸ Posição que também tende a prevalecer no âmbito da Organização Mundial do Trabalho (OMT), com única responsabilização dos países fornecedores de matéria-prima e manufaturados de baixo custo a companhias multinacionais e transnacionais, pelos constantes abusos aos direitos humanos engendrados pelas cadeias produtivas globalizadas.

Amazônica para a mitigação do desequilíbrio climático (informação verbal¹⁹). Evidência da centralização da Amazônia enquanto território estratégico para o novo imperialismo, de reserva biológica, valorização de capital e captura de excedente da renda fundiária e dos ativos (Leal, 2010; Delgado, 2012). O que se comprova pela grande presença que o capital transnacional e as grandes ONGs ambientalistas ligadas ao imperialismo consolidam nas próximas décadas na região, pelo fenômeno da estrangeirização de terras que decola no século XXI e pela influência direta das resoluções ambientais internacionais na formulação desde políticas nacionais para a conservação até a modulação das formas de exploração dos recursos amazônicos, em consonância ao eixo externo, ou seja, às diretrizes do bloco no poder (Delgado, 2012; Camely, 2018; Sauer, Oliveira, 2022).

Segundo marco da estratégia geopolítica ambiental 20 anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, dá “a largada para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda dos cinco continentes.” (Barreto, P. 2009, p. 83). A Rio-92 traz um enfoque maior para os interesses diplomáticos, dando palco ao início de uma suposta síntese ideológica entre as estratégias geopolíticas ambientalistas dos chamados Norte e Sul globais; um caminho do meio que posiciona a conservação ambiental como interesse geral e pontua a responsabilidade do “primeiro mundo” na viabilização desses objetivos²⁰ (Barreto, P. 2009; Camely, 2018; informação verbal, 2023²¹). É também na Rio-92 que a organização de um mercado de créditos de carbono toma corpo como iniciativa ao cumprimento de metas de proteção e conservação ambiental, que se relaciona à ideia de “desenvolvimento sustentável” já trabalhada desde a Assembleia Mundial dos Estados, ou Conferência de Nairóbi, em 1982 (Camely, 2018; informação verbal²²).

¹⁹ Fala do professor Gabriel Damasceno., na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

²⁰ Essa suposta síntese ou caminho do meio de fato não se concretiza enquanto balanceamento equitativo dos interesses dos países centrais e periféricos, tendo em vista a progressiva especialização produtiva primário-exportadora das economias dependentes, que muito mais remete à ideia de Desenvolvimento Zero, veiculada desde a Eco-72. Também é preciso pontuar que a autoatribuição de responsabilidade dos países centrais pela viabilidade da conservação ambiental, não se traduz em freio à superexploração do trabalho e dos recursos naturais na periferia pelas empresas transnacionais de origem no “primeiro mundo”; servindo, em verdade, como posicionamento geoestratégico de controle de biodiversidade pelos agentes do imperialismo. Vale observar ainda que essa aparente autoresponsabilização não reconhece a estruturalidade das relações de dependência assentadas no saque, numa chave dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento que se mantém inalterada. Ao contrário, eleva as economias centrais ao compromisso histórico de promoção do desenvolvimento, que mais promove a perpetração ideológica da colonialidade e subalternidade.

²¹ Fala do professor Gabriel Damasceno., na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

²² Fala da professora Ana Paula Salviatti, na Mesa “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, na XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Podemos dizer, portanto, que os 20 anos que separam a Eco-72 e a Rio-92 constituem momento de consolidação da estratégia imperialista para o novo ambientalismo, em que rumos importantes de ação foram definidos multilateralmente. Assenta-se nas ideias de desenvolvimento sustentável no lugar de Desenvolvimento Zero e de conservação ambiental com enfoque nas florestas tropicais, bem como na abertura de novos mercados especulativos sobre as metas de preservação. O que, na prática, implica processo de especialização regressiva primário-exportadora e aprofundamento da dependência para as economias periféricas, com intensificação da superexploração dos recursos naturais - logo, do trabalho -; avanço do capital transnacional sobre as fronteiras naturais nacionais; e a manutenção de bolsões de biodiversidade que refletem reserva biológica e de valor futuro, bem como território de valorização de capitais - seja pela renda da terra, pelo monopólio dos recursos, pela especulação de ativos ainda inexplorados ou do próprio mercado de carbono -.

Esses processos ficam descritos, por exemplo, no fato de que entre 1990 e 1997, mais de 70% dos recursos destinados à preservação ambiental em todo o mundo, concentraram-se na delimitação de áreas de proteção ambiental e manejo de recursos naturais, com o restante 30% dividido para atividades como pesquisa, fortalecimento de comunidades e políticas públicas (Camely, 2018). O que demonstra o viés primariamente conservacionista dessas iniciativas, sem apelo de base popular. Ainda dentre as iniciativas de conservação, mais de 60% dos financiamentos foram destinados para as florestas tropicais (Camely, 2018). Esses dados nos indicam uma ideia de conservação que em si reflete uma relação de valorização de capital, que prevê a futura valorização de recursos em escasseamento ou a futura exploração de territórios e de biodiversidade preservados. Tratam dos ciclos biológicos enquanto reserva de matéria-prima, com a possibilidade de “soma zero” no processo de conservação/exploração que envolve os créditos de carbono, sem se levar em conta as especificidades ecossistêmicas locais que não podem ser substituídas pela manutenção temporária de distinto bioma. A concentração de recursos na preservação das florestas tropicais também exprime a mercantilização da natureza. O foco é a máxima preservação de territórios ricos em biodiversidade para a exploração, por exemplo, pela indústria bilionária de biotecnologia, pelo mercado de *commodities*, pela mineração e o *agribusiness* (Camely, 2018; Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2020).

No Brasil, essa dinâmica se caracteriza pela implementação de projetos e legislação de proteção ambiental moldados pelos Acordos Multilaterais Ambientais e pelos planos de ação das grandes ONGs imperialistas, como a *United States Agency for International Development*²³

²³ Em português, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

(USAID) (Camely, 2018). Por exemplo, a assinatura e ratificação nacional da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)²⁴, através do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998, estipula as bases sobre as quais o Brasil se orienta para a assinatura de acordos e implementação de legislação referentes à biodiversidade, através do tripé da “[...] conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos [...]”. (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024, *online*²⁵). A Convenção ainda se estabelece sobre a ideia neomalthusiana de que “[...] a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial [...]”. (Brasil, 1994)

O texto da lei evoca, portanto, uma ideia de cooperação internacional que se traduz em Acumulação por espoliação quando analisamos, por exemplo, a crescente necessidade por material genético advinda da indústria de biotecnologia, o interesse expresso pelo governo estadunidense na conservação de territórios ricos em biodiversidade genética, bem como as próprias restrições dos EUA para assinatura da CBD, no que diz respeito à transferência de tecnologia, ao patenteamento e ao respeito ao livre-mercado (USAID, 2005; Camely, 2018). O documento da USAID “*Biodiversity Conservation: A Guide For Usaid Staff And Partners*” ainda cita que os chamados serviços ecossistêmicos²⁶ da biodiversidade somariam mais de US\$ 33,3 trilhões (USAID, 2005). Isso significa que os atores estatais e o grande capital transnacional percebem e agem de acordo com a grande lucratividade fornecida direta ou indiretamente pelos estoques genéticos e, logo, pela preservação dos ciclos biológicos, em especial nas florestas tropicais.

A Amazônia, que, segundo Camely (2018), constitui de 30 a 40% das florestas tropicais do mundo e estoca por volta de 33% de todo o material genético do planeta, torna-se, como demonstra Leal (2010), território central para a acumulação de capital no capitalismo financeirizado, principalmente quando se leva em conta a progressiva vulnerabilização dos ciclos biológicos planetários, já demonstrados pelos relatórios climáticos, pelo menos desde a década de 1970. Nesse sentido, não impressiona, o fato de que as décadas de 1970, 1980 e 1990 concentram o estabelecimento das políticas de cunho conservacionistas, que embasam o aparato

²⁴ A CBD é assinada durante a ECO-92, enquanto tratado da Organização das Nações Unidas (ONU)

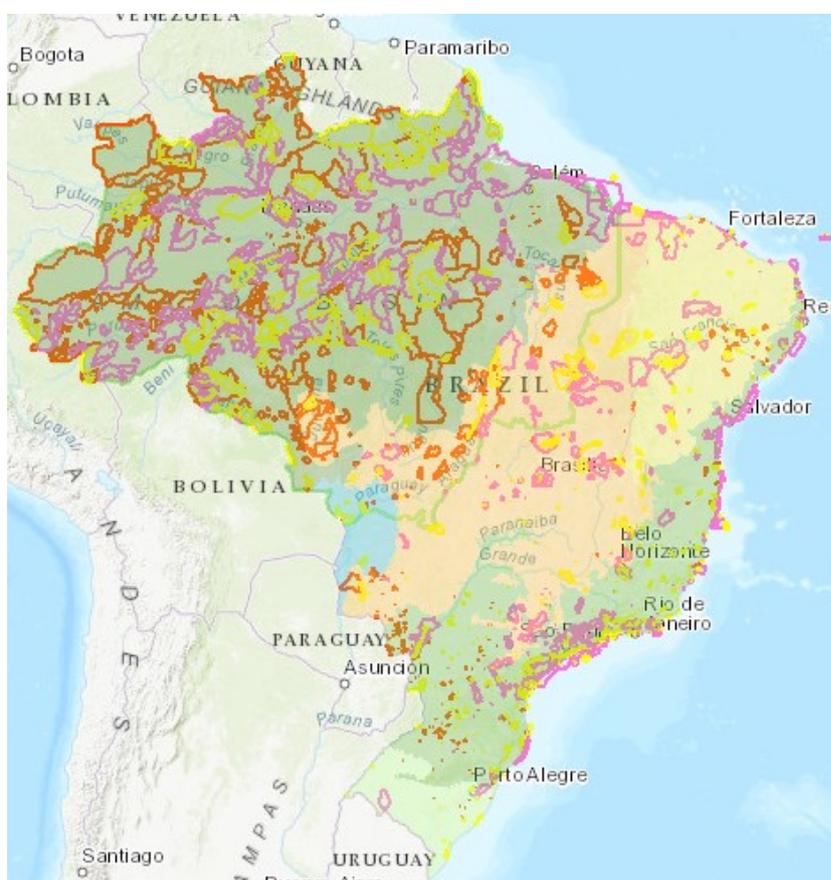
²⁵ Disponível em; <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>>.

²⁶ A ideia de serviços ecossistêmicos se relaciona ao apoio ecossistêmico à proteção e promoção da vida na terra, incluindo a manutenção dos ciclos da água e dos nutrientes, da fertilidade do solo, da proteção contra erosão, da regulação climática, da polinização, que permitem, por exemplo, a produtividade da agricultura (USAID, 2005).

de proteção ambiental da Amazônia brasileira, constituído a partir dos grandes Acordos Multilaterais Ambientais até aqui tratados (Camely, 2018). A aplicação nacional dessa estratégia geopolítica ambiental para a Amazônia, serve ao novo padrão industrial biotecnológico e funciona a partir do estabelecimento de zonas de exploração intensiva e extensiva de recursos e de zonas conservacionistas para valorização futura (Camely, 2018).

Essas últimas concentram-se em grandes faixas de floresta contínua, em forma de áreas protegidas, entre UCs federais, estaduais, TIs e reservas militares que já em 2007 recobriam mais de 43% da Amazônia Legal, dando espaço para o avanço da fronteira verde do Centro-oeste até a Amazônia Ocidental (Camely, 2018; Murer, Futada, 2024).

Figura 1: Mapa do Brasil para Unidades de Conservação estaduais, federais e Terras Indígenas por bioma, 2024

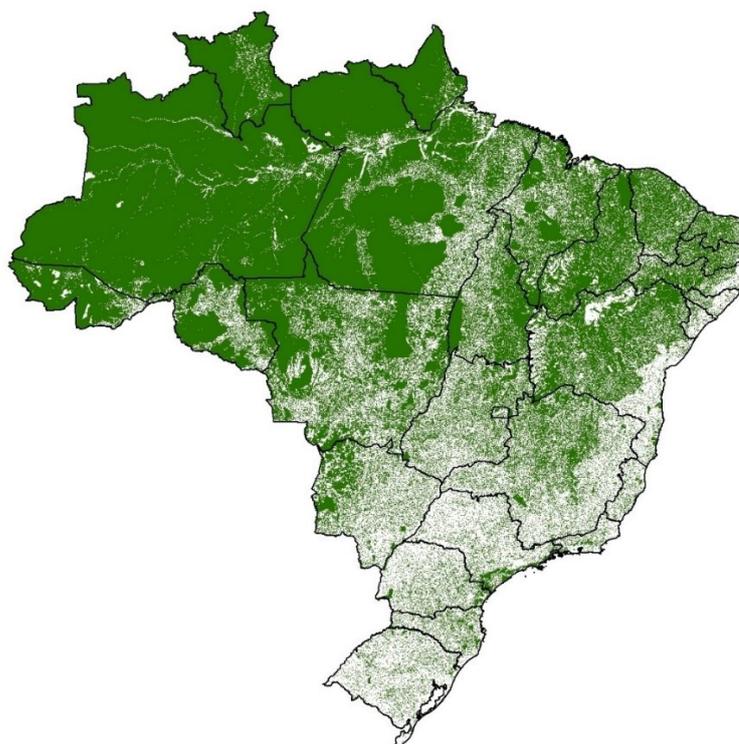


Fonte: Socioambiental, 2024, *online*²⁷

²⁷ Disponível em: <<https://mapa.eco.br/v1/?lang=pt-br&layers%5B%5D=jurisdicao.amlegal&layers%5B%5D=ambiente.biomass&layers%5B%5D=ucs.limitsEstaduais&layers%5B%5D=ucs.limitsFederais&layers%5B%5D=tis.limits&layers%5B%5D=desmatamento.0&baseLayer=base.topographic¢er%5B%5D=-11.049038346537094¢er%5B%5D=-55.98632812500001&zoom=4&minZoom=4&maxZoom=15>>.

No mapa acima podemos observar a totalidade das Terras Indígenas (TIs), das UCs Federais e das UCs Estaduais – respectivamente contornadas em vermelho, amarelo e rosa – demarcadas no Brasil, em 2024. É perceptível a maior presença, em número e em extensão, de áreas protegidas no território da Amazônia Legal. Das 336 UCs federais brasileiras, que recobrem uma área de mais de 166 milhões de hectares e correspondem a 19% do território nacional, 148 localizam-se na Amazônia Legal, recobrando mais de 66 milhões de hectares, o correspondente a 7,5% do território nacional e 13,3% do território da própria região amazônica (Murer, Futada, 2024). Somam-se a essas mais 194 UCs estaduais na Amazônia Legal, que recobrem uma área de mais de 63 milhões de hectares, ou 12,6% do território amazônico (Instituto Socioambiental, 2024). A predominância de TIs também é absoluta na Amazônia Legal, com uma concentração de 442 TIs demarcadas no território amazônico, que recobrem uma área de 115 milhões de hectares, e correspondem a 97% da área total de TIs demarcadas em todo o território nacional (Terras Indígenas no Brasil, 2024).

Figura 2: Áreas dedicadas à vegetação nativa no Brasil por Unidade Federativa, 2021



Fonte: Embrapa territorial, 2021, *online*²⁸

²⁸ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/car-2021/resultados>>

Pelo mapa representado na figura 2, percebemos não apenas a alta concentração de áreas protegidas na Amazônia, bem como o nítido avanço da fronteira agrícola do Centro-Oeste à Amazônia Oriental, contrastado às áreas de vegetação nativa conservada. O estado do Mato Grosso, por exemplo, apresenta menor concentração proporcional de território sob conservação ambiental, ao passo que é considerado a maior frente agrícola da região e uma das maiores do Brasil. O quadro geral da concentração fundiária brasileira e a distribuição territorial dos imóveis rurais ilustram essa tendência:

A desigualdade também se destaca nos índices que revelam a área ocupada pelo estrato dos 10% maiores imóveis contrapostos à área ocupada pelo estrato dos 90% menores imóveis. O estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área de uso privado do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. [...] Ao utilizar a malha fundiária é possível não só quantificar, mas também localizar as situações de desigualdade. Por exemplo, os 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis) detêm 25% de toda a terra agrícola do Brasil e se concentram principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na região do Matopiba (Figura 3). Para alcançar outros 25% da área total é necessário somar as áreas dos 3.847.937 menores (77% do total de imóveis), com maior presença destes nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Pelos dados do Censo 2017 os 1% dos maiores estabelecimentos rurais ocupam 47,3% da área ao passo que os 50% menores ocupam somente 2,1%. (Pinto *et al*, 2020, p. 10)

Para além da extrema concentração de terras e predominância do latifúndio monocultor, isso significa que, mesmo dentro do território amazônico, a tendência à conservação não é homogênea e se localiza primordialmente afastada da fronteira agrícola. Em resumo, a Amazônia brasileira possui mais de 38% de seu território sob proteção permanente total ou uso sustentável, além disso, do total das áreas protegidas no Brasil, por volta de 95% concentram-se na Amazônia Legal (Camely, 2018; Murer, Futada, 2024). Ainda, 82% do total das áreas protegidas do território nacional, localizam-se especificamente na região Norte, especialmente em espaços remotos ou de menor potencial agrícola, seja por falta de infraestrutura, logística ou variáveis biológicas (Murer, Futada, 2024). Por outro lado, a faixa Oriental amazônica acumula mais desflorestamento em proporção ao território, movido pelas necessidades do capital ligado às *commodities* agrícolas.

Figura 3: Avanço do desmatamento no ano, Brasil, 2022



Fonte: Socioambiental, 2024, *online*²⁹

Ainda nessa direção, ao observarmos o avanço do desmatamento na Amazônia Legal em 2022, percebemos novamente a predominância do avanço da fronteira verde pela faixa Ocidental, desde o Centro-Oeste. O que corrobora a tendência do capital à divisão da região amazônica em zonas de exploração intensa e áreas de reserva de valor, via proteção ambiental³⁰.

Vale notar ainda, que a década de 1990 representa momento de expressivo avanço na demarcação dessas áreas de conservação na Amazônia Legal, que totalizavam pouco mais de 100 mil km² de áreas de Proteção Integral até 1985 e atingem o patamar de mais de 1,2 milhões de km² entre áreas de Proteção Integral e Uso Sustentável nos níveis federal e estadual, até 2010 (Veríssimo *et al*, 2011; Camely, 2018). A demarcação de áreas protegidas se institucionaliza

²⁹ Disponível em: <<https://mapa.eco.br/v1/?lang=pt-br&layers%5B%5D=jurisdicao.amlegal&layers%5B%5D=ambiente.biomass&layers%5B%5D=desmatamento.23&baseLayer=base.topographic¢er%5B%5D=-11.049038346537094¢er%5B%5D=-55.98632812500001&zoom=4&minZoom=4&maxZoom=15>>

³⁰ Até 2008, as áreas de desflorestamento eram mais generalizadas por toda a Amazônia Legal, apesar da desde então presente concentração da degradação na faixa Ocidental. O *boom* das *commodities* explica, em partes, o avanço momentâneo mais acelerado do desmatamento na região. O que analisamos, no entanto, é uma tendência de configuração do capital nos termos de áreas de exploração e áreas protegidas para a valorização de capital, que se assentam à medida que a implementação do projeto neoextrativista brasileiro se estabelece e posiciona o Brasil nos fluxos globais de capitais enquanto essa plataforma de valorização financeira ancorada no mercado de *commodities*.

com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 18 de julho de 2000 e integra em 2002 o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e gerenciado pela World Wide Fund for Nature (WWF), em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Banco Mundial (BM), KfW *Bankengruppe*, entre outros (Camely, 2018; WWF, 2015). O Arpa atua numa área total de mais de 59,2 milhões de hectares na Amazônia Legal, o equivalente a 114 UCs ou quase 15% do território amazônico brasileiro (WWF, 2015). O projeto demonstra o poder de gerência das grandes ONGs sobre os bens naturais nacionais e a tendência à financeirização da proteção ambiental, representado pela presença de diversos grupos financeiros que visam a sustentabilidade como mais uma frente de lucratividade e especulação.

A verdadeira explosão no número de ONGs nas décadas de 1970 a 1990, sua veiculação a organismos multilaterais agentes do imperialismo, como o BM e a Central Intelligence Agency (CIA), e a concentração massiva de recursos em poucas grandes organizações, levam à interpretação de que o fenômeno do *onguismo* e do novo ambientalismo está fortemente conectado à disseminação da ideologia neoliberal, desarticulação e despolitização de movimentos de base popular, substituição do Estado na provisão de políticas de desenvolvimento, além do acesso a saberes tradicionais e gestão da biodiversidade (Camely, 2018). Sua atuação já sistematizada no século XXI, garante a coerção e o consentimento do bloco no poder a nível mundial e a continuada expansão da acumulação de capital sobre bases essencialmente espoliativas.

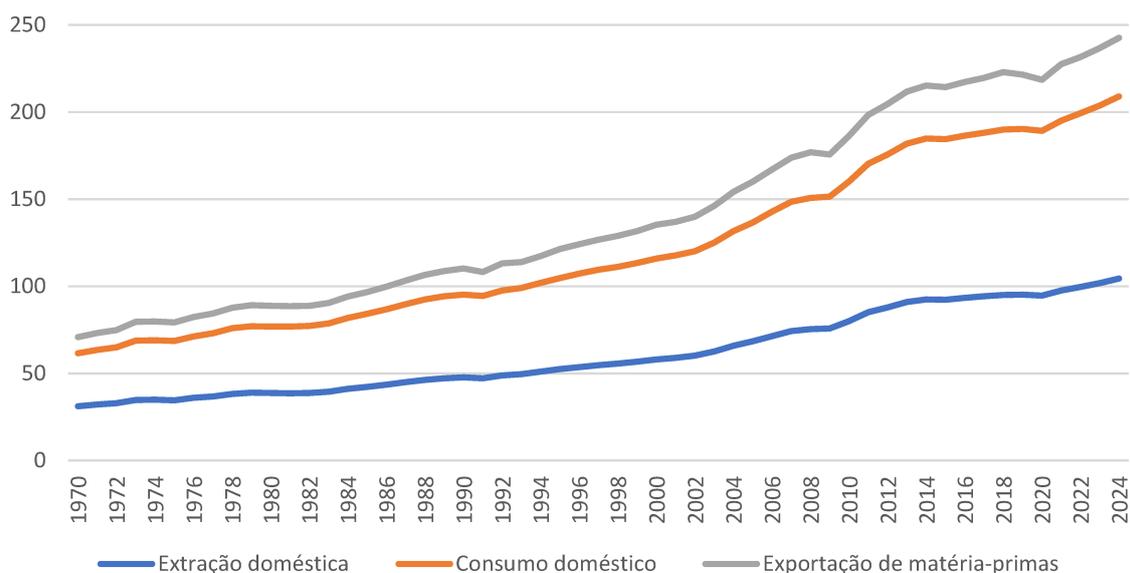
Nesse sentido, a intensificação da exploração extrativista e a ampliação dos territórios incorporados às cadeias globais de produção e comercialização de *commodities* conformam parte importante da dimensão material desse processo de reconfiguração produtiva mundial em torno do capitalismo financeirizado. Segundo os dados reunidos pelo Painel Internacional de Recursos, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entre 1970 e 2024 a extração doméstica³¹ global de matérias-primas sofreu um aumento de 235%, atingindo o patamar de 104 bilhões de toneladas (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). Nesse mesmo período o consumo material doméstico³² aumenta em 74,08 bilhões de toneladas,

³¹ A categoria “extração doméstica”, refere-se ao indicador de análise “*Domestic extraction (DE)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “A extração doméstica (DE) compreende todas as matérias-primas bióticas e abióticas que são extraídas do ambiente doméstico e posteriormente utilizadas nos processos de produção.” (Material Flows, 2018, online, tradução nossa)

³² A categoria “consumo material doméstico”, refere-se ao indicador de análise, “*Domestic Material Consumption (DMC)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “O Consumo Material Doméstico (DMC)

equivalente a um crescimento de 243%, enquanto as exportações equivalentes de matérias-primas³³ atingem o volume de 24,4 bilhões de toneladas, referente a um aumento de 263% em exportações de matérias-primas (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024).

Gráfico 1: Tendência mundial de extração doméstica, consumo doméstico e exportação equivalente de matérias-primas, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database³⁴

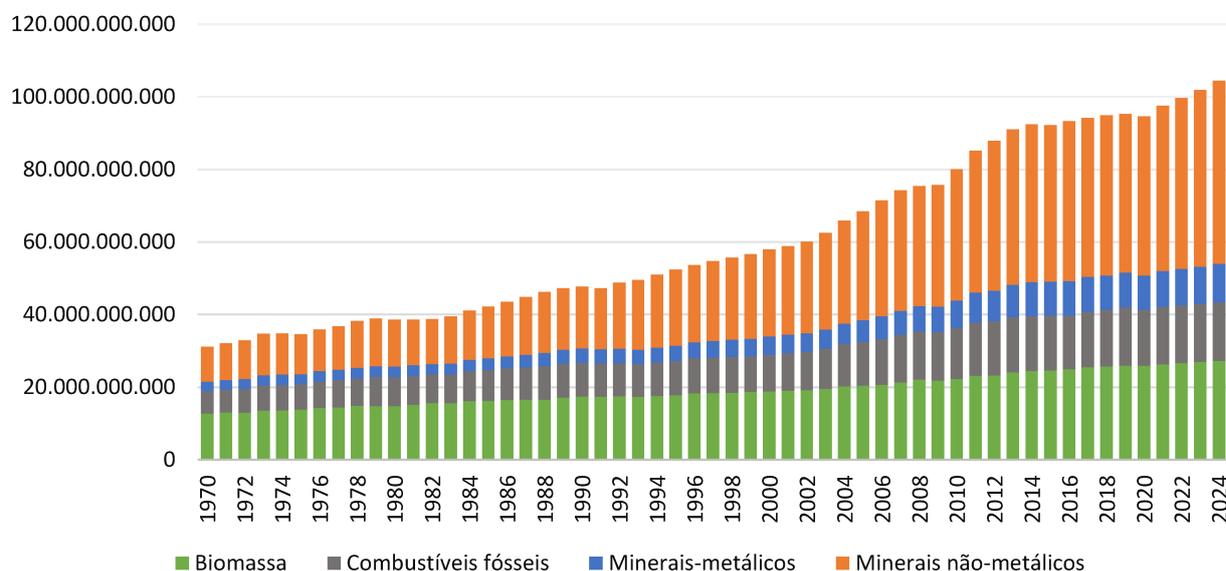
O crescimento da extração de matérias-primas é quase totalmente contínuo em todo o período analisado, com aceleração mais acentuada do crescimento a partir de 2003. A exportação de matérias-primas e o consumo doméstico em nível mundial cresce em ritmo ainda mais acelerado, especialmente de 2000 em diante, porém com maiores flutuações, decorrentes de conjunturas de crise, como podemos observar em 1991, 2008 e 2020. Esse crescimento do consumo, extração e exportação de matérias-primas se dá em todas as principais categorias de *commodities*, seja biomassa, minerais-metálicos, minerais não-metálicos ou combustíveis fósseis, com destaque para os dois últimos.

mede a quantidade total de matéria usada diretamente dentro de um sistema econômico. O DMC é igual à soma da extração interna e das importações menos as exportações.” (Material Flows, 2018, online, tradução nossa)

³³A categoria “exportações equivalentes de matérias-primas”, refere-se ao indicador de análise “*Raw Material Equivalents of Exports (EXP-RME)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “As exportações equivalentes de matérias-primas (EXRME) representam a quantidade total de extração de matéria-prima – tanto na economia nacional como em países estrangeiros – necessária para produzir as exportações. As exportações são expressas em Equivalentes de Matéria-Prima (RME).” (Material Flows, 2018, online, tradução nossa)

³⁴ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

Gráfico 2: Extração doméstica mundial de matérias-primas por grupo em bilhões de toneladas, 1970 – 2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database³⁵

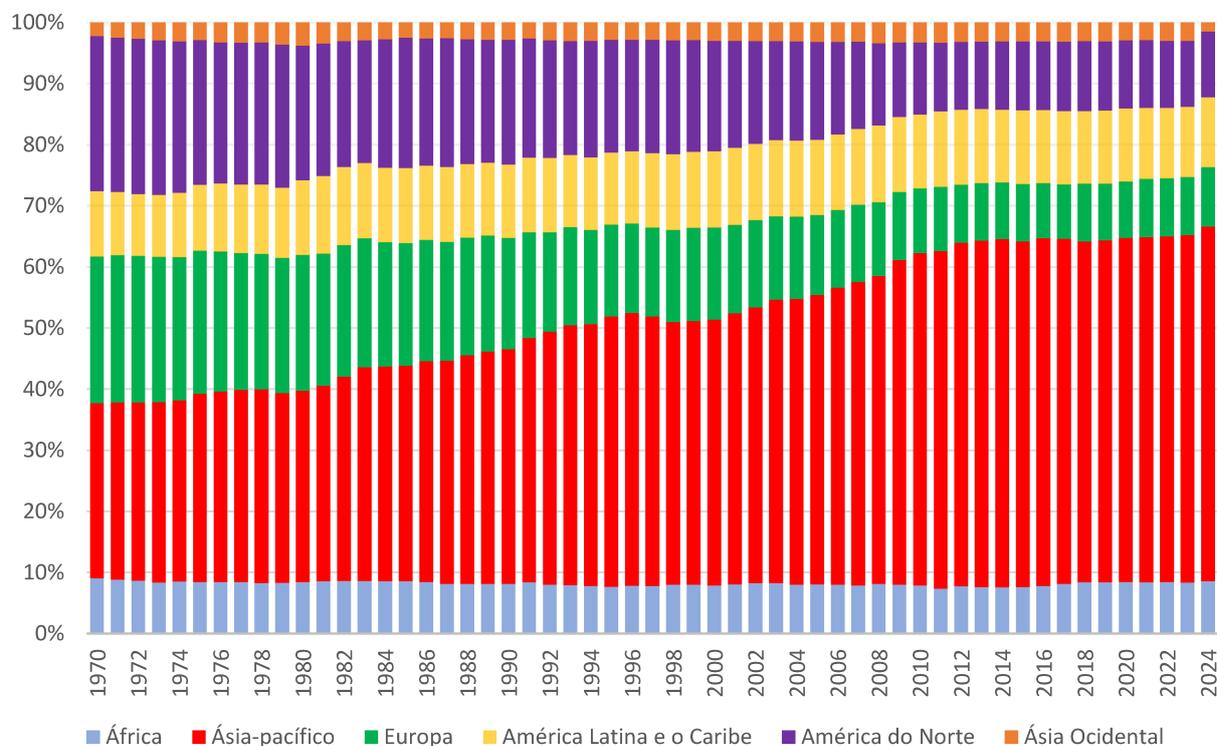
Nesse período, os minerais não-metálicos relacionados à indústria da construção civil lideram o incremento de extração com um aumento de mais de 429% entre 1970 e 2024, seguido de minerais metálicos e combustíveis fósseis, com um incremento de 300% e 163% respectivamente, no mesmo período (Material Flows, 2024a). A tendência ao aumento da extração desses grupos de matérias-primas não-renováveis também se intensifica após 1990 e com ainda mais força após 2000. Isso indica a construção de um crescente aporte infraestrutural e energético, especialmente nas economias periféricas, para a instalação de atividades ligadas às cadeias globais de valor, com maior robustez da capacidade produtiva mundial. A extração de biomassa - único grupo de matérias-primas renováveis entre as analisadas - cresce em 114% de 1970 a 2024, de maneira sustentada em todo o período; impulsionada, especialmente, pela mecanização/industrialização da agricultura, pela crescente demanda por alimentos e insumos e pela produção energética baseada a partir de matéria orgânica (Material Flows, 2024a)

Ainda nesse sentido, é importante notar a reversão na tendência de extração de matérias-primas entre países centrais e periféricos. No período pós-1970 é observável uma crescente participação das chamadas economias emergentes no volume total de extração de matérias-

³⁵ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

primas mundialmente, com o concomitante arrefecimento relativo da participação das economias desenvolvidas nesse processo.

Gráfico 3: Participação na extração doméstica mundial de matérias-primas por região, em porcentagem, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database³⁶

A participação da Ásia como um todo cresce extraordinariamente no total global da extração de matérias-primas, no período analisado, de modo que em 2024 o continente sozinho é responsável por 60% das matérias-primas extraídas mundialmente³⁷. A tendência de crescimento se intensifica, uma vez mais, a partir da virada do milênio, liderado pela extração de minerais metálicos e não-metálicos, relacionados à industrialização massiva de economias como a China e a Índia (Material Flows, 2024a). Ao mesmo tempo, regiões como a América Latina ou o continente africano sofrem moderado crescimento ou estabilidade quanto à porcentagem de participação nas extrações de matérias-primas globalmente, porém com

³⁶ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

³⁷ Desses 60%, metade são de responsabilidade exclusivamente da economia chinesa, que detém 30% das extrações globais de matérias-primas (Material Flows, 2024).

aumento substancial de seus respectivos volumes de extração doméstica³⁸ (Material Flows, 2024a).

Por outro lado, a participação da Europa e da América do Norte³⁹ na extração de matérias-primas cai pela metade no período, com ambas as regiões saindo do patamar de aproximadamente 20% de participação na extração global em 1970 para menos de 10% em 2024⁴⁰ (Material Flows, 2024b). Esse declínio se dá especialmente em razão da dispersão geográfica da produção industrial dessas regiões, bem como da substituição da extração doméstica pela importação de produtos básicos e semielaborados (Material Flows, 2024b). De forma que o aumento do volume de extração doméstica da América Latina e da África reflete o suprimento das necessidades de insumos à produção industrial globalizada mais que o crescimento da demanda interna (Material Flows, 2024b).

O que observamos, portanto, é uma reconfiguração produtiva e dos fluxos de capitais em torno à nova DIT que emerge tanto do processo de financeirização do capitalismo, quanto dos avanços técnicos informacionais e científicos⁴¹. Esses últimos impulsionados pela ampliação sem precedentes do volume de capital acumulado em decorrência dos processos de expansão do capital fictício na economia internacional, que forçam a abertura de novas frentes produtivas ao capital privado nas economias periféricas. Além do papel central do crescimento da economia chinesa. No Brasil, esses movimentos desencadeiam uma reconfiguração nacional em torno ao neoextrativismo como base para que o país emergja enquanto ator ativo nos fluxos financeirizados e mundializados de capital.

2.2 AS BASES DO NEOEXTRATIVISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ENQUANTO AGRONEGÓCIO NO IMAGINÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

³⁸ O continente africano passa da extração de 2,42 bilhões de toneladas de matéria-prima em 1970, para 8,36 bilhões de toneladas em 2024; enquanto a América Latina e o Caribe saem do patamar de 2,86 bilhões de toneladas de matérias-primas extraídas em 1970, para 11,23 bilhões de toneladas em 2024, segundo dados do UNEP IRP Global Material Flows Database (2024).

³⁹ Na presente análise, o México não é incluído na região denominada “América do Norte”.

⁴⁰ Vale notar que, de 2010 a 2024, a participação global na extração de matérias-primas da América do Norte se estabiliza no patamar dos 10%, com leve crescimento, muito devido à crescente participação dos Estados Unidos na produção e exportação de biocombustíveis.

⁴¹ Entendemos a nova DIT e o processo de financeirização do capitalismo como expressões da tendência central do modo de produção à concentração e centralização de capitais, ao imperialismo e à manutenção das relações de dependência, em dado momento específico de seu desenvolvimento enquanto regime de acumulação. De forma que, as reconfigurações produtivas e dos fluxos de capitais já estão caracterizadas na conceituação de imperialismo de Lenin (2010) e de capital financeiro de Hilferding (1985), que exprimem os movimentos do capital monopolista industrial-bancário em busca da maximização da captura de excedente, pela incorporação e subjugação de novos territórios e frentes de acumulação à reprodução ampliada do capital.

Da década de 1990 em diante, o Brasil ativamente se posiciona enquanto plataforma de valorização financeira, através de políticas de sobrevalorização da moeda, juros altos e desvalorização de ativos, para a atração de capitais estrangeiros (Paulani, 2012). As políticas de desvalorização de ativos, juntamente às demais medidas liberalizantes, postas em prática especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), impulsionam a concentração de terras e capitais na agricultura e o desenvolvimento de um setor primário voltado para os mercados de ativos (Delgado, 2005).

Nesse momento, o Brasil consegue começar a ingressar ativamente nos já robustos mercados financeiros internacionais, ao passo que os formuladores de política econômica implementam medidas de estabilização monetária e resolução da dívida externa. A resolução da dívida se dá mediante o aceite das condições dos credores, que permite a formação de reservas e a atração de divisas (Paulani, 2012). Claro que, no contexto político-econômico do período, as condições dos credores e organismos financeiros multilaterais consistem em pacotes de medidas neoliberais, que envolviam a abertura financeira da economia brasileira e dos mercados de títulos públicos e privados nacionais à securitização dos débitos, e a liberalização de barreiras ao fluxo transnacional de capitais (Paulani, 2012). O que nos aponta novamente para a formação de uma concertação global do capital transnacional, que atua diretamente na subjugação das economias nacionais ao projeto do capital rentista mundialmente conformado. É claro que esse movimento, no entanto, encontra repercussão doméstica com as próprias burguesias nacionais, que enxergam novas possibilidades de acumulação de capital pelo rentismo e, como no caso brasileiro, da captura de renda extraordinária da terra e dos recursos naturais, que reflete a estratégia primário-exportadora estabelecida desde então (Harvey, 2004; Delgado, 2012).

Todavia, um breve período entre 1994 e 1999 será marcado pela queda dos investimentos estatais no setor primário, em razão do grande afluxo de capitais estrangeiros que cruzam a fronteira nacional, exponencialmente liberalizada aos investimentos financeiros externos (Delgado, 2012; Paulani, 2012). A estratégia da valorização cambial e manutenção de altas taxas de juros, permite a inserção ativa da economia brasileira nos mercados financeiros e garante a atração de divisas para uma economia que se converte em importante plataforma de valorização de capital portador de juros (Paulani, 2012). Essa postura se mantém até a nova crise cambial de 1999, quando o investimento no setor primário se converte em fator

interessante novamente⁴².

A estabilização monetária também envolvia a promoção de um ambiente seguro ao investimento. Para tal, passa-se a oferecer vantagens extraordinárias a esse tipo de operação, como a “isenção tributária a ganhos financeiros de não residentes”, cortes de gastos públicos via reforma previdenciária, além de medidas em paralelo, como as privatizações, o controle fiscal com vistas a gerar superávits primários e a elevação das taxas de juros, que visavam igualmente a concessão de vantagens às aplicações rentistas estrangeiras (Paulani, 2012). O principal objetivo era a atração de divisas para a manutenção das reservas que financiavam a sobrevalorização do real. É nesse ponto em especial que se desenvolve a estratégia de uma economia do agronegócio.

O segundo governo FHC é pautado pela retomada da estratégia de superávit na conta de comércio exterior, através da exportação de produtos básicos e semielaborados, para assim suprir-se a perda de reservas internacionais. Em movimento contrário ao período anterior, que contava com o desmonte das políticas de fomento ao setor primário (Delgado, 2012). Inicia-se aí a construção das bases de uma iniciativa de “relançamento do agronegócio”, com investimento em infraestrutura territorial, aporte de pesquisa pública voltada para o setor agrícola em parceria a grandes multinacionais, afrouxamento da regulamentação do mercado de terras, aumento da competitividade do setor no comércio internacional via fim da sobrevalorização do real e retomada do crédito aos planos de safra (Delgado, 2012). Movimento que encontra aceitação por parte do mercado mundial, com ótimos resultados para a exportação sucro-alcooleira, de carne bovina e de frango, soja e milho (Delgado, 2012).

O que se observa é um processo de queda do rendimento da terra e dos ativos, que em primeiro momento parece promover um movimento de redistribuição fundiária, ou reforma agrária, propulsionado pelo mercado, sem iniciativa estatal, aos moldes neoliberais (Delgado, 2005). Contudo, os pequenos produtores logo se veem incapazes de manter a propriedade da terra, num momento de recessão e queda acentuada do preço das *commodities*, de modo que os grandes latifundiários, são possibilitados de se apossarem de ainda maiores propriedades a baixos preços e receberem compensação do governo por suas terras improdutivas, num mercado secundário especulativo sobre a terra (Delgado, 2005; 2012).

⁴² A crise cambial de 1999 repercutiu na adoção do câmbio flutuante, das metas inflacionárias e de ainda maior austeridade nas políticas monetária e fiscal. A economia permanecia dependente das reservas externas pelos elevados juros que se mantinham e pelo déficit nas transações correntes, em especial na conta “Serviços” (Paulani, 2012). Esse inerente desequilíbrio externo, fruto da posição estruturalmente dependente da economia brasileira no modo de produção capitalista, sedimentará a adoção de um pacto público-privado de economia política, em torno à promoção do agronegócio brasileiro. Todavia, a condição estruturalmente conformada de desequilíbrio externo, se mostrará irresolvível por ajustes conjunturais, como observaremos neste trabalho.

A nova onda de concentração de terras descamba em mais conflitos fundiários na região amazônica, palco de alguns dos maiores atentados aos direitos humanos perpetrados contra defensores dos direitos à terra: os povos tradicionais, comunidades extrativistas, ambientalistas e sem-terra. Situação que desemboca em instrumentalização da Polícia Militar para a repressão dos conflitos no campo e aos movimentos de reivindicação à reforma agrária e à função social da terra (Marques 2019). Fica perceptível, em meio a um clima de modernização, globalização e democracia, a aplicação do aparato de violência como estratégia de manutenção do capital.

Enquanto isso, no cenário externo, o Brasil passa a liderar os debates em torno à proteção ambiental e a Amazônia torna-se pauta central na agenda de política externa do governo FHC (Superti, Porto, Martins, 2011). Essa nova perspectiva estratégica sobre a região amazônica integra o movimento global de conservação de recursos e territórios para a valorização futura, além de implicar em importantes ganhos de “credibilidade” para o país, em um cenário no qual as economias nacionais passam a depender muito mais das flutuações da bolsa de valores do que simplesmente de sua balança comercial, como demonstra Gowan (2003). Tendo em vista a estratégia de inserção ativa no capitalismo financeirizado empenhada por FHC, descrito por Paulani (2012), movimentos em torno às boas relações com o chamado norte global e com as grandes instituições e organismos multilaterais e financeiros, torna-se essencial para a atração de investimentos financeiros.

Nessa mesma esteira, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) e o projeto da Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA) atuam para impulsionar a integração amazônica aos fluxos mundializados de capital. As duas iniciativas visavam a construção de massivo aporte nacional e intrarregional infraestrutural e logístico, que permitisse a integração dos mercados sul-americanos e facilitasse o escoamento da produção de *commodities* e mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus (ZFM), bem como a exploração extrativista dos recursos naturais biogénéticos, energéticos e minerais (Superti, Porto, Martins, 2011). O IIRSA também pretendia maior inserção regional sul-americana na economia internacional, pela lógica de blocos⁴³, via ampliação do volume e relevância dos mercados regionais e possível atração de investimentos para a implementação dos projetos infraestruturais e logísticos.

Observamos aqui, portanto, o início da construção de um projeto neoextrativista brasileiro, calcado na ideia de parcerias público-privadas – primariamente de investimento estatal - na implementação de novas frentes de acumulação de capitais, dentro da lógica

⁴³ Sendo o bloco Sul-americano liderado pelo Brasil, enquanto ator subimperialista.

financeirizada de especulação sobre bases produtivas. Desta forma, é perceptível que o Estado ainda primava por subsidiar a grande produção, o que implica não apenas na manutenção, como também na ampliação da estrutura latifundiária no período subsequente (Delgado, 2005).

Recorrendo aos dados do IBGE, em 1960 o total de pequenos proprietários paraenses (aqueles com menos de 100 hectares) concentravam em suas mãos 25,6% da área do estado, enquanto que os grandes proprietários (com mais de mil hectares – apenas 581 propriedades) dispunham de 46,4% do território estadual. Em 1980 as pequenas propriedades dispunham de 20,7% da área paraense, enquanto que os proprietários com mais de mil hectares concentravam 57,5% das terras – entre estes, apenas 199 propriedades dispunham de 35,7% da área total do Pará, demonstrando que houve uma concentração ainda mais acentuada nas grandes propriedades. Em 1995, um total de 50,9% do território paraense estava concentrado em apenas 1,1% das propriedades do estado. (Marques, G. 2019, p. 179-180)

A reconfiguração da estratégia macroeconômica brasileira, pela promoção da economia do agronegócio - enquanto expressão da junção entre grande capital industrial, financeiro e latifundiário, ancorados no subsídio estatal - adquire novamente papel central no equilíbrio da balança comercial (Delgado, 2005; 2012). Claro que os dividendos são redirecionados ao setor primário, via financiamento estatal, ou ao exterior, em forma de remessas destinadas à amortização da dívida externa, de maneira que a economia do agronegócio não gera efeito multiplicador domesticamente (Delgado, 2005). Os principais motivos para isso são a baixa geração de emprego, dada à alta intensidade tecnológica do setor modernizado, a restrição da demanda interna em prol do superávit da balança comercial e a expansão de terras improdutivas (Delgado, 2005). O que demonstra o apoio direto do Estado brasileiro a um modelo econômico calcado no setor primário capital-intensivo e concentrado, bem como a derradeira submissão dos setores produtivos às finanças no atual estágio do capitalismo.

Preza-se pela geração máxima do lucro, pela realização exponencialmente acelerada de capital, que não implica na promoção de qualidade de vida para a classe trabalhadora. É interessante percebermos aqui que a situação de superexploração do trabalho permanece na periferia, mesmo que com dinâmicas alteradas. É fato que as atividades extrativas se modernizam, a ponto de se desenvolverem em indústria extrativa, e que o agronegócio se configura em termos de complexos agroindustriais, todavia, a precarização do trabalho nesses ramos de atividade, aliada à baixa geração de empregos e a remessa acentuada de riqueza para o exterior que o setor modernizado propicia, estimula a compressão dos salários gerais e um inflado setor de serviços, que pressiona o poder de compra e os direitos trabalhistas adquiridos no meio urbano ou rural (Marini, 1981; Delgado, 2005; Svampa, 2019). Para os trabalhadores do campo, povos e comunidades tradicionais e sem-terra, entretanto, a situação é ainda mais grave e violenta.

O vácuo jurídico-administrativo em relação às políticas fundiárias, perpetrados por uma aplicação distorcida de aparentes avanços legislativos em favor da reforma agrária, não asseguram a função social da terra, constitucionalmente estabelecida, desde 1988 (Delgado, 2005). A falta de fiscalização e de aplicação efetiva dos pressupostos legais citados, permite a expansão dos latifúndios, o que é facilmente comprovado pelas estatísticas: em 2003, mais de 34% das terras tituladas públicas ou privadas configuravam em improdutivas ou terras devolutas (Delgado, 2005).

Além da simples ineficácia na aplicação legal do pressuposto da função social da terra, a desapropriação de terras enquanto ferramenta de condução da reforma agrária é deturpada infraconstitucionalmente, de maneira que se desenvolve um mercado paralelo de valorização financeira de terras desapropriadas e de Títulos da Dívida Agrária (Delgado, 2005). Beneficiam-se os proprietários de terras improdutivas, no lugar de impulsionar a reestruturação fundiária no país. Mais uma vez fica claro como a dimensão das finanças atua centralmente na estruturação da economia do agronegócio no Brasil contemporâneo e contribui para agravar a situação nacional de profunda desigualdade no campo, estruturalmente continuada. Nesse sentido, os governos PT carregam a ideia de um novo projeto econômico e social brasileiro, o qual, ao não partir da crítica radical ao regime de acumulação capitalista, não apenas mantém como perpetua e aprofunda a estrutura fundiária e a condição dependente brasileira ao construir e implementar o protoprojeto neoextrativista do governo FHC, enquanto base de um almejado desenvolvimento nacional.

2.3 O PROJETO DE REDISTRIBUIÇÃO CALCADO NA CONCILIAÇÃO DE CLASSES E NO NEOEXTRATIVISMO

Em termos de estratégias macroeconômicas, os governos PT mantêm quase inalterada as políticas neoliberais empreendidas por seu antecessor, com a valorização cambial, a manutenção de altas taxas de juros para a atração de investimentos financeiros externos, com um retorno ao setor primário enquanto agente de inserção ativa nacional no comércio e na especulação de ativos internacionalmente (Carcanholo, 2008; Paulani, 2012). A alta dos preços das *commodities* em razão do acelerado crescimento da economia chinesa contribui para o sucesso imediato dessa estratégia, que promete a industrialização e desenvolvimento nacionais via setor primário e a concomitante redistribuição da renda para a promoção do desenvolvimento social no país (Paulani, 2012; Svampa, 2019; Sauer, Oliveira, 2022). Contudo, o recrudescimento do déficit em Conta Corrente demonstra a ineficácia de uma estratégia

primário-exportadora como solução estrutural para o desequilíbrio externo brasileiro (Delgado; Paulani, 2012).

De qualquer forma, na primeira década do século XXI, observamos a quadruplicação do valor das exportações, quando comparados os anos base de 1995 a 1999 com os anos analisados de 2008 a 2010: o valor total de exportações brasileiras ao ano sai de 50 bilhões para 200 bilhões de dólares (Delgado, 2012). No mesmo período, observa-se um aumento de mais de 10% na exportação de produtos básicos e semielaborados, de 44% para 54,3%; concomitante à queda de mesma magnitude para a exportação de manufaturados, de 56% para 43,4% (Delgado, 2012). Entre 2004 e 2010 a indústria de transformação brasileira involui de um superávit de 24 bilhões de dólares para um déficit de 34,8 bilhões de dólares no comércio exterior (Belluzzo, Almeida, 2015). Ainda entre 2000 e 2010, a proporção das exportações de produtos industrializados cai de mais de 70% para menos de 50%, enquanto as exportações nacionais de produtos básicos saem de uma proporção de 20% em 2000 para mais de 45% em 2010 (Paulani, 2012). Além da visível maior participação da exportação de produtos primários, destacamos o crescente papel do setor financeiro na conformação da economia brasileira:

"[...] nas duas últimas décadas, a relação Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)/Produto Interno Bruto (PIB) nunca recuperou sequer o resultado que conseguiu na conturbada década de 1980, mesmo com a recuperação do crescimento econômico na segunda metade dos anos 2000 [...]. [...]o regime de crescimento vigente na economia brasileira pós-Plano Real é um regime que apresenta elevadas taxas de lucro macroeconômico, com taxas muito baixas de acumulação de capital produtivo (BRUNO, 2009). [...] Além disso, o patrimônio dos grupos empresariais que atuam no setor financeiro cresceu 71,7% entre 2003 e 2008 (COSTA PINTO, 2010), enquanto o PIB cresceu 28% no mesmo período." (Paulani, 2012, p. 94)

Esse cenário denota a onda de especialização produtiva do comércio internacional, em que o Brasil adentra assumindo uma “especialização regressiva”, que consiste no retorno da exportação primária como compensadora de balanças comerciais deficitárias (Trindade, 2020). Todavia, a perda de competitividade no comércio mundial aliada ao recrudescimento do déficit da Conta de Serviços, impulsiona o déficit da Conta Corrente a partir de 2008 e mina a estratégia primário-exportadora de resolução conjuntural/estrutural do desequilíbrio externo (Delgado, 2012).

Em movimento reverso à década anterior, a renda da terra no Brasil passa por processo de valorização que denota algumas características conjunturais, como o *boom* das *commodities* e o retorno massivo do investimento estatal no setor rural (Delgado, 2012). A média da renda fundiária brasileira se estabelece em aumento de 10,16% para o período de 2000 a 2006, em movimento oposto ao período anterior, de 1994 a 1997, em que se observa uma queda de 11,2%

do preço das terras de lavouras (Delgado, 2012). Dado que a formação do preço da terra deriva tanto da expectativa de produtividade e lucratividade, quanto da política fundiária nacional, e que ambos os aspectos se apresentam na conjuntura brasileira da primeira década do século XXI, podemos depreender que se forma uma parceria público-privada - com importante papel do Estado -, na promoção da renda fundiária e do setor rural como um todo, especialmente em torno ao agronegócio e ao latifúndio.

“Consultando-se dados dos “Planos de Safra” do período 1999 a 2010, observa-se substancial elevação do crédito rural [...] sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos; retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases; taxa de câmbio mais favorável no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações.” (Delgado, 2012, p. 101)

Os governos Lula I e II observam ainda a franca retomada das políticas de equalização de preços dos produtos agrícolas e estocagem via aquisição governamental, além da ampliação do reconhecimento de posse de terras devolutas, especialmente na Amazônia Legal, com até 2500 hectares, através da MP 458/2008. (Delgado, 2012).

“O controle da função social da terra, previsto constitucionalmente, tornou-se cada vez mais frouxo, sob condições de refluxo do movimento social e ostensiva operação de grilagem de terras públicas, de que nos dá conta mais recentemente a legalização desses processos mediante a emissão de sucessivas MPs, sendo a principal delas a MP n.458/2008, que autoriza a entrega de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal a ocupantes e possíveis grileiros.” (Delgado, 2012, p. 111)

Mais um dado relevante para a compreensão do cenário favorável à grilagem, se refere ao levantamento de 2006, pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que identifica por volta de 36,2% ou 1/3 do território nacional como “Áreas com Outras Ocupações do Território” ou terras devolutas, vulneráveis à grilagem (IBGE, 2006). Essa porção imensa do território não se encaixa nem enquanto estabelecimento ou imóvel rural, nem como áreas de preservação ou TIs, estando à margem do controle de qualquer órgão governamental.

No período a partir de 2010 ainda observamos o avanço de uma estratégia dos ruralistas à desregulamentação ou afrouxamento do controle sobre reservas legais e áreas de preservação, que se constituem na construção inicial do projeto de concertação do agronegócio no legislativo – com participação de instituições privadas por fora do aparelho estatal e da mídia – enquanto expressão da retomada completa da burguesia ligado ao agronegócio⁴⁴ na constituição político-econômica brasileira. (Delgado, 2012; Pompeia, 2020)

⁴⁴ A ideia de burguesia ligada ao agronegócio se refere não apenas aos setores “da porteira para dentro”, incluindo atores a jusante e a montante das cadeias agroindustriais, bem como atores transnacionais ligados ao mercado de *commodities* e instituições financeiras.

O crédito rural, subvencionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), também em movimento regresso à década anterior, entra em período de franca expansão de 2001 a 2010 – mas especialmente de 2003 a 2007 – resultando em um aumento de 148% da concessão de crédito rural pelo SNCR, em comparação ao período de 1999/2001 (Delgado, 2012). A origem dos recursos do SNCR varia ao longo dos anos analisados (2001 a 2010), mas uma proporção média geral das fontes se dá da seguinte forma: “aproximadamente 65% de origem em fundos públicos identificados, 25% na Caderneta de Poupança Rural e 10% de uma miscelânea variável de fundos públicos e privados.” (Delgado, 2012, p. 103)

É perceptível, portanto, uma prevalência do financiamento público ao crédito rural, que se acresce ainda do fornecimento de taxas de juros consideravelmente abaixo da Selic aos tomadores e subvenção pública aos bancos para equalização dos juros à Selic. Os montantes do gasto público com as subvenções de juros, rolagem da dívida agrária e política de preços, para o período de 2000 a 2010, totalizam “cerca de 86,6 bilhões de reais (a preços de 2010); ou cerca de 7,9 bilhões de reais anuais médios, a preços de 2010 [...]”. (Delgado, 2012, p. 105). A subvenção de crédito corresponde também a 50% do gasto fiscal da União, enquanto gasto financeiro sob as pastas da Função Agricultura e da Organização Agrária (Delgado, 2012).

O período de 2000 a 2010 encerra em si, portanto, o relançamento de uma estratégia primário-exportadora para o setor externo brasileiro, frente à valorização internacional dos produtos básicos e semielaborados e a um massivo aporte estatal de fomento à economia do agronegócio – que consiste no pacto de economia política público-privado em torno à inserção internacional da agroindústria brasileira. Ou, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a “Balança Comercial do Agronegócio”, que considera os produtos “que pertencem à cadeia produtiva de uma matéria-prima agropecuária, independente do grau de agregação”. (Mapa, 2007, p. 11).

Tal agregação de produtos mais elaborados industrialmente sob o guarda-chuva “agronegócio” é verificável, por exemplo, entre as maiores exportações do setor. Apesar de mais da metade das exportações entre 2000 e 2010 se concentrarem em “Carnes, Açúcar e Soja”, categorias de maior valor agregado como “Couros e Calçados” e “Produtos Florestais, Madeira e Celulose de Madeira”, figuram respectivamente no 4º e 6º maiores incrementos de exportação entre 2000 e 2010, com um aumento de 118,1% para “Couros e Calçados” e 89,4% para “Produtos Florestais” (Mapa, 2007, p. 1 a 6).

A conjuntura da primeira década do século XXI que impulsiona esse movimento de

reprimarização do comércio exterior brasileiro⁴⁵, reflete, para além do *boom* de *commodities*, a reconstituição do crédito rural pela SNCR; o aumento do preço da terra, derivado do aumento do preço dos ativos, bem como da proteção institucional em torno à atividade primária – frouxidão regulatória, subvenções e liquidez bancária –; e o fomento à inserção internacional das cadeias agroindustriais (Delgado, 2012; Pompeia, 2018).

“Observe-se que, com o ajuste da Balança Comercial que a ‘primarização’ das exportações concede, desde meados desta década, os mercados financeiros se abrem com fluxos de liquidez crescentes a injetar capitais no Balanço de Pagamento [...]. Mas os “serviços” do capital estrangeiro, que sempre foram deficitários no nosso Balanço de Pagamentos, triplicam o tamanho desse déficit na década de 2000, seguindo uma dinâmica de remunerações, fundamentalmente dependente de juros e distribuição de lucros e dividendos, que não se vinculam às exportações primárias. Isto impõe à Conta Corrente um déficit estrutural superdimensionado da ‘Conta Serviços’, a que se deve acrescentar outro déficit estrutural do segmento tipicamente industrial da economia, obrigando-nos a depender crescentemente do ingresso de novos capitais. Essa relação desequilibrada, sob as condições vigentes, repõe os fatores estruturais da dependência externa.” (Delgado, 2012, p. 112-113)

Exacerba-se a vulnerabilidade econômica frente às instabilidades internacionais típicas das crises cíclicas do capitalismo, aprofundadas pela crise estrutural do regime de acumulação do capital em sua etapa financeirizada. Observamos aqui uma combinação da estratégia de inserção ativa do Brasil no regime financeirizado de acumulação capitalista, enquanto plataforma de valorização de capital, com o relançamento do agronegócio como estratégia para a manutenção do equilíbrio externo (Delgado, 2012; Paulani, 2017; Pompeia, 2018).

Em resumo, desenvolve-se um projeto público-privado – de aporte majoritariamente público – baseado na hipótese das vantagens comparativas, que implica a inserção internacional via mercado de *commodities* agrominerais. Sendo o objetivo macroeconômico, o equilíbrio da Conta Corrente escorado no afluxo de capitais estrangeiros e na compensação do decréscimo da indústria secundária. A própria remuneração dos capitais estrangeiros, entretanto, se situa como uma das primeiras grandes vulnerabilidades diretas dessa estratégia agroexportadora.

“No primeiro mandato de Lula, a desvalorização da moeda em conjunto com a ascensão dos preços das *commodities* provocada pelo efeito China fez com que as contas externas brasileiras voltassem a apresentar resultados positivos em transações correntes. No segundo mandato de Lula, porém, a contínua revalorização da moeda combinada com a queda dos preços das *commodities* após a crise de 2008 fez os déficits em transações correntes voltarem com força [...]” (Paulani, 2012, p. 94)

Em se tratando de uma economia capitalista, devemos acrescentar o motor estrutural de adoção do que podemos chamar um modelo econômico neoextrativista neodesenvolvimentista:

⁴⁵ Pontuamos aqui os limites do termo reprimarização para descrever o cenário econômico brasileiro nos anos 2000, contudo, a utilização do conceito “reprimarização do comércio exterior” alude muito mais ao relançamento da estratégia primário-exportadora para o equilíbrio da Conta Corrente.

a captura do excedente econômico. Para tal, a renda fundiária torna-se peça central, juntamente à superexploração do trabalho e dos recursos naturais, tendo em vista que quase a totalidade dos incrementos tecnológicos empregados no setor primário brasileiro se encontram sob controle e remuneração de grandes empresas transnacionais estrangeiras (Delgado, 2012; Mitidiero, Goldfarb, 2021). Ainda no que concerne à renda fundiária, monopólio e superexploração do trabalho e dos recursos naturais garantem a maximização da captura de excedente, de um modelo de crescimento econômico que não engendra ganho de produtividade ou crescimento do mercado consumidor interno, se mantendo essencialmente dependente da demanda externa para sua reprodução (Delgado, 2012; Mitidiero, Goldfarb, 2021).

“Por sua vez, à dinâmica de crescimento da produtividade física da agropecuária nas zonas consolidadas ou nas zonas de nova incorporação fundiária, não há evidência de correspondência com aumento de salário, nem tampouco de elevação de emprego de trabalhadores não qualificados, vinculados ao crescimento da produção. Em outros termos, a taxa de salário, o emprego e a massa salarial geradas no processo de produção e exportação de bens primários não crescem, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas de 8 a 10% a.a. [...]” (Delgado, 2012, p. 116)

Entre 1996 e 2006, o “Pessoal Ocupado” nas atividades agropecuárias, passou de 17,85 milhões para 16,57 milhões, representando um **decréscimo** de 7,2% em meio à ativa expansão do agronegócio, impulsionado pelo Estado brasileiro e fomentado pelo auge do *boom* de *commodities* (Delgado, 2012; Svampa, 2019).

Podemos apontar, portanto, que o modelo de acumulação extrativista brasileiro no século XXI, se sustenta na superexploração dos fatores trabalho e na financeirização dos bens naturais. Isso porque não dispõe de incremento tecnológico próprio, com aumento de produtividade baseado na adoção do pacote tecnológico agroquímico das grandes transnacionais estrangeiras, já em circulação no mercado há décadas. E depende, em maioria, de capitais e demanda externos, tendo em vista o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e o baixo efeito multiplicador interno alavancado pelo modelo agroexportador: baixa geração de empregos, especialmente formais, postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração. De forma que a exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais, a captura da renda fundiária maximizada pelo monopólio e a extração de mais-valor do trabalho acima do mínimo necessário para a reprodução da vida do trabalhador, constituem a base da reprodução e acumulação de capital no modelo neoextrativista.

A exploração extensiva e intensiva da terra e dos recursos naturais fica evidente ao observarmos as estratégias dos ruralistas de enfrentamento à regulação vigente na época sobre,

por exemplo, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, através da alteração do Código Florestal. O crescimento do uso de agrotóxicos e de queimadas também corroboram essa hipótese, bem como a predominância da monocultura, que permitem maior extração de produtividade e mesmo apropriação de renda fundiária extraordinária.⁴⁶ Estratégia que ganha corpo, especialmente após 2010, com a organização dos capitalistas da agroindústria em torno à sua entrada no legislativo e ataques aos direitos territoriais indígenas e às UCs. Quanto à superexploração do trabalho, a primeira década do século XXI exhibe uma explosão nos casos de auxílio-doença ou auxílio-acidente segundo dados da Previdência Social, com um incremento de mais de 120% do número de beneficiados entre 2000 e 2009; sendo 51% somente de trabalhadores rurais⁴⁷. Vale apontar também que o ônus da manutenção do tratamento às morbidades adquiridas se concentra no trabalhador e a remuneração dos gastos em saúde com a Previdência, de maneira que o contratante se vê desobrigado financeiramente

Outra faceta do projeto neoextrativista da burguesia, que sustenta a captura extraordinária de excedente no século XXI, é a reconversão da Amazônia em palco de grandes projetos energéticos, minerais e infraestruturais, financiados pelo Estado brasileiro como convite à entrada do grande capital transnacional e como promessa de crescimento e desenvolvimento econômico nacional (Marques, G. 2019). Os índices de desenvolvimento humano na região, no entanto, permanecem abaixo da média nacional, o que demonstra um importante ponto de falha do neodesenvolvimentismo até mesmo na promoção dos limitados avanços a que se propõe dentro da estrutura produtiva capitalista: uma módica redistribuição de renda⁴⁸ e o desenvolvimento social nacional orientado pelo acesso ao consumo (Marques, G. 2019).

No final da década de 2000, a região Norte ainda contava com 42% da população na condição de pobreza e mais de 10 milhões vivendo com até meio salário mínimo. [...] Os 10 municípios brasileiros com pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado na ilha de Marajó, onde se estimava que até metade da

⁴⁶ Entre 2003 e 2009 o uso de agrotóxicos se elevam em 128% e entre 1996 e 2006 as áreas de lavoura crescem em 43,2% (Delgado, 2012).

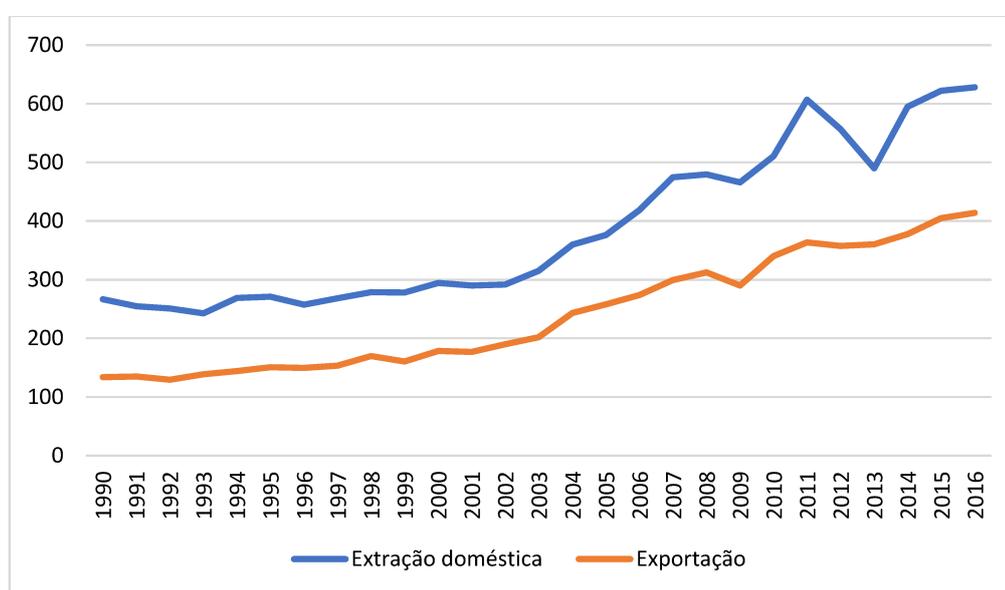
⁴⁷ A porcentagem já alta de incremento de beneficiados por Auxílio-doença e Auxílio-Acidente entre os trabalhadores rurais, torna-se ainda mais relevante mediante os dados do Censo Agropecuário de 1996-2006, que efetivamente demonstram a queda da População Ocupada rural. Ou seja, o volume de beneficiados de 2000 a 2009 cresce, à medida que o número de segurados rurais cai. Do que podemos depreender um aumento derivado da intensificação da exploração - juntamente com o maior grau de formalização dos contratos de trabalho – e não do simples incremento geral de segurados. A esse fator soma-se ainda a maior burocratização e dificuldades de acesso dos segurados rurais aos requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para concessão dos benefícios, especialmente a perícia médica, que podem jogar os números para baixo.

⁴⁸ Apontamos aqui que o pretensão neodesenvolvimentismo calcado no neoextrativismo falha inclusive no seu projeto imediato de inserção social via consumo, quando observamos o contínuo rebaixamento do nível de qualidade de vida na região Norte, que se converte em importante geradora de riqueza e investimento no projeto neoextrativista brasileiro.

população municipal fosse analfabeta. Entre os 20 municípios com os piores IDHs do Brasil, 15 eram da região amazônica. [...] . Já Manaus era a região metropolitana com os piores indicadores sociais e econômicos brasileiros. (Marques, G. 2019, p. 221-222)

O estado de profundo abandono pelo aparato protetivo social estatal ao qual a região Norte permanece relegada contrasta com o volume de riqueza produzido e extraído na região. A mineração, que se converte em uma das grandes frentes de exportação brasileira, ligada ao fornecimento de ferro, bauxita, manganês e estanho à China, compõe a maior parte da pauta de exportação da região Norte (Marques, G. 2019).

Gráfico 4: Extração doméstica e exportações brasileiras de minerais metálicos, em milhões de toneladas, 1990-2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database⁴⁹

Podemos observar uma importante aceleração do volume de minerais metálicos extraídos e exportados pelo Brasil na primeira década e meia do século XXI, em comparação à tendência estabelecida de 1990 a 1999. Somente de 2001 a 2007, os minérios tornam-se o 6º maior produto de exportação nacional e a 2ª maior entre as *commodities*, participando em 5,8% do valor total das exportações no período (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2008). Essa importância que os minerais metálicos adquirem na pauta de exportação brasileira, garante resultados impressionantes de valor exportado, por exemplo, para o estado do Pará, maior centro de extração e escoamento nacional de minério ferro e ferro gusa. De

⁴⁹ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa?mfa4Categories\[\]=MO&flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=EXP&countries\[\]=BRA076&erPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa?mfa4Categories[]=MO&flowTypes[]=DE&flowTypes[]=EXP&countries[]=BRA076&erPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc)>.

forma que, apesar de a região Norte apresentar a menor participação relativa no valor das exportações totais brasileiras, o Pará se destaca entre os exportadores nacionais, alcançando o 6º lugar entre os maiores exportadores e contribuindo com quase 7% das exportações brasileiras (DC Logistic Brasil, 2020). Em 2015, inclusive, o município de Parauapebas, localizado no sudeste do Pará, figura como o 5º município que mais exportou no Brasil, no patamar de US\$ 3,3 bilhões (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2015).

A extração mineral, contudo, constitui uma atividade que sequer desenvolve a inovação tecnológica nacional ou garante qualquer nível de multiplicador econômico regional/local de longo prazo. O que se desenrola, portanto, é uma atualização das históricas relações “sub coloniais” intrarregionais brasileiras, estabelecidas pelo desenvolvimento desigual. Observa-se, ainda, a contínua especialização regressiva das Unidades Federativas que compõem a região Norte, além dos processos de degradação socioambiental, conflitos fundiários e violações dos direitos humanos que constituem o rastro do “progresso”.

Em 2011, após décadas de luta contra sua implementação, é iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), durante o primeiro mandato Dilma Rousseff, após aprovação ainda em 2005, no primeiro mandato Lula (Marques, G. 2019). A UHBM constitui parte do Programa de Aceleração do crescimento (PAC), como mitigação da crise energética que se desenrola desde o fim da década de 1990 (Marques, G. 2019). Podemos apontá-la como uma das importantes obras infraestruturais que garantem, mais que o funcionamento das atividades produtivas brasileiras, a abertura de espaços de valorização e exploração nas fronteiras amazônicas⁵⁰. A UHBM situa-se no baixo Xingu, área de intensa presença de Resex, TIs e altamente conflituosa em termos fundiários, mas também território estratégico para a extração e escoamento de minérios⁵¹ (Marques, G. 2019; Rede Xingu+, 2024).

As diversas tentativas de paralização durante e após a finalização das obras da UHBM, foram duramente reprimidas pela Polícia Militar (Marques, G. 2019). Escancarando novamente os limites da democracia burguesa e do projeto neodesenvolvimentista, frente os imperativos da acumulação de capital. A UHBM, a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e da atividade mineradora, bem como suas implicações no aumento da violência, da repressão, dos conflitos fundiários, da insegurança alimentar na região, contrastam com os aparentes avanços

⁵⁰ Especialmente tendo em vista que, o regime de cheia do rio Xingu, permite o pleno funcionamento da Usina por apenas alguns meses do ano; já prevendo-se a necessidade da futura construção de uma nova barragem para garantir a utilização da primeira (Marques, G., 2019).

⁵¹ O projeto de implantação da Ferrovia Ferrogrão situa-se próxima à UHBM, funcionando como implementação logística para o escoamento de minérios para fora do país. A Ferrogrão é apontada como mais um projeto prejudicial tanto aos ciclos biológicos da bacia do Xingu e seu entorno, como à manutenção das condições de subsistência da população tradicionalmente assentada na região (Rede Xingu+).

em proteção ambiental alcançados, por exemplo, pela liderança de Marina Silva no MMA. De 2005 em diante, com a implantação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), a queda dos índices de desmatamento é contínua até 2012, quando a tendência começa a reverter-se, dado ao avanço da concertação do agronegócio na institucionalidade que atua para a desarticulação dos já frágeis mecanismos de proteção ambiental (Marques, L. 2015; Pompeia, 2018). De todo modo, a perspectiva preservacionista que não esteja assentada na garantia da soberania popular ou, ao menos, de algum nível satisfatório de desenvolvimento econômico regional e local, conformam-se, na verdade, à perspectiva de conservação de recursos para a valorização futura de capital, obedecendo aos desígnios do grande capital transnacional hegemônico.

É dessa forma que observamos o desenrolar da conformação global em torno à concertação do capital transnacional, que posiciona o Brasil como plataforma de valorização de capitais de base neoextrativista e impulsiona os processos de reprimarização da pauta de exportação nacional e da especialização regressiva das UFs e intrarregiões. É esse mesmo movimento que pressiona o avanço do capital pelas fronteiras amazônicas, posicionando a região como território central para os fluxos de capitais globais, como também para os movimentos especulativos que envolvem os ativos inexplorados, a renda da terra, a indústria de biotecnologia e a produção de commodities agrícolas, vulnerabilizados em contexto de escasseamento de recursos. De maneira que, é preciso voltarmos nossos olhos aos processos internos e aos atores específicos que constituem esse movimento de implementação nacional de uma concertação do agronegócio. Que envolve, para muito além das cadeias agroindustriais, todo um aparato financeiro-industrial-extrativista que se estabelece no atual modelo primário-exportador brasileiro. E que descamba no projeto neofascista, de avanço irrestrito e violento do capital sobre a Amazônia, articulado pelas burguesias que atuam internamente, como estratégia de maximização da captura de excedente frente ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, de 2016 em diante.

CAPÍTULO 3: O PROJETO CONSERVADOR EM CURSO E A REPRODUÇÃO DOS INTERESSES DO CAPITAL EXTERNO

O *boom de commodities* e a consolidação de uma estratégia público-privada de fomento à exportação primária impulsionam a articulação da burguesia relacionada às atividades extrativas em torno da concretização de seus interesses de classe na institucionalidade política (Delgado, 2012; Pompeia 2020). Podemos dizer, portanto, que a formação de uma economia do agronegócio, nos termos de Delgado (2012), constitui e é constituída pela sofisticada articulação de interesses que Pompeia (2018) denomina “concertação política do agronegócio”. Isso significa que os ganhos materiais de poder econômico das burguesias relacionadas às atividades primárias impulsionam sua organização de classe para a disseminação de sua influência, tanto diretamente na institucionalidade política quanto na opinião pública, que asseguram a expansão continuada de sua acumulação de capital.

Apontar essa dimensão, que enfoca os atores e os movimentos estratégicos de consolidação dos interesses da burguesia, importa porque demonstra a agência direta da escolha pela superexploração e pela espoliação como égide da acumulação de capital. Especialmente num cenário de aprofundamento das contradições do capitalismo, que envolvem agora a própria capacidade de reprodução da vida em situação de progressivo desequilíbrio metabólico do planeta. E especialmente quando a instrumentalização dessa agenda se dá em contexto de social-democracia, com a ascensão de governos progressistas, que não se mostram verdadeiramente comprometidos com as lutas do campesinato, com o desenvolvimento equiparado de todas as regiões nacionais, nem com a promoção do desenvolvimento sistemático e a longo prazo. Mesmo dentro dos limites do reformismo, os avanços foram contidos, portanto, pela conciliação de classes.

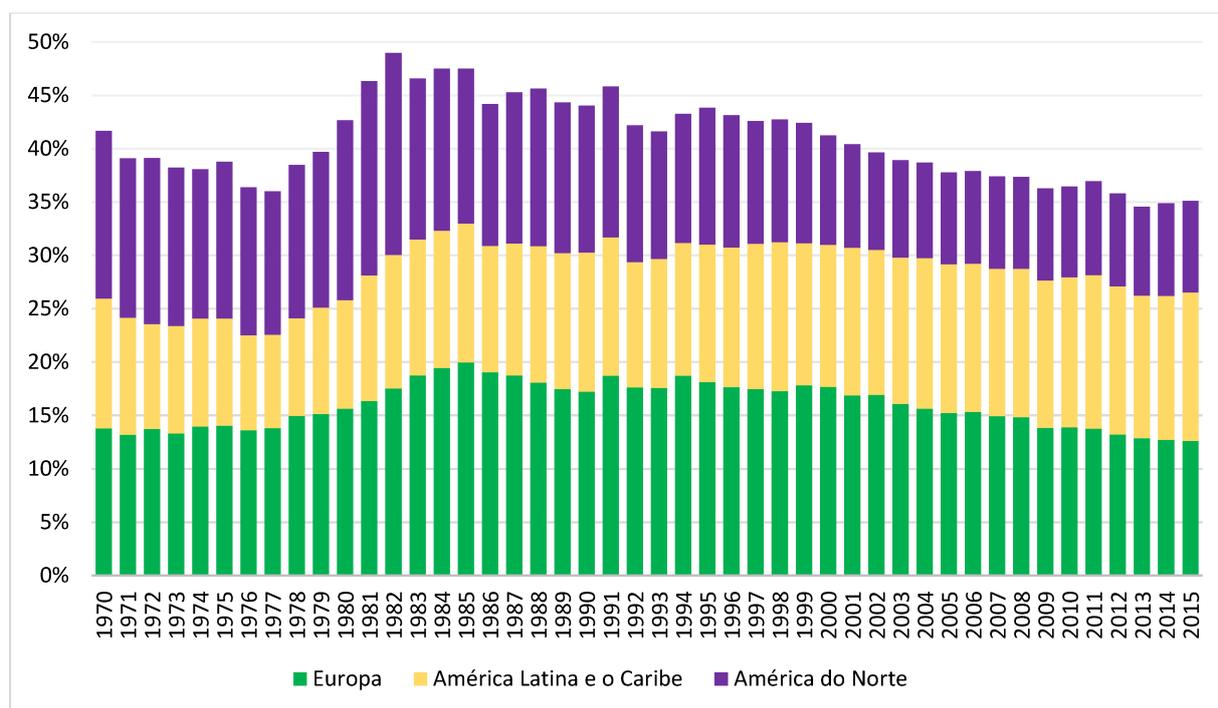
É claro que, como analisamos até aqui, diversos elementos estruturais da própria base de funcionamento e desenvolvimento do capitalismo modelam a tomada de decisões da burguesia e dos agentes do capital para a manutenção da reprodução ampliada e da acumulação. Inclusive, em se tratando de uma economia dependente, podemos apontar a subordinação dos interesses internos aos externos. O que significa, nessa etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista, financeirizada e monopolista, a especialização regressiva a um modelo primário-exportador com entrada ativa no mercado financeiro, que permite a valorização de capital concomitante à superexploração do trabalho e dos recursos naturais (Harvey, 2004; Delgado, 2012; Trindade, 2020). Nesse ponto, articulam-se as ideias de hegemonia do capital transnacional, de Gill e Law (1989), e de concertação política do agronegócio, de Pompeia

(2018), sendo o último a expressão nacional do bloco no poder, como veremos mais a fundo ao longo dessa sessão. Todavia, não descartamos dessa análise a capacidade de agência dos atores nacionais que pavimentam o caminho para a institucionalização da agenda própria do agronegócio, em detrimento de um desenvolvimento de base popular.

Nesse sentido, trataremos do desenvolvimento do projeto neoextrativista brasileiro no século XXI a partir: 1) da análise em torno a formação da chamada concertação política do agronegócio, que denota as articulações de classe operadas durante a reestruturação econômica brasileira pós década de 1990, na garantia da abertura de espaços à valorização de capital pelas fronteiras naturais inexploradas, via institucionalidade estatal; 2) da compreensão dos avanços políticos da burguesia articulada, que minam o projeto conciliatório da social-democracia e impulsionam o exacerbamento das contradições do capital no Brasil, com a intensificação das pressões sobre a classe trabalhadora e sobre o meio-ambiente; 3) da investigação sobre as frações de classe que compõe essa concertação política, seus interesses particulares e suas interferências diretas e indiretas na retomada conservadora do neoliberalismo pleno pelo aparato estatal seguido da virada neofascista que se instrumentaliza de uma “pseudo-radicalidade” para a exacerbação da violência nos territórios em disputa entre acumulação de capital e reprodução da vida.

3.1 DA CONCERTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO AO AGROGOLPE

A partir de 2000, entidades ligadas ao agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), ganham maior destaque no cenário político nacional e elevam seu status de representação de classe em comunicação direta com o Governo Federal (Pompeia, 2018). Nesse momento a oferta e a demanda internacional por *commodities* agropecuárias passa por importante recomposição, com a massiva ampliação da demanda chinesa e o esgotamento da capacidade produtiva de tradicionais exportadores, como os EUA (Delgado, 2010; Pompeia, 2018). A participação percentual da América Latina, América do Norte e Europa nas exportações mundiais de matérias-primas ilustram essa tendência:

Gráfico 5: Equivalentes percentuais de exportação de matérias-primas por região, 1970-2015

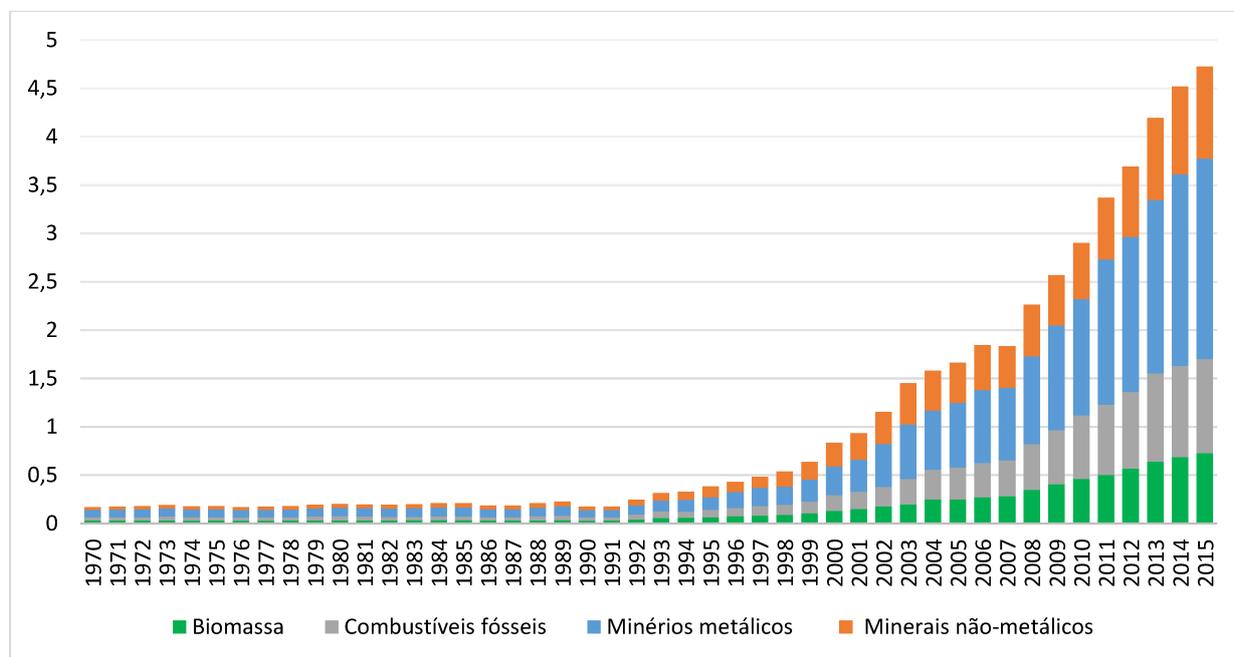
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database⁵²

Entre 1970 e 2015 observamos uma clara tendência à inversão na participação percentual referente às exportações de matérias-primas, ao compararmos as regiões da América-Latina, Europa e América do Norte. A década de 1990 se mostra como o ponto de virada definitivo nessa trajetória, com a contínua queda na participação das exportações de matérias-primas pela Europa e países da América do Norte, contrastada pelo constante crescimento das exportações latino-americanas no setor, especialmente após a virada do milênio. A Europa sai do equivalente a 16,36% das exportações mundiais de matérias-primas em 2000, para 13,19% em 2015; enquanto a América do Norte mantém o ritmo de queda constante desde 1990, saindo de 14,42% das exportações de matérias-primas nesse ano, para 10,97% em 2015 (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). Por outro lado, as exportações latino-americanas de matérias-primas, ganham mais de 5% de aumento na participação mundial, saindo de 9,75% em 1990 para 15,03% em 2015; com crescimento mais acentuado de 2000 em diante (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2024). No mesmo

⁵² Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

período, podemos constatar a aceleração da demanda chinesa por produtos básicos ou semielaborados através dos dados de importação de matérias-primas pelo país:

Gráfico 6: Toneladas importadas de matérias-primas pela China, por subgrupo, 1970-2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database⁵³

Ao analisarmos a série histórica de 1970 a 2015, percebemos a acentuada curva de crescimento no volume de importação de matérias-primas pela China de 2000 em diante⁵⁴, que reflete o processo de intensa expansão industrial do país. O destaque fica para a importação de minérios metálicos, com um crescimento de mais de 600% no volume de importações entre 2000 e 2015, saindo de 313,856 milhões de toneladas importadas em 2000 para 2,202 bilhões de toneladas em 2015, segundo dados do UNEP IRP Global Material Flows Database (2024). A curva de crescimento de importações de minerais não-metálicos, combustíveis fósseis e biomassa não se mostra aquém, variando entre um aumento de 400% a 550% no volume de importações. Ao compararmos essa tendência com os dados anteriormente analisados, caracterizamos o fenômeno da especialização regressiva das economias periféricas mediante a nova DIT que aprofunda a dependência, reflexo do estabelecimento das cadeias globais de valor e da transnacionalização do grande capital, que conforma o novo imperialismo.

⁵³ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

⁵⁴ A tendência ao crescimento nas importações de matérias-primas pela economia chinesa se inicia já na década de 1990, todavia, de 2000 em diante, apresenta-se ímpeto particular de expansão.

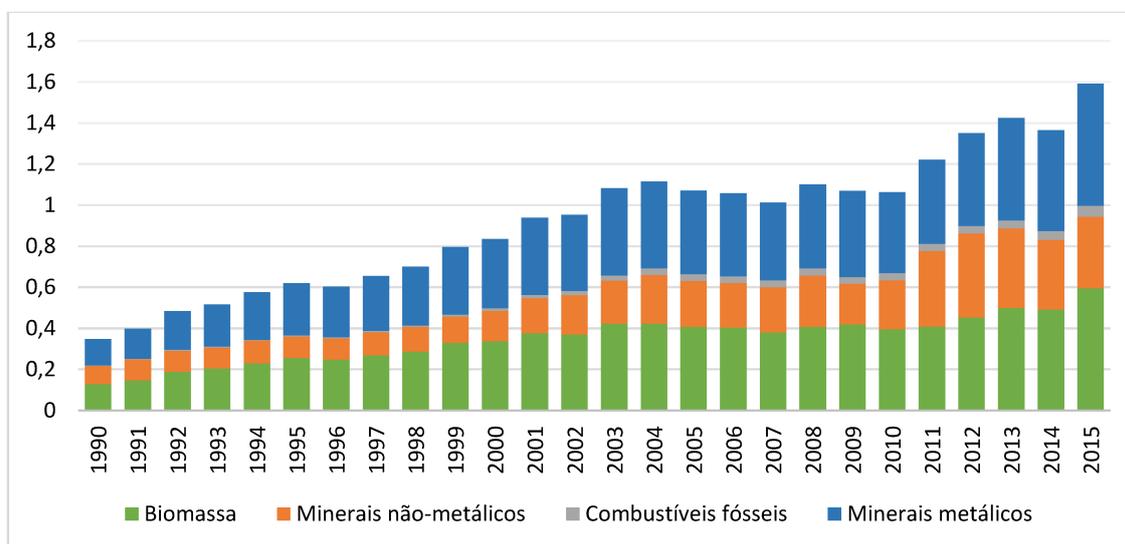
Svampa (2019), descreve esse processo enquanto “Consenso de *commodities*”, um impulso neodesenvolvimentista de governos progressistas latino-americanos que buscam se opor relativamente ao “Consenso de Washington”. Recorre-se à evocação de um discurso nacionalista, voltado ao controle soberano dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento, da distribuição de renda e da segurança alimentar (Svampa, 2019; Sauer, Oliveira, 2022). Essa estratégia, contudo, ao não se contrapor radicalmente à dinâmica estrutural da acumulação capitalista, consegue garantir apenas o acesso temporário ao consumo; contribuindo ainda com a inserção da financeirização na renda das famílias, num ambiente econômico e político sobremaneira vulnerabilizado pelas flutuações especulativas do “mercado” (Chesnais, 2016; Paulani, 2017; Svampa, 2019). O resultado é um avanço distributivo estruturalmente fragilizado no médio prazo e baseado na eventual cooperação das burguesias nacionais, progressivamente voltadas aos ganhos rentistas e fortalecidas pelo aparato estatal.

O Consenso de *commodities* baseia-se, ainda, primariamente no crescimento da demanda chinesa para viabilizar o projeto neodesenvolvimentista-neoextrativista. De fato, de 2000 a 2015, a China torna-se uma das maiores parceiras comerciais de países como Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, bem como principal destino de exportações para Venezuela, Argentina e Peru (Slipak, 2014; Svampa, 2019). São relações comerciais, no entanto, bastante assimétricas, com a prevalência da importação de bem manufaturados chineses pelos países latino-americanos e a quase totalidade das exportações da América Latina à China, concentrando-se em produtos básicos ou semielaborados (Svampa, 2019; Trindade, 2020).

Os investimentos de capital chinês e os empréstimos advindos do país também compõe importante fator de promoção de economias primário-exportadoras financeirizadas na América-Latina. Destacamos aqui, o papel importante do capital chinês na mineração latino-americana a partir da primeira década do século XXI, com a presença de grupos como Sinopec, Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), China National Offshore Oil Company (CNOOC) e Sinochem, em mais de 15 projetos mineradores no Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Peru e Colômbia (Svampa, 2019). Além do aporte de crédito ofertado à infraestrutura, energia e mineração, especialmente pelo Banco de Desenvolvimento da China (Svampa, 2019). O Brasil desponta como um dos principais destinos ao capital chinês na região, voltado especialmente à mineração, com destaque para a extração de ferro gusa, alumínio e bauxita, concentrados na região Norte, especialmente, no Pará (Marques; Svampa, 2019). Contudo,

podemos observar um crescimento importante nas exportações brasileiras de todos os grupos de bens básicos, com destaque para a exportação de biomassa⁵⁵.

Gráfico 7: Exportações equivalentes de matérias-primas em bilhões de toneladas, Brasil, 1990-2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database⁵⁶

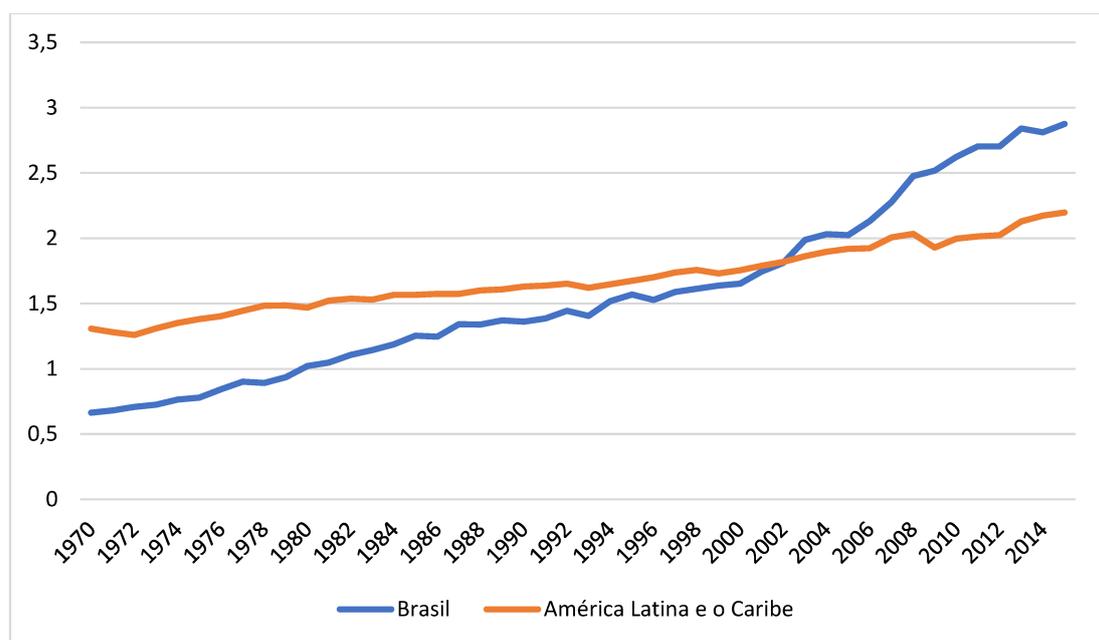
De 1990 a 2015 constatamos um crescimento geral das exportações brasileiras referentes aos principais grupos de matérias-primas, com modesta regressão em alguns períodos de crise ou instabilidade internacional, como, por exemplo, de 2008 a 2010, em reflexo da crise financeira mundial. Se isolarmos o período de 2000 a 2015, a exportação de biomassa apresenta o maior volume absoluto de exportações em quase todos os anos, exceto 2010 e 2011, quando o volume de minerais metálicos ultrapassa as exportações de biomassa em toneladas. A exportação de combustíveis fósseis apresenta o maior crescimento percentual no período, na ordem de 366%; contudo, com participação ainda muito restrita nas exportações totais (UNEP IRP Global Material Flows Database, 2023). O grande crescimento percentual do setor deve-se essencialmente ao arranque inicial da extração e produção petrolífera. Já a exportação de minerais metálicos, figura na segunda posição em termos de crescimento percentual do nível de exportações, na ordem de 222%, saindo de 249,024 milhões de toneladas em 2000, para 555,852 milhões de toneladas exportadas em 2015, segundo dados do UNEP IRP Global

⁵⁵ A classificação de biomassa engloba plantações, cultura forrageira e pastoreada, madeira, captura e colheita silvestre.

⁵⁶ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

Material Flows Database (2023); além de representar participação importante no volume total de matérias-primas para exportação. O que reflete bem a relação com o aumento da demanda chinesa, especialmente por minerais metálicos e cereais, no que diz respeito à atividade comercial do país com o Brasil. De toda forma, a extração doméstica e exportação de biomassa posiciona-se em lugar de destaque para o Brasil, em relação à América Latina como um todo:

Gráfico 8: Extração doméstica de biomassa em bilhões de toneladas, Brasil e América Latina e o Caribe⁵⁷, 1970-2015

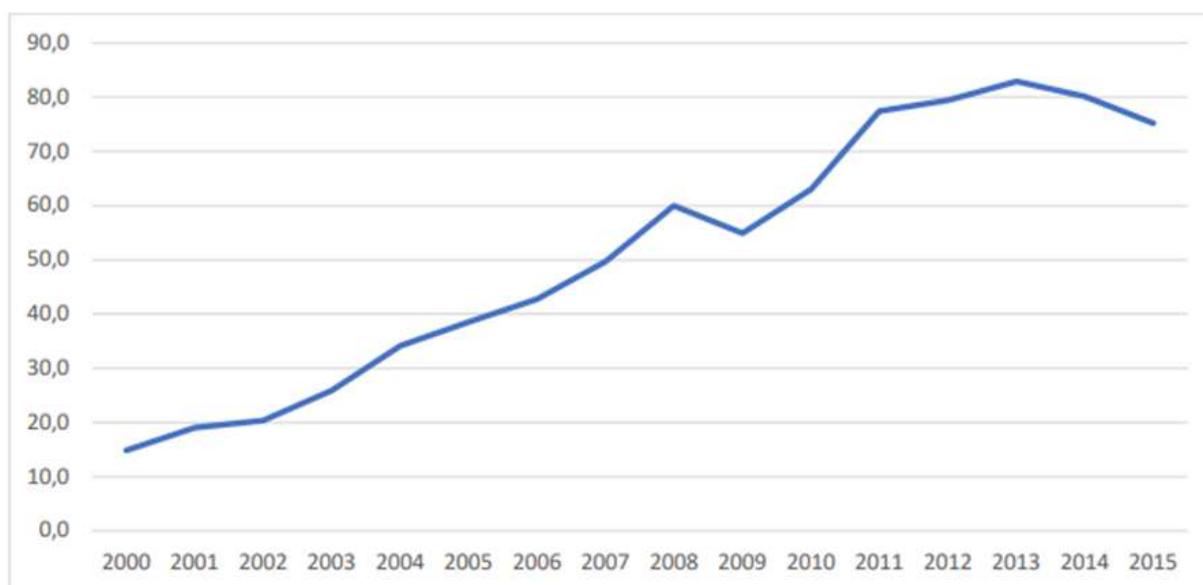


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UNEP IRP Global Material Flows Database⁵⁸

Observamos um progressivo distanciamento na tendência de extração de biomassa entre o Brasil e o restante dos países que compõem a região latino-americana. Tendência que se intensifica sobremaneira após 2000. O grau de crescimento da extração de biomassa indica a intensificação da exportação, para além do simples consumo doméstico. Os dados referentes ao volume e ao valor de exportações ligadas ao agronegócio corroboram a hipótese.

⁵⁷ Os dados referentes à América Latina e o Caribe excluem os indicadores brasileiros da análise. De forma que se observa aqui a tendência particular brasileira em contraste a do restante dos países latino-americanos.

⁵⁸ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

Figura 4: Exportações brasileiras relacionadas ao agronegócio em US\$ bilhões, 2000-2015

Fonte: Pompeia (2018), p. 194

A trajetória das exportações de produtos agropecuários – bem como das exportações a montante e jusante das cadeias de produção do agronegócio – mostra-se quase que totalmente crescente no período analisado, de 2000 a 2015. Com exceção de leve queda de 2008 para 2009, efeito imediato da crise financeira mundial. Mas a pronta recuperação dos ganhos de exportação no ano seguinte demonstra a aparente resiliência da economia do agronegócio⁵⁹.

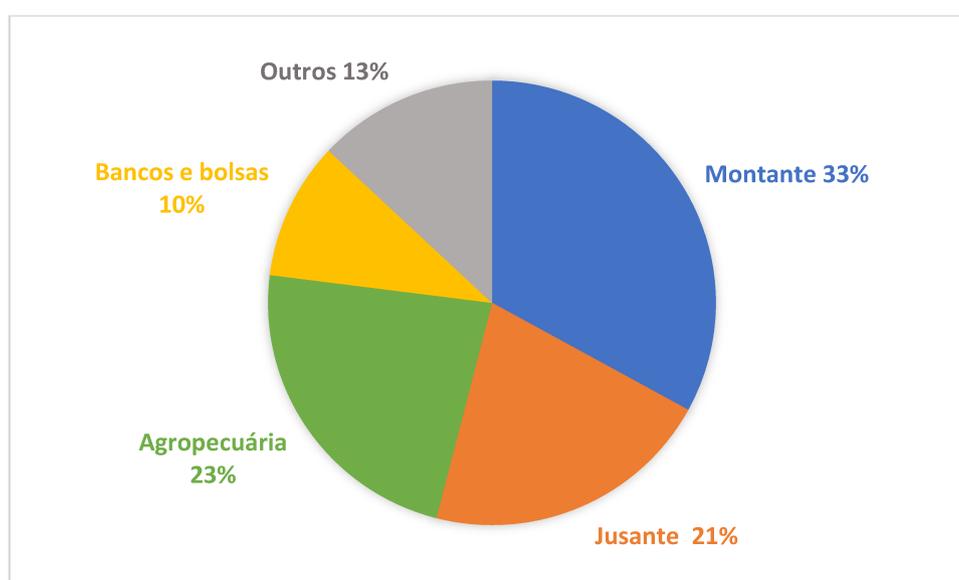
É esse dinamismo do comércio internacional de *commodities* aliado a um projeto nacional de inserção ativa no capitalismo financeirizado via exportações primárias, que cria, portanto, ambiente favorável para o ressurgimento de organizações de classe ligadas ao agronegócio como atores centrais da política brasileira, ao longo da primeira década e meia do século XXI. O caráter primariamente externo desse movimento de adaptação interna às mudanças estruturais do capitalismo, ainda evidencia a perpetuação e aprofundamento da subordinação dos interesses nacionais que conformam uma burguesia rentista e entreguista. Nesse sentido, precisamos pontuar ainda, que o discurso de promoção do desenvolvimento nacional, que busca aliar uma economia primário-exportadora com algum nível de recomposição industrial nacional - especialmente envolta na infraestrutura - tem espaço na concertação política do agronegócio até o fim da primeira década de 2000. De 2010 em diante,

⁵⁹ Nos referimos aqui à economia do agronegócio e não somente à suposta robusta produtividade do setor agropecuário, para destacar todo o aparato de fomento estatal em torno da manutenção da produtividade e lucratividade das exportações de bens primários, com destaque para as *commodities* agropecuárias, bem como as cadeias agroindustriais a jusante e montante que compõem o setor como um todo.

o rentismo ganha centralidade - o que se demonstra com os maiores níveis de desindustrialização nacional em décadas - bem como a crescente animosidade da burguesia com os governos progressistas. A composição das principais entidades organizativas da concertação política do agronegócio ilustra esse processo.

No período de 2000 a 2007 o perfil da ABAG – nesse momento, organização central para a concertação - passa por significativa recomposição se comparado à década anterior. As empresas a montante tornam-se as majoritárias em proporção de representação, com crescimento expressivo da presença de multinacionais estrangeiras (Pompeia, 2018). Também se destaca a força da representação do setor sucroalcooleiro e da predominância agora absoluta de empresas, no lugar de associações ou organizações ligadas ao agronegócio (Oliveira, 2016; Pompeia, 2018).

Gráfico 9: Composição relativa dos membros associados à ABAG por segmento, 2003



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Pompeia (2018), p. 195

Podemos apontar, portanto, que a ABAG se torna entidade de referência na representação dos interesses de classe do agronegócio no nível nacional, aglutinadora dos principais atores privados e suas demandas, os quais demonstram a crescente internacionalização do setor primário no Brasil e um caráter essencialmente empresarial, com forte ligação ao mercado financeiro. Ainda vale mencionar a entrada de companhias de comunicação na entidade, como a Rede Globo e a saída totalitária de representação acadêmica (Pompeia, 2018). O que indica uma nova tomada de rumos do *agribusiness* no Brasil, mais

focado em consolidação imagética e midiática, atuando de maneira mais consonante em termos de seus interesses particulares, com alto nível de organização.

Em 2002, ano das eleições presidenciais que levariam Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, a ABAG realiza seu 1º Congresso Brasileiro de *Agribusiness* (CBA), idealizado por Roberto Rodrigues (ABAG, 2002). O subtítulo do evento, “Plano Estratégico 2002-2010”, revela seu objetivo central, a construção de um projeto decenário de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, cooperativamente com a iniciativa privada e o governo; a partir do qual cria-se o documento “Carta do Agribusiness Brasileiro na Perspectiva 2010” (ABAG, 2002; Pompeia, 2018). De acordo com a instituição, os propósitos do documento se estabelecem em torno de três principais blocos: “Metas e políticas para a expansão do setor; Agenda brasileira diante das tendências do agribusiness mundial; A importância do *agricluster* para a construção da competitividade nas cadeias produtivas.” (ABAG, 200, *online*⁶⁰)

O projeto envolvia efetivamente a garantia da voz ativa dos representantes do agronegócio no âmbito executivo federal, participação direta do setor privado e de membros da concertação no Conselho Monetário Nacional e nas negociações internacionais relacionadas às cadeias produtivas da agropecuária (Pompeia, 2018). Também entra na pauta a revisão do Código Florestal, a crítica às ações dos movimentos camponeses e de luta pela reforma agrária, a ampliação da concessão de crédito e o rolamento da dívida agrária, além da desoneração da cesta básica e o investimento na integração produtiva das indústrias a montante (Delgado, 2012; Pompeia, 2018; 2020). Temas então caros ao Partido dos Trabalhadores e à campanha de Lula são abordados, como programas de promoção à segurança alimentar, aumento real do salário-mínimo e ampliação da merenda escolar (Pompeia, 2018). Além de aproximar a instituição do candidato mais forte na corrida presidencial, as políticas defendidas também provocariam um efeito imediato de ampliação do consumo e fortalecimento da produção agropecuária, amparada por um discurso de combate à fome que justifica o aparato estatal de fomento ao agronegócio.

Com a eleição de Lula, Roberto Rodrigues torna-se ministro da Agricultura e converte-se em importante porta-voz do agronegócio na esfera executiva, ao mesmo tempo que a FPA ganha progressivo destaque no legislativo (Pompeia, 2018; 2020).

Figura 5: Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, e presidente Lula

⁶⁰ Disponível em: <<https://abag.com.br/1-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>.



Fonte: Fiesp s/a apud Fórum, 2011, *online*⁶¹

Nessa conjunção de interesses, o MAPA consegue implementar boa parte das estratégias elaboradas e defendidas nos primeiros 6 congressos da ABAG, como a Lei nº 11.105, conhecida como Lei de Biossegurança, que regularizava a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e a criação dos títulos de crédito do agronegócio, com a Lei do Seguro Rural (ABAG, 2002; 2003; 2004; 2005; Pompeia, 2018). No entanto, o 4º e 5º Congresso Brasileiro de *Agribusiness* já refletem tensionamentos da entidade com o Governo Federal, no que diz respeito à valorização de suas pautas, o que se converte na iminente saída de Roberto Rodrigues do MAPA (ABAG, 2005; 2006; Pompeia, 2018). Nos anais do 4º CBA - “Alimentos, Energias e Sustentabilidade” - e do 5º CBA - “Bases para o Futuro”, podemos ver alguns desses conflitos de interesses ilustrados e as tendências dos novos rumos que a concertação do agronegócio tomaria dali para frente:

[...] o desafio está em reverter o desencadeamento de fatos com a guarida da burocracia, a ideologia e a falta de compreensão da importância estratégica do agronegócio para o desenvolvimento do País. [...] Nas áreas de logística e infraestrutura, a deterioração cresce a olhos vistos. É imprescindível a aplicação de instrumentos como as Parcerias Público Privadas (PPPs), para atrair os investimentos internos e externos. (ABAG, 2005, *online*⁶²)

⁶¹ Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-fr/2011/7/19/precisava-colocar-bone-dos-ruralistas-lula-45163.html>>

⁶² Disponível em: <<https://abag.com.br/5-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>

Os desafios passam pela necessidade de alimentar o homem e suprir a demanda de energia de forma sustentável. Sem ideologia, nessa caminhada deve prevalecer o bom senso, a transparência e a retidão. Portanto a construção dessa base se faz com a coalizão entre a academia e os setores públicos e privados.

Além disso o foco dos debates está centrado nas propostas apresentadas pela ABAG aos candidatos à Presidência da República. [...] Visto que em ano de eleição presidencial, é vital o comprometimento dos candidatos com as mudanças no modo de pensar e agir do poder público. (ABAG, 2006, *online*⁶³)

A menção a ideologia aparece em ambos os eventos e dá o tom da tendência conservadora e cada vez mais afastada de qualquer avanço progressista ou de conquistas populares que a concertação toma, à medida que ganha corpo na institucionalidade política. De fato, de 2007 em diante, a postura da concertação se modifica. Agora é a institucionalidade governamental que busca diálogo com as entidades ligadas ao agronegócio organizado, e não o contrário (Pompeia, 2018). Muito dessa expansão de poder e influência que o agronegócio adquire deve-se à associação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)⁶⁴.

É importante salientarmos que a concertação política do agronegócio engloba diversas frações de classe em seu interior, como das burguesias industriais, agropecuárias, internas e estrangeiras, e até relacionadas à mineração em anos recentes (Pompeia, 2018; Paraizo, 2021). Isso significa uma multiplicidade de interesses, por vezes contraditórios, logo, mais ou menos alinhados com a gestão governamental do período, a depender do segmento representado (Paraizo, 2021). Contudo, a orquestração de interesses e a escolha por pautas comuns torna-se forte elemento agregador do arranjo político que constitui a concertação; sempre resolvendo-se os conflitos de interesse fora dos olhos públicos e mantendo-se a unidade da classe (Pompeia, 2020). É dessa forma que a concertação garante a concretização de suas principais metas e a condução de um ordenamento político coeso e lucrativo para toda a cadeia produtiva do agronegócio.

No primeiro governo Lula, essa unidade de ação traduz-se no apoio crítico dos principais representantes do agronegócio ao presidente, que se aproximavam da gestão pelo apoio concedido ao fortalecimento da economia do agronegócio, porém com restrições claras, especialmente no que concerne o tratamento dado às questões fundiárias e à Reforma Agrária (Delgado, 2012; Paraizo, 2021). A aproximação histórica do PT aos movimentos de luta pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), acende o alerta da concertação para uma suposta prevalência ideológica que posicionava o agronegócio

⁶³ Disponível em: <<https://abag.com.br/6-congresso-brasileiro-do-agronegocio/>>

⁶⁴ Menos de dez anos mais tarde, a Fiesp protagoniza papel importante na composição do golpe à presidenta Dilma Rousseff, que desencadeia uma nova condição conjuntural de avanço violento da Acumulação por Espoliação no Brasil.

em situação de insegurança jurídica (ABAG, 2004; 2005; Paraizo, 2021). De fato, alguns avanços importantes na concessão e demarcação de terras foram traçados nos governos Lula, especialmente de 2002 a 2006:

[...] após assumir a presidência, o governo Lula criou o II Plano Nacional de Reforma Agrária cujas principais metas seriam implantar, num prazo de cinco anos, 500 mil novos assentamentos, regularizar 500 mil posses, assentar mais de 150 mil famílias, além de atuar na demarcação de terras quilombolas (Paraizo, 2021, p. 123)

Os números de famílias assentadas e o total de hectares destinados à reforma agrária aumentaram consideravelmente do segundo mandato de FHC para o primeiro mandato de Lula. De 1999 a 2002 – período FHC II - 252,7 mil famílias foram assentadas e 8.686.045 hectares foram incorporados à reforma agrária; enquanto, de 2003 a 2006 – período Lula I -, o número de famílias assentadas subiu para 381,4 mil; e o de hectares destinados à reforma agrária para 31.889.038 (Ramalho, Reis, 2015; Paraizo, 2021). Esse salto representa um aumento de mais de 50% no número de famílias assentadas e de mais de 267% na área incorporada. O segundo mandato Lula – de 2007 a 2010 - mantém números expressivos, apesar de considerável decréscimo dos índices analisados em relação ao primeiro, com 232,7 mil famílias assentadas e 16.402.144 hectares incorporados (Ramalho, Reis, 2015; Paraizo, 2021). O que o torna o governo com maior número de famílias assentadas, num total 614.088, e maior área destinada à reforma agrária, 48,3 milhões de hectares, na história do Brasil (MST, 2022).

As políticas dos governos Lula em favor da reforma agrária, no entanto, direcionavam-se a áreas e atividades comerciais não concorrenciais com o agronegócio, em consonância com a tônica geral da conciliação dos interesses de classes (Paraizo, 2021). Ademais, a renda fundiária constitui um dos pilares da acumulação de capital por parte das burguesias brasileiras⁶⁵ ligadas ao agronegócio, o que explica a renitência da concertação na promoção de um “ambiente juridicamente seguro” à propriedade da terra (Delgado, 2012; Pompeia, 2020; Paraizo, 2021). A aceleração dos ataques sobre os direitos às demarcações de TIs e UCs de 2010 em diante demonstram a importância do controle do território e da propriedade da terra para a burguesia ligada ao agronegócio, logo, a centralidade da questão agrária para a compreensão dos fenômenos que englobam toda a reestruturação econômica e política brasileira no processo de financeirização do capitalismo.

⁶⁵ Tendo em vista a dependência externa e, logo, a vulnerabilidade do setor às flutuações da economia mundial, intensificadas em contexto de financeirização e crise estrutural do capitalismo, os ganhos rentistas proporcionados pela captura de excedente da renda extraordinária da terra, como aponta Delgado (2012), apresentam base segura de acumulação continuada à burguesia.

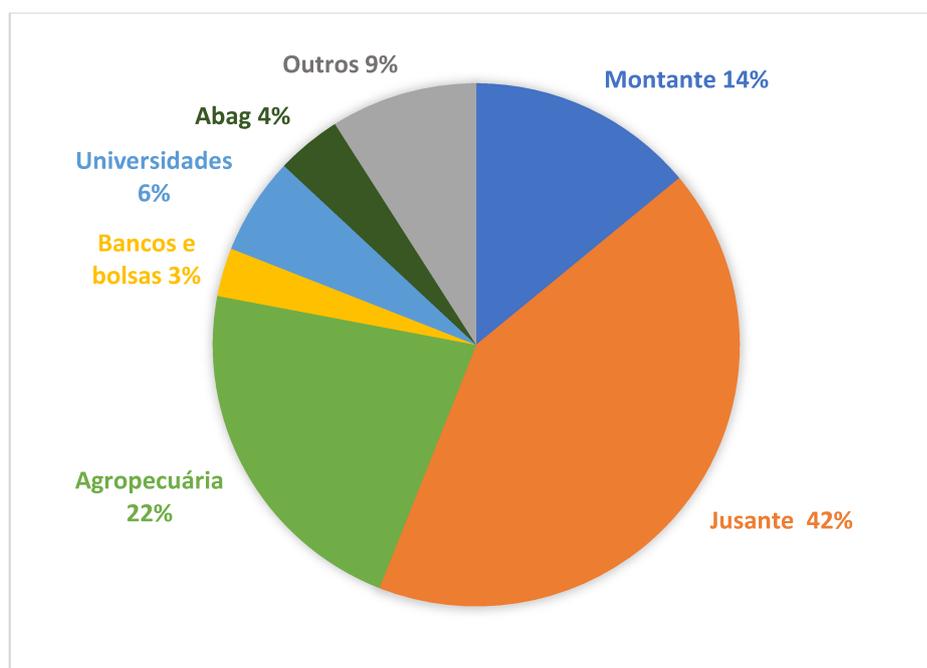
De todo modo, a força do setor sucroalcooleiro, bastante aproximado dos governos PT na primeira década e meia do século XXI, puxam a concertação do agronegócio para o apoio conjuntural aos governos Lula (Pompeia, 2018; Paraizo, 2021).

No decorrer dos dois mandatos de Lula (2003-2010) uma série de medidas foi realizada visando favorecer a cadeia do açúcar e álcool e os resultados foram extremamente positivos para esse ramo. Nos oito anos do governo Lula, houve uma significativa ampliação do crédito destinado ao setor sucroenergético. Os financiamentos por meio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltados para a modernização da indústria e instalação de novas usinas, saltaram de R\$ 722 milhões em 2003 para R\$ 6,3 bilhões em 2010. Houve também a concessão de R\$ 3,9 bilhões de créditos por parte do governo, durante quatro safras (2002-2003, 2003-2004, 2004-2005 e 2010-2011), destinados à estocagem de etanol. Além do mais, em 2003, Lula assina o decreto nº 4.902 que estipulava a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 13% para 11% ou 7% sobre os carros com motores flex Juel, impulsionando a indústria do etanol. Como consequência dessas medidas, o comparativo entre as safras de cana-de-açúcar referentes aos períodos de 2003-2004 e 2010-2011 mostra um aumento de 82% na produção canavieira. As exportações de etanol ocorridas entre os anos 2003 e 2009 aumentaram em 402% e as exportações de açúcar subiram um total de 88%. (Paraizo, 2021, p. 124)

O cenário positivo às exportações de produtos básicos e semielaborados, também fomentam o apoio dos complexos da soja e da carne⁶⁶, bem como das empresas a montante, interessados num projeto de industrialização relacionado à infraestrutura, logística, mercados domésticos e à inserção internacional do país (Paraizo, 2021). É nesse ponto que a Fiesp apresenta interesse na conjugação de estratégias entre o setor da indústria e o agronegócio, tendo em vista a importância da agroindústria na entidade (Pompeia, 2018). Dessa forma, em 2006, Roberto Rodrigues, recém ex-ministro do MAPA, é convidado por Paulo Skaf – presidente da Fiesp – a compor o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), no qual as empresas a jusante passam a adquirir posição central na concertação:

Gráfico 10: Composição relativa do Cosag por segmento, 2007

⁶⁶ Que conjuntamente representam as duas primeiras posições em níveis de exportação por produto de 2003 a 2010 (AGROSTAT, 2024)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Pompeia (2018), p. 208

A crescente representação das empresas a jusante na concertação, agora pela Cosag, também impulsiona a aproximação da entidade aos governos PT, que representa boa parte dos interesses de classe nesse momento, com um projeto de desenvolvimento socioeconômico e de industrialização infraestrutural, com vistas ao fortalecimento do comércio e escoamento dos produtos primários (Pompeia, 2018; Paraizo, 2021). Essa nova correlação de interesses resulta positivamente para a concertação e a agroindústria. Ocorre o lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) em 2007 e sua continuidade com o PAC 2 em 2011, já sob o governo Dilma, que garante o aporte modal necessário ao escoamento dos produtos e à ampliação da fronteira agrícola para o Norte (Pompeia, 2018; Paraizo, 2021). Além da abertura de novas linhas de crédito ao agronegócio, bem como a desoneração tributária das cadeias produtivas (Pompeia, 2018).

Apesar do aporte de estímulo à economia do agronegócio e à agroindústria nacional, ocorreram alguns avanços importantes nas políticas de proteção ambiental no período, especialmente de 2006 em diante (Marques, L. 2015; Pompeia, 2018). O governo Lula II amplia a demarcação de TIs e UCs, promove o acirramento da fiscalização e o corte no crédito a produtores que violassem as leis de proteção ambiental, implementa programas de combate ao desmatamento na Amazônia, além do fortalecimento a órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Pompeia, 2018; Marques, L. 2015). Ao mesmo tempo, a conservação de recursos mantém-se pauta cara no nível

internacional e reflete os avanços imperialistas no que concerne ao controle dos recursos nacionais e dos territórios pela estratégia da geopolítica ambiental (Camely, 2018). O que explica, em partes, a promoção da proteção ambiental no período.

Em todo o caso, levando em conta a importância da renda fundiária para a acumulação de capital numa economia dependente primário-exportadora, ainda mais em conjuntura internacional de busca por ampliação das terras agricultáveis, podemos destacar um evidente conflito de interesses da concertação com as medidas de proteção ambiental aplicadas (Delgado, 2012; Pompeia, 2018). De modo que observamos uma guinada nas estratégias de ataque aos direitos trabalhistas, territoriais indígenas, quilombolas e camponeses, bem como ao escopo legal de preservação ambiental, com a justificativa de promoção da segurança jurídica ao agronegócio (Pompeia, 2018). O primeiro grande alvo dos ruralistas seria o Código Florestal, pauta pleiteada, em maior ou menor grau, desde 2000 pela FPA (Delgado, 2012; Pompeia, 2020).

Em 2012 consolidou-se a reforma do Código Florestal, impulsionado pela associação entre a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), as Associações dos Produtores de Soja (Aprosoja) e a FPA na Câmara, com liderança importante da então senadora Kátia Abreu, que no momento presidia a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Pompeia, 2020). O Novo Código Florestal contribui para desonerar a manutenção de áreas de Reserva Legal no interior dos estabelecimentos rurais, com maior impacto relativo aos localizados na Amazônia Legal (Marques, L. 2015). Isso porque, anteriormente às reformas, o Código Florestal previa até 80% de áreas de Reserva Legal no interior dos imóveis rurais, destinada à manutenção de vegetação nativa em áreas de floresta na Amazônia Legal (Brasil, 2011). A partir da aplicação do Novo Código Florestal, no entanto, abre-se a possibilidade de redução do percentual de reserva para até 50%, segundo consta no texto da Lei:

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

[...]

§ 4º Nos casos da alínea a do inciso I, o poder público poderá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), para fins de recomposição, quando o Município tiver mais de 50% (cinquenta por cento) da área ocupada por unidades de conservação da natureza de domínio público e por terras indígenas homologadas. (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.901)

§ 5º Nos casos da alínea a do inciso I, o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado e mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas. (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.901). (Brasil, 2012, *online*⁶⁷)

Vale observar que, segundo Veríssimo *et al* (2011), até dezembro de 2010 mais 23,5% do território da Amazônia Legal constituía UCs federais e estaduais, o correspondente a uma área total de 1.224.831 km². Por conseguinte, podemos depreender que a importante redução na obrigatoriedade de áreas de Reserva Legal pelo dispositivo da lei beneficiaria sobremaneira a monocultura latifundiária na região. Ainda no mesmo documento, observamos um favorecimento parecido aos empreendimentos relacionados à infraestrutura modal e energética:

§ 6º Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal. (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.901)

§ 7º Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica. (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.901)

§ 8º Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias. (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.901) (Brasil, 2012, *online*⁶⁸)

Nesse contexto é possível observarmos novamente uma tendência de aproximação do governo Dilma à agroindústria interna. Tendência já iniciada no segundo governo Lula e que se traduz, por exemplo, na implementação do PAC e PAC 2, como anteriormente mencionado. A economia do agronegócio parece constituir de fato o projeto de desenvolvimento nacional pleiteado pelos governos neodesenvolvimentistas do PT, na busca de se aliar inserção internacional, equilíbrio do Balanço de Pagamentos e industrialização. Contudo, o início de tensionamentos importantes no âmbito da concertação redirecionam essa trajetória.

De 2011 em diante o setor sucroalcooleiro – até o momento, a fração do agronegócio mais aproximada dos governos PT – perde consideravelmente sua importância nas exportações

⁶⁷ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112727.htm>.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112727.htm>.

totais, com a desvalorização das *commodities* no comércio internacional e a entrada dos Estados Unidos na concorrência pelo mercado sucroenergético (Paraizo, 2021). O complexo de carnes também sofre com a crise internacional e depreciação do real, que dificulta a importação de maquinário para os frigoríficos e leva diversas empresas à falência (Paraizo, 2021). Na contramão dessa tendência, no entanto, se situa o complexo da soja, que além de simplesmente se beneficiar da desvalorização do real para a exportação, efetivamente encabeçava, através de seus principais representantes, a promoção da desvalorização do câmbio em benefício de sua entrada no mercado internacional, frente à desaceleração da demanda chinesa (Pompeia, 2018; 2020).

Esse novo contexto indica uma certa restrição imposta à agroindustrialização brasileira, a ascensão de setores mais internacionalizados e rentistas na concertação do agronegócio e o acirramento das tensões com o governo. A queda das taxas de lucro da burguesia aguça o avanço sobre os direitos trabalhistas, previdenciários, territoriais indígenas e quilombolas e de proteção ambiental. A superexploração e a espoliação se intensificam e o cenário geral dá a tônica de arrefecimento do neodesenvolvimentismo. Com a frustração parcial da agroindustrialização, a corrida internacional por terras, a desvalorização cambial e a desaceleração da demanda chinesa por *commodities*, a economia do agronegócio volta-se a um perfil muito mais rentista, transnacionalizado, entreguista e neoliberal, desafeito à promoção do desenvolvimento nacional pela atuação direta do Estado. As bases para o agrogolpe são postas.

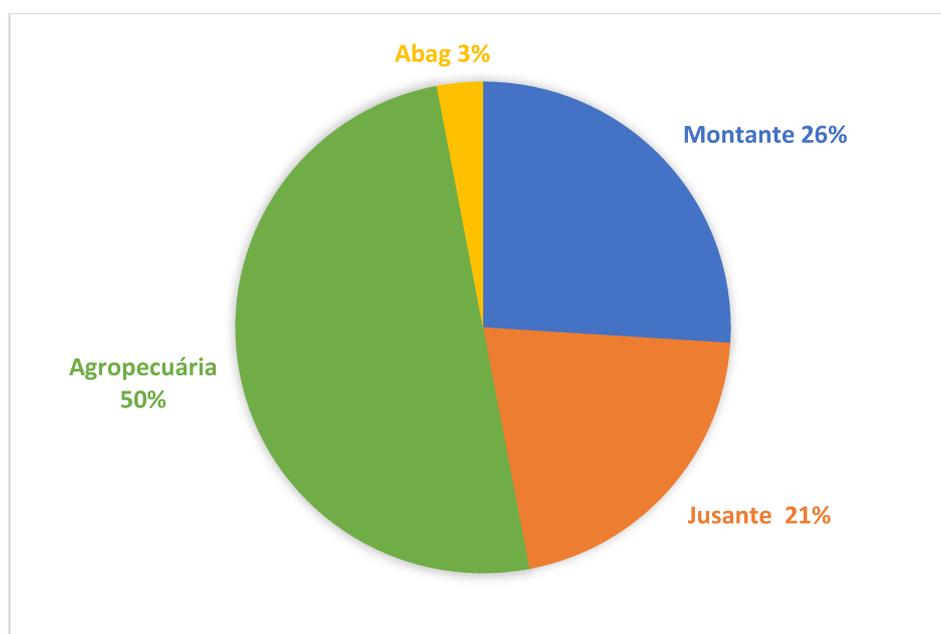
3.2 PASSANDO A BOIADA E O CAPITAL TRANSNACIONAL PELAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: A CAPTURA DO APARATO ESTATAL PELA CONCERTAÇÃO

Ao longo da década de 2010, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), fundado em 2011, ganha destaque como a entidade de representação do agronegócio no Brasil, articulando os interesses do patronato rural, das empresas a montante e jusante e da FPA (Pompeia, 2018; IPA, XX). O IPA fortalece sua atuação a partir das reivindicações de revisão do Código Florestal, de 2010 a 2011, e ganha corpo enquanto organização altamente sofisticada de orquestração de interesses das cadeias produtivas do agronegócio, centralizando a tomada de decisões e a formulação de estratégias caras à concertação ao longo de toda a década de 2010 (Pompeia, 2018).

A atuação do IPA organiza-se através da pesquisa das principais pautas comuns aos seus múltiplos membros, articulação individual com cada entidade representativa dos segmentos de

sua composição e, em seguida, planejamento coletivo dos caminhos a serem tomados conjuntamente à FPA, para consolidação de seus interesses no legislativo a médio e longo prazo (Pompeia, 2018). De maneira que o IPA encapsula uma nova etapa, mais institucionalizada da organização de classe da burguesia ligada ao agronegócio, que busca a concretização de políticas de Estado e não de governo para o setor, com enfoque importante para o patronato rural e as demandas fundiárias.

Gráfico 11: Composição relativa do Instituto Pensar Agropecuária por segmento, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Pompeia (2018), p. 208

O IPA apresenta a maior representação da agropecuária entre todas as entidades da concertação analisadas, superando a ABAG, em 2003, por 27% e o Cosag, em 2007, por 28%. Já as empresas a jusante sofrem uma retração considerável de sua representação em relação à composição do Cosag, em que o setor participava com 42% da composição; voltando aos níveis de representação na ABAG, que também era composta em 21% pelas empresas a jusante. Já as empresas a montante ganham mais força novamente no IPA, se comparadas à Cosag, aumentando em 12% sua participação relativa, mas ainda não nos mesmos níveis que o setor ocupava na ABAG, onde representava 33% da composição da entidade⁶⁹.

Estão representadas no IPA entidades ligadas aos segmentos de maior relevância na pauta de exportação do agronegócio no período, como do complexo de soja, carnes,

⁶⁹ Em comparação aos dados representados nos gráficos 9 e 10.

sucroalcooleiro e produtos florestais; os quais, juntos, constituem aproximadamente 73,9% das exportações do agronegócio brasileiro em 2017 (AGROSTAT, 2024). Compunham o instituto, nesse mesmo período, a Aprosoja-Brasil, a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) (Pompeia, 2018). A representação dos setores de sementes, insumos, fertilizantes e agrotóxicos, também se faz presente, como a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), que possuíam entre seus associados, empresas como Bayer CropScience, DuPont, Monsanto, Syngenta e Willowood Chemicals (Pompeia, 2018; AENDA, 2024; Sindiveg, 2024).

O instituto trabalha, ainda, por meio de comissões temáticas que tocam as agendas estratégicas do agronegócio brasileiro. Em 2017 essas comissões abarcavam os temas ambientais, trabalhista, direito de propriedade, política agrícola, defesa da agropecuária, entre outras, que refletiam com as principais controvérsias relacionadas ao agronegócio no momento (Pompeia, 2018). De acordo com o Regimento Interno do IPA:

§4º. As comissões temáticas e grupos de trabalho do IPA deverão espelhar, no que for possível, as comissões existentes no parlamento brasileiro que tenham relevância para a agropecuária nacional.

§5º. As comissões temáticas e grupos de trabalho atuarão por meio da busca de informações, análise, discussão e execução de ações corretivas e preventivas, utilizando metodologias adequadas de raciocínio sistêmico.

§6º. Com a finalidade de definição de estratégia e clarificação das prioridades, visando o alcance de seus objetivos de longo, médio e curto prazo, será elaborado e revisado periodicamente o planejamento estratégico do IPA que deverá ser cumprido pelas comissões temáticas. (IPA, 2021)

O documento ainda elabora os procedimentos adotados para a resolução de divergências no espaço de suas Assembleias Gerais, com o debate, votação e direito a imposição de recurso em caso de discordância em matéria por mais de 1/3 dos integrantes (IPA, 2021). O que demonstra a alta e sofisticada institucionalização da concertação política do agronegócio desde a segunda década do século XXI, que solidifica sua atuação em bloco, unificada em torno das demandas de maior impacto à rentabilidade do setor. E que demonstra sua força enquanto fração de classe, na reforma do Código Florestal, na deposição golpista de Dilma Rousseff, na implementação das contrarreformas durante o governo Temer e no avanço à subtração dos direitos territoriais e de proteção ambiental, ligados à renda fundiária para o setor.

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, em 2015, pela Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas, é indicativa da articulação política que o bloco do agro-mineiro-energético-financeiro negocia sobre ataque às demarcações de terra. A PEC 215/2000 intentava a alteração do texto da Constituição para mudança de regimento sobre a demarcação de TIs, UCs e territórios quilombolas do Executivo para o Legislativo, além de propor a indenização aos proprietários de terra em áreas demarcadas e vinculação da Tese do Marco Temporal, que limitaria as demarcações aos territórios permanentemente ocupados desde 1988 (Carta Capital, 2015). A proposta é arquivada em 2023, porém seu conteúdo se torna essencial para o ordenamento de outras propostas efetivamente aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro.

Ainda em 2015, a Câmara dos Deputados institui uma Comissão Parlamentares de Inquérito (CPI) para investigação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no que concerne a demarcação de TIs e UCs, indicando irregularidades e a falta de acesso dos proprietários de terra às elaborações técnicas que embasam as desapropriações (Campos, 2015). A CPI não deixa de constituir uma iniciativa adiantada ao esvaziamento dos órgãos que atuam em prol da regularização fundiária, e que ganham corpo com a virada neoconservadora que toma força após a deposição orquestrada de Dilma Rousseff.

No dia 7 de novembro de 2016, uma semana após a culminação do processo de impedimento e cassação do mandato da então presidente Dilma, o Cosag promove reunião que apresenta diversas deliberações do setor para o governo transitório de Michel Temer. Na ocasião, Paulo Skaf se pronuncia sobre o futuro do agronegócio, afirmando: “Tudo aquilo que puder atrapalhar o agronegócio, temos que nos unir e tirar da frente.” (Skaf, 2016 apud Toni, 2016, *online*⁷⁰)

O presidente da Fiesp, acompanhado pelos demais intervenientes em seu discurso, ainda menciona a importância da implementação do teto de gastos através da PEC 241, e da reforma da previdência para o equilíbrio de contas da União. (Toni, 2016). Outra pauta importante discutida na reunião foi a estrangeirização de terras. Nomes importantes da concertação, como Jacyr Costa Filho – presidente do Cosag -, Julio Toledo Piza Neto - vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) – e André Pessoa – da empresa de consultoria e projetos Agroconsult – criticam decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) contra a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros, apontando o posicionamento do órgão como atraso e ataque

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/no-cosag-paulo-skaf-defende-uniao-em-torno-do-agronegocio/>>

ao capital (Toni, 2016). Nilson Leitão, então deputado federal e vice-presidente da FPA, afirma sobre a contenda: “Não é possível, com 12 milhões de desempregados, não querer capital estrangeiro”. (Leitão, 2016 apud Toni, 2016, *online*⁷¹). O consultor André Pessoa também acrescenta que a restrição da AGU prejudica a entrada de empresas na Bolsa, a aquisição de crédito e financiamentos e a liquidez do ativo – no caso, da terra – (Toni, 2016).

Esse quadro geral demonstra, novamente, a tendência à desindustrialização e à acentuação da especialização regressiva, bem como a presença central do capital transnacional no agronegócio brasileiro. Em suma, podemos apontar a iminente falência do projeto conjuntural de desenvolvimento nacional via agroindustrialização, minado pelo setor externo, tendo em vista a impossibilidade de superação da condição dependente sem alterações estruturais da dinâmica de reprodução e acumulação capitalista. O governo Temer se apresenta nessa conjuntura enquanto período de transição neoliberal que garante as novas demandas da hegemonia do capital transnacional e das burguesias nacionais, mediante a recaptura do Estado para readequação estrutural de seu papel, eximido da promoção de desenvolvimento que orientava o projeto anterior (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020; Valle, 2021). Isso significa, em momento de crise e queda das taxas de lucro advindas da exportação primária, a abertura de novos caminhos ao capital privado, através de privatizações, austeridade fiscal, estrangeirização de terras, abertura de fronteiras naturais à exploração e especulação fundiária, subtração de direitos trabalhistas e previdenciários, destruição de economias; ou seja, um regime de acumulação embasado na espoliação e na superexploração (Harvey, 2004; Delgado, 2012; Valle, 2021).

Demandas essas expostas e planejadas pelas principais instâncias representativas da concertação do agronegócio, como explicitado no Regimento Interno do IPA, no documento elaborado pela FPA “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”, na pauta deliberativa do Cosag e nos CBAs da ABAG, bem como na espécie de “manifesto” elaborado genericamente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) “Uma Ponte para o Futuro”, que abarca as bases dos objetivos das burguesias para o Brasil dali em diante. A concertação do agronegócio passa a constituir, portanto, elemento central da organização de classe da burguesia no Brasil; o que engloba não apenas o setor extrativista e agroindustrial nacional, como também o setor bancário, midiático, o capital transnacional e o mercado financeiro. Podemos afirmar, novamente, que a concertação representa o braço nacional do bloco no poder do capital transnacional.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/no-cosag-paulo-skaf-defende-uniao-em-torno-do-agronegocio/>>

Apesar das eventuais divergências de interesse entre as frações de classe que compõem o bloco, a busca por pautas comuns garante o sucesso de suas estratégias de maneira duradoura. Percebemos ainda que a transição neoliberal, representa, nesse sentido, aprofundamento do alinhamento do bloco nacional ao capital transnacional, devido à conjuntura de crise e desmonte do projeto neodesenvolvimentista neoextrativista, mediante a desvalorização das *commodities* no comércio internacional. O sucesso da estratégia ruralista – e da burguesia como um todo – se apresenta desde a captura do aparato estatal via golpe, até a efetivação das contrarreformas, da previdência, trabalhista, do teto de gastos e de esvaziamento do setor público. A hegemonia do capital transnacional e a acumulação rentista baseada na espoliação se tornam nítidas ao observarmos o efetivo papel das contrarreformas.

Como explicitado na sessão anterior, o primeiro governo Lula dá continuidade à política macroeconômica neoliberal de seu antecessor. A austeridade fiscal, contudo, permanece ao longo de todas as gestões petistas, se intensificando ainda mais com o segundo mandato Dilma (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A renitência do governo de reestruturar o papel do Estado de maneira permanente, de acordo com as principais estratégias da burguesia para a maximização da captura de excedente, impulsiona o aprofundamento do projeto de desmonte que se concretiza a partir do golpe (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020; Paraizo, 2021). O Novo Regime Fiscal aprovado pelo governo Temer, impede a expansão dos gastos primários, fundamentado em uma retórica de combate ao aumento desenfreado da dívida pública que comprometeria a segurança ao investimento pelo descontrole dos gastos públicos (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). Porém, não apenas os resultados primários se apresentam positivos de 2003 a 2013, com pequena retração de 2014 a 2016, em decorrência da crise e do aumento da taxa de juro pela Selic; como também a proporção da dívida líquida frente ao Produto Interno Bruto (PIB) cai consideravelmente entre 2003 e 2016 – mais de 10% - (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). Além disso, o próprio FMI passa a aconselhar a favor de políticas anticíclicas em momentos de crise, tendo em vista que a retração do investimento público desencadeia recessão no escopo geral da economia nacional (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A partir do qual, concluímos que a compressão do Novo Regime Fiscal, vai em direção de proporcionar maiores ganhos rentistas e manter a remuneração do investimento privado, numa perspectiva de ganhos financeiros muito mais que produtivos, por uma burguesia agora desterritorializada, que vislumbra a captura de excedente em maior volume e velocidade pelo investimento financeiro (Gowan, 2003; Harvey, 2004; Barreto, E. S. 2018).

Em seguida, a Reforma Trabalhista, composta pela aprovação das leis 13.429 e 13.467, atua na flexibilização dos contratos de trabalho, diminuição do respaldo jurídico às negociações

capital-trabalho e mudanças na organização sindical (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A reivindicação por parte dos empregadores vinha na direção da queda das taxas de lucro desde 2011, da insegurança jurídica nos termos de contratação e dos altos custos de mão-de-obra (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A retórica na qual a reforma se embasava era a da elevação do desemprego por falta de flexibilidade dos salários e encargos no mercado de trabalho, derivado da rigidez da legislação trabalhista e da atuação sindical (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A Reforma se consolida então na ampliação dos contratos temporários de trabalho, na legalização de contratos intermitentes que desonera o contratante do pagamento contínuo mediante não prestação de serviço, abertura máxima à terceirização, abarcando até a atividade-fim, e preferência da negociação empregador-trabalhador, que desencoraja o acesso à Justiça do Trabalho pelo último (Brasil, 2017a; 2017b; Ribeiro, Loural, Amaral, 2020).

O embasamento teórico da aplicação da flexibilização indicada, deriva dos preceitos econômicos Novo-Keynesianos, que imputam a regularização do pleno emprego pela relação oferta x demanda de salários no mercado de trabalho; todavia a própria teoria Keynesiana⁷² descredibiliza essa posição, ao demonstrar que a oferta de postos de trabalho deriva hierarquicamente das decisões produtivas do capital (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). De forma que a flexibilização da legislação trabalhista atua efetivamente na ampliação e intensificação da superexploração, que permite, em uma economia dependente como a brasileira, a recuperação das taxas de lucro em queda desde 2010. Essa reversão à tendência da taxa de lucro garante, em uma economia capitalista financeirizada, não apenas a expansão produtiva como também da captura de excedente no âmbito especulativo, compensando a desvalorização das *commodities* no comércio internacional.

Nesse mesmo mote, a Reforma da Previdência, deslança durante o governo Temer com a PEC 187/2016 e consolida-se mais amplamente pela PEC 06/2019, já sob governo de Jair Bolsonaro, a partir de maior apoio congressual e popular⁷³ (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). As mudanças implementadas se dão no sentido de redução das despesas com seguridade social e abarcam uma série de alterações nos cálculos previdenciários e tempo de contribuição (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). A retórica dos excessivos gastos de governo se mantém, bem como a

⁷² O argumento a partir da teoria Keynesiana serve, aqui, para apontar as incongruências próprias do discurso de flexibilização para promoção do emprego, teoricamente caracterizado pelo Novo-Keynesianismo. Marx (2013a), contudo, já elabora a fetichização do salário que, na superfície, forma-se como preço do trabalho, mas em verdade constitui-se a partir do valor e, talvez mais importante ainda, das relações e tensionamentos capital-trabalho, ancoradas primordialmente na propriedade privada dos meios de produção.

⁷³ A correlação de forças desfavoráveis à implementação irrestrita do projeto ultraliberal que se desenha com Michel Temer, explica a escolha do bloco no poder pela retomada neofascista representada por Jair Messias Bolsonaro como candidato à presidência da república em 2018, como veremos mais a diante.

do estímulo ao crescimento econômico a partir da austeridade fiscal e do incentivo ao investimento privado, com a promoção de um ambiente seguro ao investimento e da boa saúde econômica (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). Aplica-se, para tanto, novo teto de aposentadoria, maiores alíquotas por faixas salariais mais elevadas, aumento do tempo de contribuição e desmembramento das regras previdenciárias do texto constitucional (Brasil, 2016; 2019c; Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). O argumento em torno do rombo da previdência, entretanto, não se sustenta ao observarmos as contas totais incluídas as contribuições estatais; o efetivo decréscimo das porcentagens de gastos em Previdência Social em relação ao PIB, desde 2006; e o papel central da remuneração do grande capital encapsulado pelo crescente juro, que ultrapassa mais de duas vezes os gastos do governo com a previdência (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). O que esse quadro nos demonstra é o interesse dos crescentes fundos de pensão no acesso às rendas das famílias via previdência privada, o interesse do empresariado na redução direta e indireta dos salários para recuperação das taxas de lucro e a manutenção da elevação das taxas de juro para garantia dos elevados ganhos rentistas.

As mudanças de políticas associadas à Petrobrás também participam centralmente no movimento de redefinição ultraliberal do Estado Brasileiro, a partir da deposição de Dilma Rousseff e consequente abandono da estratégia neodesenvolvimentista neoextrativista. A Resolução Nº 7, de 11 de abril de 2017, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevê a diminuição dos mínimos exigidos de Conteúdo Local para as atividades de Exploração e Desenvolvimento da Produção para Blocos em Terra e Blocos em Mar; a desagregação contratual das cláusulas específicas de definição de compromissos de conteúdo local como critério de julgamento em licitação; e desobrigação contratual de Conteúdo Local para licitações de áreas terrestres contendo Acumulações Marginais (CNPE, 2017). As novas políticas para a Petrobrás também incluem desinvestimentos, especialmente nas atividades a jusante, e a venda de ativos como estratégia de substituição do investimento, com destaque para refino e distribuição (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). Os resultados dessa guinada conservadora à política petrolífera já são sentidos no primeiro ano de governo Temer, com queda considerável da porcentagem de conteúdo local médio nas rodadas de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de valores acima de 70% em 2016 para valores abaixo de 40% em 2017 (Brasil, 2017; Ribeiro, Loural, Amaral, 2020).

A publicização massiva da Operação Lava-jato e os escândalos de corrupção ligados à empresa, o endividamento e a queda do preço internacional do petróleo, contribuíram para o sucesso da aplicação de medidas ultraliberais no setor que já foi essencial para a política industrial brasileira, com importante peso na geração de emprego e agregação de valor

industrial nas cadeias produtivas nacionais (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). Os resultados que seriam sentidos nos próximos anos, relacionados ao emprego formal e à política de preços do setor demonstram o insucesso do que a narrativa publicizada buscava demonstrar. Por outro lado, a promoção da privatização, estrangeirização e financeirização da Petrobras, seguem a cartilha neoliberal plena que norteia a acumulação capitalista e seu pilar espoliativo na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo.

Na esteira da retomada neoliberal plena, da estrangeirização e entreguismo de recursos, do rentismo e espoliação como égides da acumulação capitalista nessa quadra histórica, o projeto de ataque aos direitos territoriais indígenas e quilombolas representa papel central no controle dos recursos e do território pelas burguesias nacionais e transnacionais. A acumulação por espoliação e a destruição das economias naturais se estrutura historicamente no Brasil e constitui primordialmente uma das bases de consolidação do capitalismo como sistema hegemônico mundializado. Os conflitos fundiários e o continuado processo de colonização do território se mantém mesmo sob os governos progressistas e neodesenvolvimentistas do PT. Contudo, a guinada ultraliberal - e, posteriormente, neofascista - que se desenrola após o golpe de 2016, aprofunda essa agenda e abre as portas do Executivo para a concretização das agroestratégias empenhadas pela concertação do agronegócio, que já empunhavam poder majoritário no legislativo.

O documento “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”, emitido pela FPA, trata da questão agrária e indígena, expondo o esperado pelo setor da gestão Temer. O documento se inicia proclamando um “rompimento com a atual política” e a necessidade de promoção da segurança jurídica, de um bom ambiente de negócios, da ampliação do crédito e do acesso a recursos financeiros no Brasil e no Exterior para o setor agropecuário, tido como carro-chefe do desenvolvimento econômico nacional (FPA, 2016). Posição que corrobora nossas hipóteses em relação a um movimento de retomada neoliberal, que busca reestruturar permanentemente o papel do Estado no que concerne à promoção do desenvolvimento e à abertura das fronteiras naturais nacionais ao capital transnacional e especulativo.

No que concerne o “Direito de Propriedade e Segurança Jurídica”, a FPA, por meio da Pauta Positiva, defende a Tese do Marco Temporal, a revisão de demarcações de terra e do papel do Incra, apontando os projetos de lei vinculantes dessas matérias:

o Projetos de Lei de necessária aprovação:

- PL 4059/2012 - O principal objetivo centra-se na possibilidade de aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras com maioria do capital estrangeiro, o que hoje é vedado pelo parecer da AGU nº 01/2010, que equiparou as restrições do estrangeiro para adquirir propriedades rurais para as empresas brasileiras com maioria

do capital social de estrangeiros (pessoa jurídica). Com isso, essas empresas brasileiras passaram a se submeter às restrições da Lei nº 5.709/1971. Cumpre salientar, ainda, que o PL veda a aquisição de terras por ONG's estrangeiras, fundos soberanos constituídos por estados estrangeiros.

- PEC 215/2000 – A proposta além de abrir a possibilidade de participação do Congresso Nacional no processo de demarcação, traz o entendimento do Supremo Tribunal Federal (marco temporal e condicionantes) para o texto constitucional, com o objetivo de pacificação dos conflitos no campo, estancando a insegurança jurídica, pois obrigará a Funai e o MPF a cumprir essas determinações. Problema: o conflito existe porque a Funai (Governo Federal) e o Ministério Público Federal (MPF) insistem em discordar do posicionamento do Supremo Tribunal Federal (marco temporal e condicionantes), pretendendo demarcar terras indígenas com base no argumento inconstitucional de que os índios têm o direito originário sobre as terras que ocupam não respeitando as leis tão pouco se as terras foram invadidas por índios ou não.
- PEC 71/2011 – Garante aos proprietários rurais que tenham suas terras reconhecidas como tradicionalmente ocupadas por índios o direito à indenização da terra nua e das benfeitorias úteis e necessárias aos possuidores de títulos dominiais expedidos pelo Poder Público até 05 de outubro de 1988. As terras reconhecidas pela União/Funai como indígenas hoje não são passíveis de indenização (terra nua), apenas são indenizadas as benfeitorias consideradas pela Funai de boa-fé. (FPA, 2016, p. 4-5)

O preceito de segurança jurídica visa defender o direito individual à propriedade privada, por meio da institucionalidade política alicerçada também na estrutura econômica e jurídica que concerne a manutenção da propriedade privada da terra e dos meios de produção (Pereira, 2020). A proteção à propriedade privada e posse da terra, no sentido atribuído pelos ruralistas, encontra como obstáculo a ser taticamente superado, as demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas, que ocupam juntas por volta de 13,12% de território brasileiro, em áreas muitas vezes estratégicas à produção de commodities – especialmente as regiões Norte⁷⁴ e Centro-Oeste (Pereira, 2020). Vale ressaltar que essas áreas majoritariamente encontravam-se limitadas ou totalmente impedidas de exploração intensiva e extensiva, afeita à lógica do mercado (Pereira, 2020). Tendo em vista a necessidade territorialmente expansiva da lógica de produção e acumulação do agronegócio⁷⁵, o projeto de incorporação capitalista desses territórios torna-se o principal norteador estratégico da concertação no período de retomada neoliberal. A tese das vantagens comparativas aliada ao discurso de não-lugar da Amazônia, impulsionam a narrativa da aptidão brasileira para o agronegócio - monocultor, latifundiário – e da necessidade de recuperação de terras “desocupadas” e vulneráveis à

⁷⁴ 98% das Terras Indígenas e 70% dos territórios quilombolas encontram-se na Amazônia Legal (Pereira, 2020)

⁷⁵ O monocultivo latifundiário, o emprego massivo do pacote agroquímico – de fertilizantes e agrotóxicos – o foco do setor na exportação de commodities e de inserção nas cadeias globais de valor, e a captura do excedente da renda extraordinária da terra impulsionam a constante ampliação das áreas exploradas pelo agronegócio. As projeções do MAPA (2013) para o período 2012/2013 a 2022/2023 previam a incorporação de 8,6 milhões de hectares à produção agropecuária, o que representa aumento percentual de 12% no total de áreas exploradas.

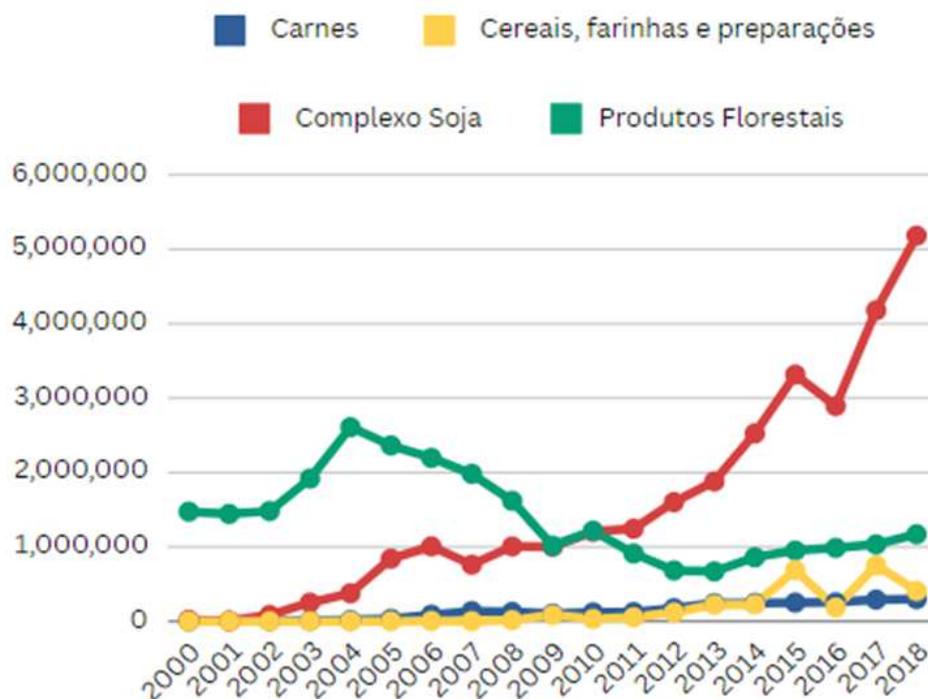
exploração indevida que ferem a soberania nacional (Delgado, 2012; Pereira, 2020; Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2021).

A difusão territorial das atividades agropecuárias para a produção de *commodities* se desenvolve ininterruptamente no Brasil desde a década de 1970, com a Revolução Verde e a expansão da fronteira agrícola, concomitante à formação dos complexos agroindustriais e a inserção do capital financeiro no agronegócio (Delgado, 2012; Pereira, 2020). O movimento de incorporação de territórios à cadeia produtiva de *commodities* inicia-se pela exploração vegetal das áreas de floresta - usualmente ocupadas ilegalmente ou expropriadas -, seguido pelo plantio de pastagem e bovinocultura, cultivo de cereais – como milho, trigo e arroz – e, por fim, a implementação do monocultivo de soja, acompanhado pela edificação infraestrutural modal e energética, que permitem o escoamento e comércio dos produtos (Costa, 2011; Pereira, 2020). Esse processo inicia-se pela incorporação de áreas da região Centro-Oeste às cadeias agroindustriais - com destaque para o Mato Grosso no cultivo de milho e soja - e passa a avançar em direção à região Norte, mediante o relativo esgotamento das áreas de expansão⁷⁶ no Centro-oeste (Marques, G. 2019; Pereira, 2020).

A soja tem em Mato Grosso seu centro de produção e a partir dos anos 2000 se expandiu especialmente para Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão. As projeções de variação da área plantada de soja (mil/hectares) para o período de 2018/19 a 2028/29 confirmam essa tendência, ao apontarem os maiores índices de crescimento de área plantada nos estados de Rondônia (55,7%), Pará (54,2%), Tocantins (41,5%) e Maranhão (39,7%) (MAPA, 2013). Percebemos, portanto, um avanço das cadeias produtivas do agronegócio, que se incorporam às cadeias globais de valor no movimento de especialização regressiva que caracteriza a nova DIT, para a Amazônia Ocidental. O fluxo de exportações das principais *commodities* agropecuárias brasileiras a partir da região Norte, ilustra esse movimento.

Gráfico 12: Exportações agropecuárias da região Norte por produto, em toneladas, 2000-2018

⁷⁶ Atualmente, o território pertencente à Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt representa a única faixa contínua de floresta Amazônica em pé no estado do Mato Grosso. A Resex luta desde a década de 1980 para efetivar sua demarcação e diariamente enfrenta ameaças de expropriação e ataques.



Fonte: elaboração própria, segundo dados do AGROSTAT (2024)⁷⁷

As exportações de “carnes” e “cereais, farinhas e preparações” tendem ao crescimento quase constante de 2000 a 2014, com algumas oscilações importantes para a exportação de cereais entre 2015 e 2018. Os patamares da exportação em toneladas desses dois primeiros grupos de produtos se situam consideravelmente abaixo dos demais, mas os valores em dólares, especialmente para a exportação de carnes, se aproximam um pouco. Em 2018, as exportações de carne pela região Norte, atingem a cifra de 1,029 bilhões de dólares, ultrapassando o valor das exportações de produtos florestais, que se situam em 528,71 milhões de dólares (AGROSTAT, 2024). Já as exportações do complexo de soja apresentam crescimento elevado, saindo de 20.451 toneladas ou 3,76 milhões de dólares em 2000, para 5,182 milhões de toneladas ou 2,04 bilhões de dólares em 2018 (AGROSTAT, 2024). Por fim, as exportações de produtos florestais entram em período de alta entre 2000 e 2004 e passam a decrescer quase constantemente de 2004 a 2014, seguida de modesta recuperação a partir de 2015.

No geral, podemos observar uma tendência inversa entre as exportações do complexo de soja e de produtos florestais. O que indica, de partida, a eficácia inicial da política de combate ao desmatamento na Amazônia, instituída durante o governo Lula sob a gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente. Todavia, nos apresenta também a sucessão da lógica de incorporação de territórios nas cadeias de *commodities*, iniciadas na ocupação – usualmente

⁷⁷ Disponível em: <<https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>.

ilegal e violenta - de áreas de floresta via desmatamento e comércio madeireiro, passando pela criação pecuária – gado de corte – até o monocultivo latifundiário da soja. De 2003 em diante observamos a aceleração dessa tendência, o que remete ao aporte estatal à economia do agronegócio. Já de 2016 em diante, o crescimento disparado das exportações de soja demonstra que o golpe e a instauração do ultraliberalismo conservador impulsionam uma guinada predatória sobre os recursos naturais, o trabalho e a terra na Amazônia brasileira.

Uma série de legislações aprovadas no período comprovam a sanha do capital pelo avanço da exploração na Amazônia. Em 19 de dezembro de 2016, pouco mais de um mês após a conclusão do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a MP 758 é aprovada e convertida em Lei 13.452 em 19 de junho de 2017 (Bonfim, Packer, 2021). O texto da legislação altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim, excluindo os polígonos referentes a uma área de 862 hectares de sua proteção (Brasil, 2017d). O objetivo da alteração é a liberação da área à construção da Estrada de Ferro 170 - também conhecida como Ferrogrão - e destinada às faixas de domínio da BR-163⁷⁸, devendo ser reincorporadas ao Parque as áreas não efetivamente utilizadas quando da finalização da instalação da ferrovia (Brasil, 2017d; Bofim, Packer, 2021). O projeto de construção da Ferrogrão abrange 933 Km e permitiria o escoamento de 52 milhões de toneladas de produção agropecuária pelo Corredor Logístico de Exportação do Interflúvio Tapajós-Xingu, ampliando significativamente o escoamento e produção de grãos para o norte do Mato Grosso e Sudoeste do Pará (Bofim, Packer, 2021; Rede Xingu+, 2024a). A construção da ferrovia também impactaria positivamente nos rendimentos da produção de *commodities* da região, com a queda das taxas de frete em relação ao transporte rodoviário (Rede Xingu+, 2024a).

O projeto de implementação da Ferrogrão encontrou resistência desde seu lançamento, em decorrência dos possíveis impactos ambientais graves que a ampliação do escoamento e da fronteira da monocultura de *commodities* para a Amazônia Ocidental poderiam desencadear. A situação se agrava com a proximidade que a ferrovia adquiriria de TIs localizadas em território de alto conflito fundiário e de extremamente alta importância para a conservação da biodiversidade (Rede Xingu+, 2024a).

⁷⁸ A BR-163, conhecida como rodovia Cuiabá-Santarém, é construída a partir do Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970, como primeira etapa do Programa de Integração Nacional, juntamente à construção da rodovia Transamazônica (Brasil, 1970). O projeto concebido e executado durante o governo militar ditatorial de Emílio Garrastazu Médici, visava promover o aporte infraestrutural à ligação das regiões Norte e Nordeste ao eixo Centro-Sul e facilitar o escoamento de produtos nacionalmente.

Figura 6: Mapa Bacia do Xingu referente à área de instalação da Estrada de Ferro 170, 2017



Fonte: Rede Xingu+, 2024b⁷⁹

O mapa recorta a área de implementação do projeto da Ferrogrão, destacando em seu entorno as TIs, aldeias indígenas, UCs estaduais e federais da região. Na mesma região, a Floresta Nacional do Jamaxim também se torna alvo de espoliação, com a aprovação da MP 756 em 19 de dezembro de 2016, que altera seus limites, reduzindo uma área de proteção de 1,3 milhões de hectares para 557.580 hectares (Brasil, 2016; Bonfim, Packer, 2021). A Medida Provisória foi finalmente vetada após 5 meses, todavia, estima-se danos irreversíveis no que concerne a recuperação integral da área de proteção da Floresta do Jamaxim, tendo em vista a venda de terras, desmatamento e implementação de atividades agropecuárias no território desincorporado (Bonfim, Packer, 2021; Rede Xingu+, 2024).

Em decorrência da localização do projeto da EF-170 e seus possíveis efeitos socioambientais negativos, diversas manifestações contra sua implementação foram empenhadas pelos povos indígenas do baixo Xingu e médio Tapajós. Os povos Kayapó, Panará e Munduruku por meio de Associação Indígena Pariri, membros associados da Rede Xingu+ e comunidades impactadas, protagonizaram diversas ações de resistência à aprovação das referidas MPs e do projeto de construção da Ferrogrão (Rede Xingu+, 2024a). Somente entre

⁷⁹ Disponível em: <<https://xingumais.org.br/observatorios/degradacao>>.

2017 e 2018⁸⁰ foram solicitadas por três vezes a Convocatória de Consulta Livre, Prévia e Informada (CCLPI) sobre a EF-170, junto ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a elaboração de quatro documentos dirigidos à ANTT, ao Ministério Público, aos demais povos indígenas da bacia do Tapajós e aos empreendedores, associações de empreendedores e bancos, expondo contrariedade à implementação do projeto e à falta de consulta prévia a sua aprovação (Rede Xingu+, 2024a). Na carta redigida à ANTT pela Associação Indígena Pariri, ressalta-se o direito à CCLPI e o impacto negativo da ampliação da fronteira verde para a região:

Nós, caciques, lideranças, pajé, guerreiros e guerreiras do povo Munduruku do médio Tapajós, exigimos que a Agência Nacional de Transportes (ANTT) consulte nosso povo Munduruku e todos os povos indígenas e ribeirinhos que vão ser impactados pela Ferrovia do Grão (Ferrogrão) desde Sinop no Mato Grosso até Itaituba. Nós temos o direito de consulta prévia, livre e informada como garante a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário, mas o governo brasileiro insiste em não respeitar a própria legislação interna e internacional que criam e fazem parte. SAIBAM QUE NÓS VAMOS CONTINUAR LUTANDO POR NOSSOS DIREITOS ATÉ QUE SEJAM CUMPRIDOS! [...] Nós não vamos mais aceitar que mais uma vez vocês Pariwat venham com esses projetos pensados por vocês e que querem impor para nosso povo, sem ser discutido, sem consultar e sem considerar os impactos no nosso modo de vida, em nossos territórios, nos nossos lugares sagrados e dos nossos parentes. Nossa floresta grita, o pajé sabe que ela está precisando de ajuda, mas vocês Pariwat não sabem o que é isso. Vocês só querem destruir, para construir empreendimentos que acabam com a floresta, e para expandir o agronegócio na nossa região, acabando com nossas árvores e com nossa biodiversidade para colocar no lugar milhares de quilômetros de soja. NÓS NÃO VAMOS DEIXAR ISSO ACONTECER!!! (Associação Indígena Pariri, 2017, *online*⁸¹)

Em se tratando da expansão do agronegócio para a Amazônia Ocidental, é essencial tratarmos dos projetos dos Corredores Logísticos Estratégicos (CLE) para escoamento graneleiro de exportação na região Norte, que abarcam os CLE Eixo Madeira, Eixo Tocantins e Eixo Tapajós (MTPA, 2017; Rede Xingu+, 2022). O projeto como um todo compreende nove corredores logísticos para exportação e quatro para abastecimento interno, distribuídos por todas as macrorregiões brasileiras e conectado aos principais portos; objetivando a constituição de um aporte nacional infraestrutural ao escoamento, armazenamento e comercialização da principais *commodities*, por vias ferroviárias, hidroviárias e rodoviárias, além de Centros de Logística e armazenagem (MTPA, 2017; Ministério dos Transportes, 2018).

O Projeto Corredores Logísticos Estratégicos tem como objetivo apresentar uma visão panorâmica e diagnóstica do momento atual da infraestrutura de transportes voltada para o

⁸⁰ O projeto de construção da Ferrogrão continua em pauta no governo; as ações de resistências pelos povos e comunidades da região também.

⁸¹ Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/142/edit/2020-08/2017-12_carta-munduruku-antt.pdf>

escoamento das principais cargas do país: Soja e Milho; Minério de Ferro; Veículos Automotores; Açúcar e Etanol, Combustíveis e Carnes. Além do transporte de carga, o estudo aborda também temas estratégicos relacionados ao transporte de passageiros, integração e defesa nacional, sobre os quais o Governo Federal também atua como promotor de infraestrutura. (Ministério dos Transportes, 2018)

A ampliação do escoamento portuário para o Arco-norte - que abrange os portos de Santarém, Belém, Barcarena, São Luís, Itaqui, Santana, Porto Velho, Manaus e Itacoatiara - é fomentada desde a década de 1990 e atende à crescente demanda dos produtores de grãos do Mato Grosso e da mineração de ferro, para o barateamento dos custos de transporte das *commodities* (Rede Xingu+, 2022).

Figura 7: Exportações de soja do Mato Grosso por porto, 2013-2022



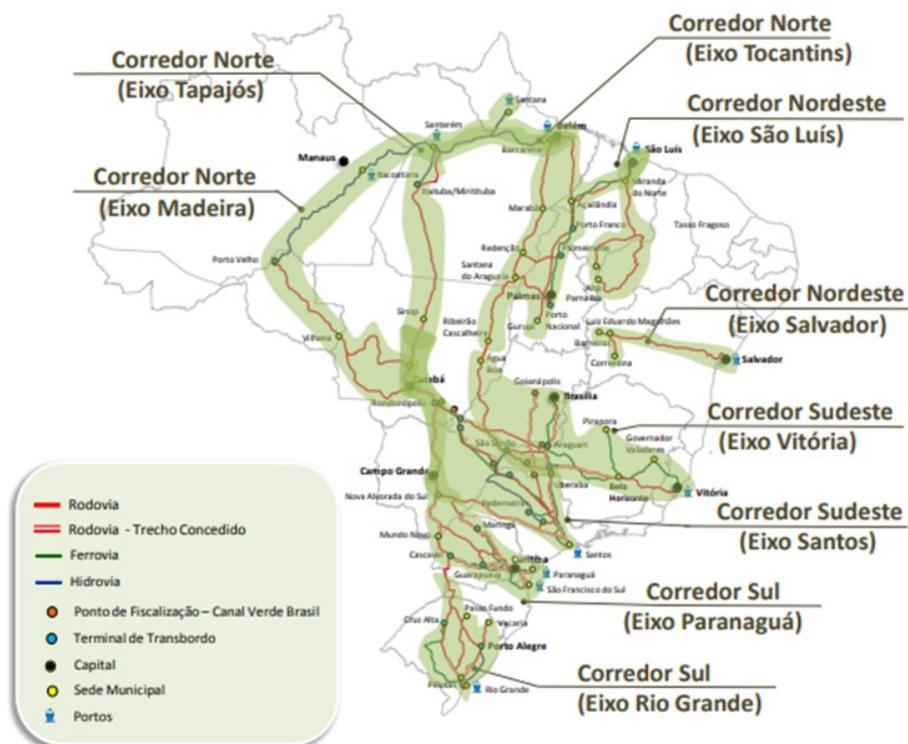
Fonte: Rede Xingu+, 2022, *online*⁸²

Podemos observar ao longo do tempo uma progressiva tendência de inversão no escoamento portuário da produção de grãos do Centro-Oeste para exportação, que garante a crescente centralidade dos complexos portuários do arco-norte para a rota de *commodities* brasileiras. Levando em conta os apontamentos de Luxemburgo (1970) sobre o processo de destruição das economias naturais e implementação da lógica capitalista em determinados territórios, que posiciona a instalação infraestrutural como primeiro passo na modificação das relações sociais de produção e incorporação de novas áreas à acumulação de capital, podemos depreender que os Corredores Logísticos Estratégicos do eixo Norte garantem a incorporação das regiões que abarca os fluxos de capital transnacional e as cadeias globais de valor como

⁸² Disponível em: <<https://xingumais.org.br/obra/corredor-logistico-tapajos-xingu>>.

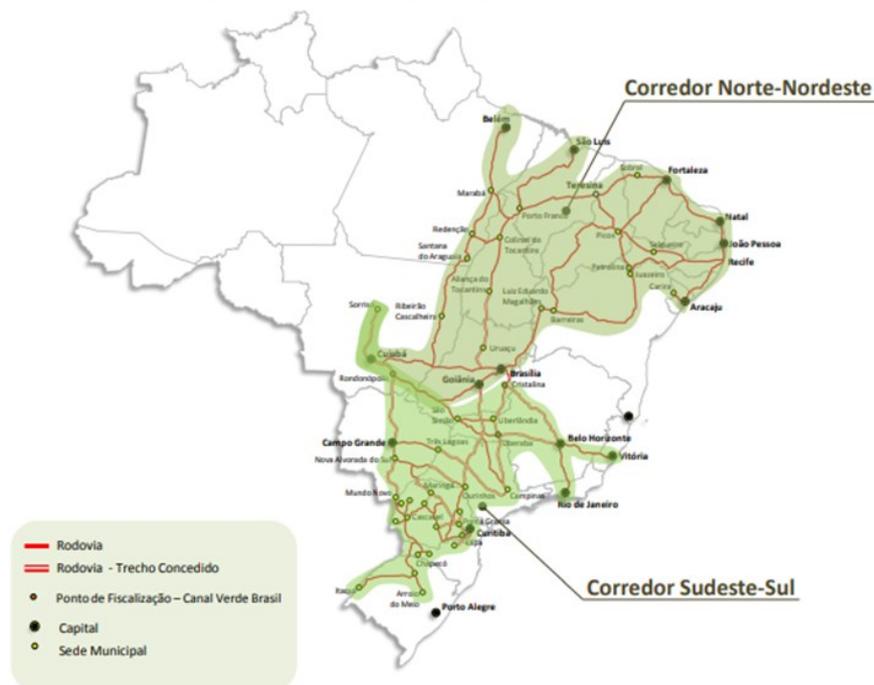
fornecedoras de insumos agropecuários e minerais. O investimento modal na exportação e na promoção do consumo doméstico corroboram essa hipótese.

Figura 8: Corredores Logísticos Estratégicos para Exportação, 2017



Fonte: MTPA, 2017, p. 37

Figura 9: Corredores Logísticos Estratégicos para abastecimento interno, 2017



Fonte: MTPA, 2017, p. 39

Se compararmos a estruturação dos corredores logísticos para exportação e para abastecimento interno no que concerne o eixo Norte, percebemos a prevalência do investimento na região para sua integração às cadeias globais de valor, em movimento de especialização regressiva, ao invés de fomento à interligação inter-regional brasileira que incrementa o desenvolvimento do Norte. Ao contrário, uma série de impactos socioambientais em decorrência dos projetos logísticos são identificados em suas diversas etapas de implementação, como ocorre no caso da EF-170. Perda da área de pesca, invasão de espécies exóticas, erosão do solo, conflitos fundiários, desmatamento, contaminação por agrotóxicos, restrição do uso da água em função da movimentação das barcaças, aumento de garimpos ilegais e queimadas, insegurança alimentar, interferências culturais, atropelamento da fauna, especulação fundiária e grilagem, são alguns dos efeitos negativos e possíveis impactos levantados a partir da implantação ou estudo de viabilidade de projetos de infraestrutura como a instalação da Ferrogrão, da presença das rodovias BR-163 e MT-322 e do porto de Santarém (Rede Xingu+, 2022).

Vale ressaltar ainda o apoio de grandes entidades da concertação do agronegócio aos CLEs. A CNA, a Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA), a Abiove, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o Sindicato Nacional de Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (SINFERBASE), o Instituto Aço Brasil e a Vale S. A., são algumas das

instituições representativas que apoiam a elaboração dos dois primeiros volumes do Relatório Corredores Logísticos Estratégicos, Complexo de Soja e Milho (2017) e Complexo de Minério de Ferro (2018). Também é importante lembrar a forte presença de TIs, Resex, UCs e comunidades ribeirinhas na região, e a correlação da expansão agropecuária e mineral com o fortalecimento dos ataques aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais com a virada neoconservadora recente.

Ainda nesse sentido, a MP 759, aprovada em 22 de dezembro de 2016 e convertida em Lei 13.465, em 11 de julho de 2017, dispõe “sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal”. (Brasil, 2017b) A legislação altera marcos importantes na concessão de terras à Reforma Agrária, reduzindo a importância da participação dos movimentos de luta pela terra em sua autonomia e garantindo maiores indenizações e demais benefícios aos proprietários irregulares de terras da União a serem desapropriados (Brasil, 2017b; Bonfim, Packer, 2021). A “Lei da grilagem legal de terras” também possibilita a regularização fundiária de terras da União, indevidamente ocupadas na Amazônia Legal a partir de 2011, mediante compra direta; além de vincular os procedimentos de regularização fundiária ao MAPA (Bonfim, Packer, 2021). De maneira que a Lei 13.465 facilita a incorporação de territórios sujeitos à grilagem ao mercado de terras e ilustra a postura leniente do governo ao avanço violento do agronegócio sobre as fronteiras naturais amazônicas e territórios tradicionais.

Ainda na direção da contrarreforma agrária iniciada no governo Temer, a Instrução Normativa nº 88 do Incra, de 13 de dezembro de 2017, libera a regularização da aquisição e arrendamento de terras irregulares por pessoas física e jurídica de estrangeiros, sob licenciamento do Incra e apresentação de relatório de intenção de exploração (Incra, 2017; Bonfim, Packer, 2021). Essa nova normativa satisfaz parte de uma demanda quase decenária de parcela da concertação do agronegócio, que visava a maior abertura ao capital transnacional no agronegócio brasileiro; e promove o movimento de estrangeirização de terras, em especial em áreas estratégicas para a acumulação de capital.

Para além da paralização das demarcações e da incorporação ilegal de territórios às cadeias de produção de *commodities*, o arrendamento de TIs para utilização mercadológica também constitui ferramenta importante de ataque aos direitos indígenas pela concertação e de avanço do capital transnacional pelas fronteiras naturais brasileiras (Pompeia, 2022). Em 2018, levantamentos apontam que por volta de 22 TIs encontravam-se sob processo de arrendamento dentro de seus territórios, totalizando uma área de 3,1 milhões de hectares empregados em

atividades conectadas ao circuito de *commodities* no interior de terras protegidas (Borges, 2018). A assimilação de pequenos produtores ao comércio internacional consiste em pauta defendida pelas principais instituições internacionais desde a década de 1970, como parte do pacote modernizador e industrializante do campo, bem como da promoção da abertura das economias nacionais (Cox, 1983). Nesse sentido, a incorporação de TIs às cadeias transnacionais de *commodities* via arrendamento ou da promoção da mecanização da agricultura tradicional indígena, se estrutura como continuado projeto de assimilação e consequente destruição de economias naturais no capitalismo. A alternativa à assimilação se mantém na violência direta e na expropriação, que caracterizam essa nova etapa estratégica da concertação, no que concerne ao controle do território.

O projeto de retomada violenta da maximização da captura de excedentes baseado na economia do agronegócio e no neoliberalismo pleno, também fica ilustrado pelos dados referentes aos conflitos fundiários, violência e violações trabalhistas no campo, bem como aos direitos territoriais - e humanos - dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. O ano de 2017 se demonstra atípico em termos de assassinatos decorrentes de conflitos no campo, apresentando os maiores números desde 2003 (Maia, 2017). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2017), o primeiro ano completo do governo Temer se encerra com 71 assassinatos desse tipo, após um progressivo crescimento dos números desde 2015, em uma sequência trianual que registra 182 casos de assassinatos por conflitos no campo (Comissão Pastoral da Terra, 2017).

Chama atenção as condições em que ocorrem esses assassinatos: quase 50% dos casos estão concentrados em apenas 5 eventos, que podem ser considerados massacres por registrarem mais de 3 assassinatos cada (Maia, 2017). Chama atenção também a localização desses eventos: os dois casos com maiores concentrações de assassinatos transcorrem em Pau D'Arco (PA), no acampamento sem-terra Nova Vida, e em Colniza (MT), na Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt (Maia, 2017). Ambas áreas de intenso conflito fundiário, que denotam a atualidade da questão agrária brasileira e a violenta expansão neoextrativista para o Norte e para a Amazônia Legal.

Também é importante observar que os alvos desses assassinatos, em 2017, concentram-se de forma considerável entre lideranças indígenas e camponesas, o referente a quase 30% do total (Filho, Romero, Porto-Gonçalves, 2017). Todavia, tanto os números totais de conflitos no campo, quanto o estabelecimento de ocupações e retomadas, decrescem continuamente de 2016 para 2017: em 2016 o número de conflitos por terra totaliza 1295, enquanto em 2017, o total é de 1168; já as ocupações e retomadas passam de 194, em 2016, para 169 em 2017 cada

(Comissão Pastoral da Terra; Maia, 2017). O que indica uma guinada estratégica em torno à contrarreforma agrária, na neutralização dos movimentos camponeses e das resistências indígenas (Cosme, 2017). Nos indica também que, à medida que a violência avança, os movimentos de resistência perdem terreno, e assim se perpetua e aprofunda a questão agrária brasileira no século XXI.

A incorporação de TIs, territórios quilombolas, UCs, reservas legais e áreas destinadas à reforma agrária adquire centralidade nas pautas do agronegócio brasileiro, não apenas por sua disposição geográfica estratégica – dado a tendência expansionista do agronegócio para o Norte – mas também pela dimensão ideológica. A ascensão do neoliberalismo pleno no Brasil, a partir da retomada conservadora que depõe Dilma Rousseff, busca respaldo no mote da supremacia da propriedade privada individual e da incorporação da lógica mercadológica em todas as esferas da vida. Nesse sentido, a propriedade coletiva da terra, como no caso dos territórios quilombolas ou do usufruto inalienável das TIs pelos povos que a ocupam, consideradas bem da União⁸³, impõe risco à dinâmica de acumulação tipicamente capitalista e, conseqüentemente, à hegemonia do capital transnacional através de seu braço nacional representado pela concertação do agronegócio (Pereira; Pompeia, 2020). O fundamento da espoliação e da destruição das economias naturais permanece na égide da acumulação capitalista dependente brasileira e tende a se agudizar, à medida que a burguesia sofisticada seus mecanismos de organização nacional e transnacionalmente, em contrapartida à forçada e instigada desarticulação e desengajamento da classe trabalhadora, especialmente no nível internacional.

3.3 AGRO-MÍNERO-ENERGÉTICO-NEGÓCIO: EM NOME DE QUEM O PROJETO DE DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA SE CONFIGURA?

Para as eleições de 2018, a burguesia enfrenta dificuldades de lançamento de um candidato ligado aos partidos tradicionais de direita, por falta de apoio de massas, de forma que encontram no neofascismo, representado pela candidatura de Jair Bolsonaro, o caminho de concretização de seus interesses (Valle, Narciso, 2021). Nesse momento, as frações de classe dos detentores do capital divergem de forma importante quanto à conformação de um plano de governo que dê continuidade à concretização de seus interesses particulares. O grande capital transnacional e a burguesia nacional associada se aproximam de um programa político que privilegia a adoção continuada do neoliberalismo pleno e que dá preferência ao capital

⁸³ Ou seja, de natureza essencialmente pública ao invés de privada.

financeiro, com a manutenção de altas taxas de juros, privatizações e abertura econômica (Valle, Narciso, 2021). Ao passo que as burguesias nacionais industriais, pequenos e médios frigoríficos e varejistas, seriam majoritariamente prejudicados pelo desinvestimento estatal e pela priorização do rentismo (Valle, Narciso, 2021). Contudo, tendo em vista a conjuntura de crise, que acirra os conflitos distributivos de renda em razão da queda das taxas de lucro, importantes frações da burguesia nacional recorrem à pauta do neoliberalismo pleno para garantir a queda dos custos de mão-de-obra (Valle, Narciso, 2021).

Como Harvey (2004) aponta, a classe capitalista desterritorializada com o advento da financeirização e transnacionalização do regime de acumulação capitalista, conforma-se enquanto essencialmente rentista, mediante as possibilidades de captura de excedentes globalmente. Mesmo nas economias vulnerabilizadas pela financeirização, a burguesia no geral tende à adoção plena do neoliberalismo de viés fundamentalmente imperialista, a despeito do prejuízo à capacidade de realização do capital pelo desenvolvimento das forças produtivas internas (Harvey, 2004). De forma que, a priorização dos interesses da hegemonia do capital transnacional nesse contexto, não só demonstram a prevalência da condição dependente brasileira, como também explica a continuada tendência monopolista, financeirizada e mundializada do regime de acumulação capitalista, que sobrepuja as frações de classe ou os capitalistas que individualmente não se adaptem às novas condicionantes⁸⁴.

Mediante o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e dos efeitos crônicos do neoliberalismo imperialista, as angústias da classe trabalhadora e da pequena burguesia vulnerabilizadas são capturadas por movimentos neofascistas, que se posicionam discursivamente na defesa do nacionalismo e num suposto anti-globalismo, que evoca do racismo, da xenofobia, do anticomunismo e outros instrumentos retóricos, para a conclamação de massas em seu apoio (Harvey, 2004). O neofascismo, no entanto, representa materialmente a consolidação dos interesses de classe de uma burguesia progressivamente transnacional e, portanto, “globalista” em essência e alinhada ao imperialismo; imprimindo aparência de radicalidade somente no terreno retórico. Esse cenário conforma a ascensão de Bolsonaro à presidência, com um discurso conservador que conclama boa parte da pequena burguesia e classe média, bem como importante apoio das igrejas neopentecostais, e representa, na

⁸⁴ Esse ponto é essencial para compreendermos que o freio à crise climática é irreconciliável com o modo de produção capitalista em sua raiz. O motor do lucro privilegia as decisões de curto prazo que garantam a maior captura de excedente, o constante aprimoramento da técnica voltada para este fim e a expansão *ad infinitum* do capital sobre as bases da exploração, do saque e da violência.

materialidade, a concretização dos interesses da hegemonia do capital transnacional (Valle, Narciso, 2021).

Apesar da aproximação aos interesses do grande capital transnacional e do setor financeiro no Brasil, umas das mais importantes bases de apoio ao então presidente concentra-se nos ruralistas. O segmento “da porteira para dentro” via na eleição do candidato neofascista a defesa da propriedade e o estímulo à expansão de suas terras, que, no grande latifúndio, implica a ampliação da captura da renda fundiária, um dos pilares da acumulação de capital para o setor (Delgado, 2012; Forlini, 2021). No ano eleitoral de 2018, o então presidente da Aprosoja-Brasil, Bartolomeu Braz Pereira, afirma em entrevista à revista Exame que “Bolsonaro é quase unanimidade no setor [...]”, e que “[...] produtores o apoiam por suas propostas nas questões de segurança e fundiária”. (Pereira, B. B. 2018, apud Exame, 2018, *online*⁸⁵)

Ainda em 2018, após a vitória de Bolsonaro, Pereira, B. B. (2018) comunica, em artigo para a Agência de Notícias da Aprosoja-Brasil, as perspectivas positivas do setor sojicultor para o ano de 2019, mediante a renovação do Congresso Nacional e a eleição do novo Presidente da República. Expectativas em relação à implementação de reformas a favor do agronegócio, envolviam o enxugamento da máquina pública, a reforma previdenciária, a redução da carga tributária, além de maiores investimentos em infraestrutura e logística que desonerassem os custos de produção (Pereira, B. B. 2018). A tônica geral é de aproximação do governo às pautas ruralistas, ao contrário do cenário anterior em que predominaria a presença de “[...] bipolares perseguidores do setor que mais beneficia a sociedade brasileira [...]”. (Pereira, B. B. 2018, *online*⁸⁶)

Em retorno, Bolsonaro reafirma sua lealdade às pautas ruralistas, representadas pela FPA, com a indicação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em dezembro de 2018 (Forlini, 2021). Já em março de 2019, o Decreto nº 9.741 que dispunha sobre a programação orçamentária mensal referente ao exercício do primeiro ano do novo governo, reduz em um quinto os recursos financeiros dispostos ao MMA, como parte do prometido enxugamento da máquina pública (Brasil, 2019a). Nessa mesma direção, em junho de 2019, é emitida a Lei 13.844/2019, responsável pela organização dos órgãos referentes à Presidência da República e Ministérios, através da qual Salles é efetivamente nomeado ministro do meio ambiente (Brasil, 2019a). A legislação ainda cria a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários,

⁸⁵ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/com-receio-da-esquerda-agricultura-fecha-apoio-a-bolsonaro/>>

⁸⁶ Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/12/18/o-que-nos-espera-em-2019-por-bartolomeu-braz-pereira/>>

chefiada pelo então Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Nabhan Garcia, e que passava a ser responsável pela titulação de TIs e regularização fundiária (Brasil, 2019b; Bonfim, Packer, 2021). Ainda transforma o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pela gestão das florestas públicas, por toda a malha fundiária, recursos naturais nacionais e do Sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em pasta do MAPA (Brasil, 2019b; Bonfim, Packer, 2021). A nomeação de ruralistas para as pastas do Meio Ambiente e regularização fundiária, juntamente com o corte de recursos, representa os primeiros passos da agenda de esvaziamento dos órgãos de proteção ambiental empenhados pelo governo Bolsonaro.

Entre 2019 e 2022, mais uma série de alterações legislativas atuam para a continuidade do projeto de esvaziamento do aparato de proteção ambiental nacional, como o Decreto 9.806/2019, que altera a estrutura do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), restringindo a participação da sociedade civil no conselho e substituindo as cadeiras reservadas ao ICMBio e à Agência Nacional de Águas (ANA) pelo MAPA e pelo Ministério de Minas e Energia (MME); ou pela criação do Programa Titula Brasil, que transfere as regularizações fundiárias às gestões municipais, facilitando a interferência de grandes grupos e oligarquias locais no processo ou simplesmente provocando o esvaziamento das políticas fundiárias por falta de recursos (Bonfim, Packer, 2021). Também são incentivadas a estrangeirização, financeirização e privatização de terras, por exemplo, através da Lei 13.874/2019, que abre a possibilidade a fundos de investimento e corporações transnacionais de investir em ativos financeiros, recursos naturais e terras brasileiras, com baixa ou nenhuma interferência estatal, em nome do “livre mercado”; pela promulgação da Lei 13.986/2020, que permite a aquisição de terras diretamente por estrangeiros em caso de dívidas ou doação por pagamento, bem como expande o financiamento ao crédito rural a instituições financeiras estrangeiras e nacionais privadas; ou ainda através da Instrução Normativa nº 9 da Funai, que autoriza a certificação de terras privadas em TIs, facilitando a grilagem de terras nesses territórios (Bonfim, Packer, 2021).

Desta forma, trabalha-se para a concretização de um aparato estatal brasileiro que garanta a tão mencionada “segurança jurídica” ao agronegócio, cimentando o extrativismo financeirizado e transnacionalizado enquanto projeto econômico fundamental brasileiro. Contudo, apesar dos avanços que a concertação política do agronegócio conquista institucionalmente, os conflitos de interesses entre as frações de classe que a compõe permanecem e até mesmo se intensificam com a gestão brasileira da pandemia de Covid-19, após 2020. De forma que observamos um novo rearranjo de forças até o momento das eleições de 2022. Em todo caso, o que prevalece é a consolidação dos interesses da burguesia enquanto

classe, que vem tracionando de maneira bem-sucedida seu terreno de domínio sobre todas as frentes de proteção socioambiental. Ainda assim, a observação mais detalhada das rearticulações e interesses em conflito dentre as frações de classe que compõem a chamada concertação política do agronegócio brasileiro, faz-se útil para compreender as estratégias adotadas por esses grupos e seus novos rumos. Para tal, usaremos a definição de Pompeia (2023), que aponta 5 principais correntes dentro do agronegócio brasileiro durante o governo Bolsonaro: os negacionistas do clima, os conservadores, os volúveis, os descarbonizadores e os atores europeus.

Os Negacionistas do clima, estão primariamente associados ao Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA), e se constituem especialmente de bovinocultores do patronato rural e pequenos e médios sojicultores conjunturalmente (Pompeia, 2023). Esses dois grupos - que se articulavam em primeiro momento dentro da UDR e da Aprosoja-MT, respectivamente - se sentiam até então subrepresentados no Congresso e nas grandes associações do agribusiness, como a CNA, além de lesados perante as corporações transnacionais, grandes latifundiários e frigoríficos conjunturalmente (Pompeia, 2023). De forma que, em busca de maior diálogo com o potencial governo federal, a articulação bovino-sojicultora torna-se uma das primeiras ferrenhas apoiadoras à candidatura de Bolsonaro⁸⁷ (Pereira, 2022).

A ala negacionista no interior do governo Bolsonaro, utiliza-se da estratégia da promoção do ceticismo social quanto às divergências científicas sobre estudos climatológicos, denotando a questionabilidade da teoria do aquecimento global e sua suposta raiz ideológica anti-agronegócio, através de seus meios de comunicação e promoção de eventos do setor⁸⁸ conjunturalmente (Pompeia, 2023; Sucesso no Campo, 2024). Também antagonizam o MAM, sugerindo o rebaixamento do ministério a pasta do MAPA, e o Código Florestal, especialmente no que se relaciona às reservas legais (Pompeia, 2023). A articulação bovino-sojicultora expressa no MBVA adquire ainda posição central na organização das mobilizações golpistas de ultradireita em expresso apoio a Bolsonaro, conforme relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), publicado em 10 de janeiro de 2023, nas seguintes ocasiões: no

⁸⁷ Ainda em 2017, Luiz Antônio Nabhan Garcia, então presidente da UDR, passa a integrar a equipe de confiança na elaboração do plano de governo do candidato Jair Bolsonaro (Pompeia, 2023). Após a efetiva vitória, em 2018, o ruralista passa a ser cotado para chefiar o MAPA, com um discurso de alinhamento às diretrizes do governo Trump e combativo à adesão nacional ao Acordo de Paris (Pompeia, 2023). Nabhan Garcia atuou na reconstituição da UDR em 1995, a partir da articulação ruralista no Pontal do Paranapanema (SP), que supostamente buscava se posicionar contra a crescente relevância do MST na região (Maciel, Pires, 2022). Em 2019, Nabhan Garcia é nomeado como Secretário Especial de Assuntos Fundiários do MAPA (MAPA, 2022)

⁸⁸ O MBVA possui forte presença na internet e na televisão, através do canal de notícias Sucesso no Campo, em atividade há 15 anos, com programação em diversas TVs abertas locais e no YouTube, além da organização e divulgação de eventos do setor, artigos e notícias em suas páginas próprias (Sucesso no Campo, 2024).

acampamento 300 pelo Brasil, em maio de 2020; nas manifestações em 7 de setembro de 2021; nos bloqueios a estradas contra o resultado das eleições, em 2022; nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, entre outros. (Pompeia; Luiz, 2023).

Já o que Pompeia (2023) denomina “ala conservadora do agronegócio” diverge da negacionista na abordagem desses quatro últimos pontos: o Acordo de Paris, a extinção do MAM, o Código Florestal e as mobilizações antidemocráticas. O grupo considerado hegemônico dentro do agronegócio nacional e representado majoritariamente pela CNA e pelo IPA, enfoca fortemente em suas estratégias, a manutenção de boas relações no comércio exterior de *commodities*, de modo que o ataque direto a acordos internacionais ambientais ou às instituições democráticas brasileiras, poderiam afetar as exportações do setor conjuntamente (Pompeia, 2023). Nesse sentido, podemos observar o esforço da CNA na promoção da ideia de um desenvolvimento sustentável, nos termos das principais instituições e acordos ambientais multilaterais. O que envolve, por exemplo, a participação da confederação na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) desde 2013, bem como seus posicionamentos sobre o tema ambiental como um todo:

Para a CNA, a possibilidade de lograr os objetivos do Acordo de Paris e, de forma mais ampla, contribuir de maneira efetiva para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, está intrinsecamente ligada à promoção da agropecuária baseada em inovação contínua, na ciência e tecnologia, na preservação e sustentabilidade, em políticas de desenvolvimento sustentável e de incentivos econômicos, além do reconhecimento das ações implementadas. Se, por um lado, a agropecuária de baixo carbono integra a política agrícola brasileira desde 2011, quando as negociações da UNFCCC timidamente tratavam de agropecuária, por outro, a legislação florestal garantiu um enorme ativo ambiental em áreas privadas, resultando em 33% do território brasileiro do país preservados pelo mesmo setor agropecuário. As tecnologias que permitem reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e favorecer a adaptação dos sistemas produtivos são adotadas no campo há mais de três décadas e foram usadas como referência para construir uma ambiciosa política de ações climáticas de agricultura e segurança alimentar. Na área florestal, há pelo menos 48 anos o proprietário rural tem a obrigação de preservar parte significativa de suas terras em cumprimento do Código Florestal, uma legislação rigorosa que visa promover a produção aliada à conservação. (CNA, 2024, p. 5-6)

A partir desse quadro geral, podemos pontuar que, no que se refere ao MAM, ao Código Florestal e às questões ambientais como um todo, a chamada ala conservadora do agronegócio adota postura mais estratégica, prezando pelo esvaziamento dos órgãos e das normas infralegais, garantindo o alinhamento institucional de seus interesses, sem grandes prejuízos para a imagem do agronegócio brasileiro no exterior e, conseqüentemente, para as exportações. Nessa direção, a CNA lança apoio ao então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, na infame reunião que discute o avanço do agronegócio infralegalmente sobre as fronteiras naturais, durante o quadro pandêmico que o país enfrentava conjuntamente (Pompeia, 2023).

Apesar das divergências táticas com o patronato rural negacionista ambiental, a CNA e a FPA apoiam o governo Bolsonaro oficialmente, inclusive quando do lançamento de sua recandidatura⁸⁹, bem como agem em consonância no que diz respeito à “questão indígena”, à defesa da tese do marco temporal⁹⁰ e em oposição à moratória da soja na Amazônia⁹¹ conjuntamente (Faverin; CNA; Pompeia, 2023).

A partir desta última iniciativa, os monitoramentos na região que ocorrem ininterruptamente desde 2008, indicam um aparente crescimento de baixo impacto da sojicultura na Amazônia, tendo em vista a progressiva conformação da produção aos padrões exigidos pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS) (Faverin, 2023). Na safra 2021/2022, por exemplo, 97% da produção de soja seguia a resolução de “desflorestamento zero” (Faverin, 2023). Chamamos atenção, no entanto, para o fato de que a produção de soja na Amazônia começa a ser incorporada em terrenos previamente desmatados para outras atividades, o que reflete um simples mascaramento do impacto ambiental da sojicultura no bioma. Como anteriormente apontado nesse texto, o movimento traçado do cultivo de cereais na Amazônia geralmente segue a lógica do desmatamento para a extração e venda de madeira, plantação de pastagem e bovinocultura e, por fim, cultivo de soja, milho ou outros grãos (Pereira, 2022). De forma que, a moratória da soja não passa de simples flexibilização legal e distorção de dados, utilizados como *greenwashing* por grandes companhias do setor de oleaginosas, que constitui resposta vazia ao aumento expressivo do desmatamento na Amazônia para a sojicultura, desde o início da década de 2000 (Rolando, 2021). Para além, a presença de grandes ONGs ambientais internacionais e companhias transnacionais no projeto, denotam novamente o caráter primordialmente imperialista dos atuais modelos de preservação de recursos naturais nas economias periféricas, bem como a interlocução desses agentes com as burguesias nacionais, na conformação última de seus interesses de classe.

⁸⁹ Num primeiro momento, o então presidente da CNA, João Martins, mantém postura mais neutra quanto aos candidatos em disputa, porém logo cede à pressão de parcelas expressivas do agronegócio, que exigiam o apoio oficial da instituição à reeleição de Jair Bolsonaro (Pompeia, 2023).

⁹⁰ A CNA, através de sua Assessoria de Relações Institucionais, produz relatórios mensais de proposições legislativas de interesse do setor. No relatório de agosto de 2023, o acompanhamento da PL 2903/2023, que versa sobre o Marco Temporal de Terras Indígenas, aparece na aba Agenda Prioritária, enquanto parte das principais movimentações da agenda do agro (CNA, 2023). A proposição, que anteriormente ganhou maior tração recente durante o governo Bolsonaro, passa agora por aprovação no Senado, com derrubada dos vetos do Presidente Lula, e pressão da FPA para sua inclusão no texto constitucional.

⁹¹ A moratória da soja consiste num projeto de “desflorestamento zero” que busca impedir a compra e venda de soja cultivada em áreas recém desmatadas para esse fim na Amazônia brasileira (ABIOVE *et al*, 2023). A iniciativa parte das empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e à Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), juntamente a entidades da sociedade civil - como o Green Peace Brasil, WWF, The Nature Conservancy e IPAM Amazônia - formando o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) (ABIOVE *et al*, 2023).

É justamente dessa forma que se posicionam os atores considerados volúveis por Pompeia (2023); através da articulação dos interesses do capital transnacional, a partir da interlocução com os agentes nacionais da burguesia, que garantem a interferência externa “indireta” no aparato político-econômico. Posicionamento majoritariamente representado pela ABIOVE e em partes pelo IPA, a ala volúvel do agronegócio brasileiro repercute os interesses de grandes corporações transnacionais, especialmente as *tradings* do agronegócio (Pompeia, 2023). Entre os atuais 19 associados da ABIOVE, destacamos Bunge, BTG Pactual, Cargill, CJ Selecta e Louis Dreyfus Company (ABIOVE, 2024). Esse panorama dá o tom das demandas flutuantes que direcionam o apoio da entidade de maneira mais ou menos alinhada ao patronato rural brasileiro. Isso significa que, a depender das expectativas de mercado desses atores altamente financeirizados e transnacionalizados, a associação pode tanto defender pautas políticas ligadas ao projeto de desregulamentação ambiental e avanço violento do capital sobre as fronteiras naturais, quanto priorizar a aplicação mais rígida da fiscalização dos produtores, ou mesmo agir estrategicamente através do *greenwashing* como no caso da moratória da soja na Amazônia.

Um dos exemplos dessa conduta reside na assinatura pela ABIOVE, em 2016, à carta “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”, direcionada ao então pretense presidente Michel Temer, pelo atendimento das demandas do agronegócio brasileiro, a favor do marco temporal e do redirecionamento das incumbências de demarcação de TIs para o Legislativo (FPA, 2016; Pompeia, 2023). Ainda na direção de alinhamento com as demandas do patronato rural negacionista ambiental e da ala conservadora do agronegócio brasileiro, a ABIOVE defende, juntamente com a CNA e a APROSOJA-Brasil, a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental⁹² (Brasil, 2021; Pompeia, 2023). A entidade, contudo, atua dentro do IPA – e, conseqüentemente, dentro da FPA - sem assumir cargos de liderança, o que permite a

⁹² A PL 2159/2021 altera as leis 9.605/ 1998 e 9.985/2000, implementando, por exemplo, a renovação automática on-line do licenciamento ambiental a partir de declaração de ateste do cumprimento da legislação ambiental e caracterização do empreendimento, e desobrigando determinados empreendimentos infraestruturais de obtenção de licenciamento ambiental, como distribuição energética de baixa tensão, obras de saneamento básico e de manutenção rodoviária e portuária (Brasil, 2021). O substituto ainda desobriga a obtenção de autorização pelo ICMBio para implementação de empreendimentos em áreas de Unidades de Conservação federais, ou dos referentes órgãos responsáveis para UCs estaduais (Brasil, 2021). Além de isentar mais uma série de empreendimentos do requerimento de licenciamento ambiental, como empreendimentos de caráter militar, intervenções emergenciais ou obras de porte insignificante (Brasil, 2021). A PL é discutida a partir de uma premissa de regularização federal das regras estaduais e municipais de licenciamento ambiental e da desburocratização dos processos em questão, mas em seu texto final funciona como parte do pacote de esvaziamento infralegal das normas ambientais empreendido pelo governo Bolsonaro, como pavimentação do avanço da acumulação por espoliação e do neoxativismo pelas fronteiras naturais brasileiras.

articulação dos interesses das transnacionais associadas dentro do Congresso Nacional, sem o comprometimento de sua imagem pública (Pompeia, 2023).

Por outro lado, em direção aparentemente oposta, a ABIOVE integra a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura como membro oficial (Pompeia, 2023; Coalizão, 2024). A entidade, que se define como união de empresas, associações, organizações e sociedade civil, se propõe a fomentar a sustentabilidade na agropecuária brasileira e o respeito às convenções internacionais de proteção ambiental, para garantir a coexistência da atividade agropecuária com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Coalizão, 2024). Todavia, em 2019, em contexto de avanço expressivo das queimadas, do desmatamento e da grilagem de terras na Amazônia, a ABIOVE se abstém de assinatura à campanha lançada pela Coalizão, “Seja legal com a Amazônia”, que se propunha a denunciar e combater “a ocupação ilegal de terras públicas no bioma, que incluem territórios indígenas, unidades de conservação e florestas não destinadas”. (Coalizão, 2019, *online*⁹³)

Ainda em 2019, a ABIOVE, juntamente com a SRB e a Unica, abandonam a Coalizão às vésperas da CoP 25, a partir de suposta pressão do então ministro do meio-ambiente Ricardo Salles⁹⁴ (Clima Info, 2019; SNA, 2021). Dois anos mais tarde, no entanto, em 2021, a associação volta a integrar a Coalizão, após a adesão do Santander, Bradesco e Itaú Unibanco, no ano anterior, e mediante pressões dos compradores e investidores europeus, que prometiam se tornar mais vocais contra o desmatamento na Amazônia para garantir a sustentabilidade das cadeias de valor (SNA, 2021).

Fica destacado, portanto, como os posicionamentos públicos e a linha de ação dessa fração da burguesia ligada ao agronegócio, denominada por Pompeia (2023) como setor “volúvel” do agronegócio brasileiro, se ajustam aos seus interesses imediatos e estratégicos, se aproximando ou se distanciando mais das pautas extremas dos principais representantes do patronato rural, com o objetivo último de maximização da captura de excedente. Por meio dessa análise podemos perceber também como a questão ambiental é essencialmente tratada dentro do modo de produção capitalista, enquanto mais uma ferramenta imperialista, de disputa de mercado e de favorecimento último do grande capital.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura constitui a principal representante da linha “descarbonizadora” do agronegócio brasileiro, segundo a análise de Pompeia (2023). A entidade reúne algumas das principais companhias e associações empresariais ligadas ao

⁹³ Disponível em: <<https://coalizaobr.com.br/campanha-seja-legal-com-a-amazonia-pede-fim-de-roubo-de-terras-publicas/>>

⁹⁴ Oficialmente, Salles negou qualquer tentativa de pressão para esvaziamento da entidade.

agronegócio e representantes hegemônicos da defesa do ambientalismo, na busca de diálogo e, basicamente, conciliação de interesses de mercado com o mote da sustentabilidade (Pompeia, 2023; Coalizão, 2024). Nesse sentido, a Coalizão se posiciona em diversos momentos de maneira oposta à CNA, principal representante dos interesses da dita ala “conservadora”⁹⁵ do agronegócio (Pompeia, 2023). Por exemplo, na defesa das UCs e TIs, do “desmatamento zero” e da descarbonização da economia, com ênfase para a aplicação das propostas estabelecidas pelo Acordo de Paris, que marca a própria fundação oficial da Coalizão, durante a COP 21, em 2015 (Pompeia, 2023; Coalizão, 2024).

Nessa direção, identificamos que o Acordo de Paris e a COP funcionam, portanto, como pilar central de direcionamento das pautas de ação da entidade. De maneira que podemos indicar seu alinhamento com a ideia hegemônica do imperialismo de “sustentabilidade” enquanto conservação e manejo de recursos, em especial das florestas tropicais, na busca da “soma zero” no que diz respeito à emissão de Gases do Efeito Estufa (GEEs), com menor consideração para as dinâmicas próprias de cada bioma, como já apontado na análise de Camely (2018) sobre o papel geopolítico das grandes ONGs ambientalistas do imperialismo e das ideias de conservação e proteção ambiental que veiculam. Essa aproximação é esboçada pela presença de organizações como WWF, The Nature Conservancy, Tropical Forest Alliance, Conservação Internacional Brasil e Bezos Earth Fund, como doadoras da Coalizão (Coalizão, 2024).

Durante o governo Bolsonaro, o agravamento da situação do clima e do desmatamento na Amazônia impulsiona ações mais firmes dos atores “descarbonizadores” contra as medidas de esvaziamento infralegal e de avanço violento institucionalizado do extrativismo sobre territórios protegidos (Pompeia, 2023). Nesse sentido, a Coalizão Brasil veicula as campanhas “Seja Legal com a Amazônia” e “Em Defesa do Código Florestal”, além de emitir uma série de boletins no combate à grilagem de terras, ao desmonte da proteção ambiental e em defesa dos direitos territoriais indígenas (Coalizão, 2024). A entidade também se posiciona contra a MP 867/2018, que estendia por mais um ano o prazo para Regularização Ambiental para produtores rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), alegando insegurança jurídica⁹⁶ derivada

⁹⁵ Vale apontar que uma suposta distinção de ala “conservadora” do agronegócio, funciona muito mais para destacar as frentes de ação de uma fração de classe dentro da burguesia ligada ao agronegócio na defesa de seus interesses próprios, do que uma aparente base ideológica de sustentação para esses atores específicos. Compreendendo que, inclusive, um número de empresas e associações do setor aparecem direta ou indiretamente dentro de organizações pertencentes a vários desses grupos ou alas. O que percebemos, portanto, é a prevalência de determinadas estratégias – muitas vezes conjuntas e até aparentemente contraditórias - de avanço da captura de excedente nos moldes de uma economia dependente, financeirizada e de base extrativista.

⁹⁶ É interessante observarmos a presença de vocabulário em torno dos conceitos de segurança jurídica, ambiente favorável e do mercado enquanto agente regulador primário das relações de produção, no discurso preservacionista ambiental dos atores “descarbonizadores”. O que indica uma certa aproximação conceitual

das diversas modificações do Código, o que representaria desastre mercadológico para o setor, afetaria a imagem do agronegócio brasileiro no exterior e prejudicaria os produtores que seguem as normas dispostas, além de colocar em cheque a produção nacional altamente dependente dos regimes naturais de chuva (Coalizão, 2019a).

Nesse período, a Coalizão não avança politicamente na maioria de suas pautas defendidas, tendo em vista a predominância dos interesses mais alinhados às alas negacionistas e conservadoras no Congresso (Pompeia, 2023). De todo modo, podemos argumentar que os posicionamentos públicos em defesa das normas internacionais de preservação ambiental servem a seu papel de manter a boa imagem do agronegócio brasileiro e garantir as exportações para a Europa. Questões notadamente de grande importância para a entidade, conforme pudemos observar desde a definição primária de seu mote de ação e de suas principais campanhas.

Parte desses atores europeus compõe justamente a última ala de influência no agronegócio brasileiro, conforme a definição de Pompeia (2023). Trata-se aqui de grandes bancos e corporações, especialmente do ramo alimentício, que se posicionam publicamente contra os processos de esvaziamento do aparato protetivo ambiental durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro (Pompeia, 2023). Esses posicionamentos se dão a partir de uma série de cartas públicas, elaboradas principalmente em resposta ao avanço da degradação ambiental da Amazônia, devidamente reportada pelos principais indicadores ambientais, a partir do segundo semestre de 2019 (Pompeia, 2023).

Em 19 de maio de 2020, um conjunto de mais de 40 associações comerciais, grupos varejistas e atacadistas do setor de alimentos e da cadeia da soja, além de fundos de investimento provenientes de países europeus – como Donau Soja, EdenTree Investment Management, NorgesGruppen ASA, Pax World Funds, Retail Soy Group, Tesco Stores Plc e Burger King - endereçaram ao Congresso Brasileiro uma “Carta Aberta sobre a Proteção da Amazônia” (Retail Soy Group *et al*, 2020). No documento ressalta-se a importância da Amazônia para o equilíbrio climático e para a economia brasileira, bem como os riscos do

desses agentes que buscam se posicionar a favor de um pretenso desenvolvimento capitalista sustentável, com os representantes do patronato rural mais alinhados ao avanço pleno e violento do extrativismo na pauta produtiva brasileira. Essa evidente aproximação ideológica denota também as similitudes materiais de ambas frentes de ação do capital. Ou seja, tanto o preservacionismo sustentável, quanto o extrativismo plenamente superexploratório, se desenvolvem em favor das dinâmicas capitalista, agora em seu estágio financeirizado e transnacionalizado. Isso significa ainda, que as duas frentes aparentemente opostas de ação partem da mesma lógica da acumulação por espoliação e demonstram os tensionamentos de classe ou as estratégias de exploração presente/valorização futura de ativos do grande capital transnacional.

acelerado desmatamento do bioma e do PL 2633/2020, conhecido como PL da Grilagem de Terras, para a segurança ao investimento e às parcerias comerciais com o país:

[...] a Amazônia desempenha um papel crítico na regulação do clima global, do ciclo da água, bem como seu papel na resiliência sistêmica, que é fundamental para a saúde planetária. Reconhecemos igualmente que é também um recurso econômico crucial para Brasil, agora e no futuro.

No último ano, incêndios generalizados e destruição na Amazônia foram notícia em todo o mundo. Como empresas e investidores globais com interesses no Brasil, acolhemos e desejamos ver uma continuação da liderança do Brasil em leis florestais e acordos como a Moratória da Soja na Amazônia. Nós sabemos que devemos garantir que proteger a Amazônia seja economicamente mais atrativo do que a destruir, refletindo seu verdadeiro valor para o mundo – e queremos trabalhar nisso com todos os *stakeholders* brasileiros. O que se mantém essencial é que se interrompa mais destruição. (Retail Soy Group, 2020, s/p, tradução nossa)

No mesmo ano, um grupo de 29 instituições financeiras assina uma carta aberta direcionada diretamente aos embaixadores do Brasil na Suécia, Noruega, Reino Unido, EUA, França e Países Baixos, em que solicitam formalmente reunião com os representantes brasileiros para discutirem maneiras de deter o desmatamento na Amazônia (Barreira, 2020). Entre os signatários - que, juntos, controlam mais de US\$ 3,6 trilhões - destaca-se o fundo de pensão e investimentos norueguês Storebrand, a Pax World Funds, Sumitomo Mitsui Trust Asset Management e o Legal and General Investment Management (Barreira, 2020). Os temas abordados no documento tratam da preocupação dos investidores com a possível aprovação do PL 2633/2020, com os descumprimentos ao Acordo de Paris, com os ataques aos direitos territoriais indígenas e com o aumento do “risco Brasil” frente às repercussões internacionais ao desmonte da governança ambiental doméstica perpetrado pelo governo Bolsonaro e pela gestão Salles:

É com profunda preocupação que acompanhamos a tendência de aumento do desmatamento no Brasil. Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor interesse de nossos beneficiários a longo prazo, reconhecemos o papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às alterações climáticas, na proteção da biodiversidade e na garantia de serviços ecossistêmicos.

O Brasil tem um bom histórico de combate ao desmatamento, ao mesmo tempo em que oferece condições favoráveis para negócios e investimentos. No entanto, a escalada do desmatamento nos últimos anos, combinada com relatos de desmantelamento das políticas ambientais e de direitos humanos e dos órgãos de fiscalização, estão criando uma incerteza generalizada sobre as condições para investimento ou prestação de serviços financeiros ao Brasil.

[...]

Estamos preocupados com o impacto financeiro que o desmatamento e a violação dos direitos dos povos indígenas podem ter sobre nossos clientes e empresas investidoras, por, potencialmente, ocasionarem o aumento dos riscos reputacionais, operacionais e regulatórios. Considerando o aumento das taxas de desmatamento no Brasil, nos

preocupamos que as empresas expostas potencialmente ao desmatamento em suas operações brasileiras e cadeias de abastecimento, enfrentarão dificuldades crescentes no acesso aos mercados internacionais. Os títulos públicos brasileiros também estão mais suscetíveis a serem considerados de alto risco se o desmatamento continuar. (Storebrand *et al*, 2020, s/p, tradução nossa)

Em julho de 2021, as companhias e associações atacadistas, varejistas e investidoras do setor de alimentos e da cadeia da soja⁹⁷, elaboram nova carta pública direcionada ao Congresso Brasileiro para tratar do contínuo desmonte dos mecanismos de proteção ambiental, principalmente da Amazônia (Retail Soy Group *et al*, 2021). Na carta, o grupo se declara contente com a remoção do PL 2633/2020 da pauta de votação congressional, porém manifestam profundo receio mediante o andamento do PL 510/2021⁹⁸, considerando que o novo Projeto de Lei ofertaria ainda maior risco à proteção ambiental dos principais biomas brasileiros (Retail Soy Group *et al*, 2021). Por fim, exprimem a possibilidade de reconsideração aos investimentos e ao estabelecimento de relações comerciais com o Brasil, caso as normas de conservação, os direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais, bem como os objetivos de agricultura sustentável não sejam cumpridos (Retail Soy Group *et al*, 2021).

Através desses posicionamentos públicos podemos compreender que o grande capital transnacional não ignora a importância da proteção ambiental da Amazônia, porém a reconhece como garantia de produtividade para o agronegócio brasileiro nas próximas décadas. Em consequência, a suposta aplicação de modelos “sustentáveis” de negócio é vista como central para a manutenção da segurança ao investimento financeiro no mercado de *commodities* e dos títulos públicos nacionais. Nesse mesmo sentido, observamos que a repercussão internacional do avanço do desmonte à proteção ambiental no Brasil durante o governo Bolsonaro, com destaque para o infame episódio das queimadas na Amazônia em 2019, afeta a reputação do Brasil enquanto ambiente seguro aos investimentos, contribuindo para a possível

⁹⁷ Esse novo documento angaria 50 signatários, contando com a entrada e a saída de nomes, em relação à primeira carta Amazônia (Retail Soy Group *et al*, 2021).

⁹⁸ O PL 510/2021 discorre sobre a regularização fundiária de terras públicas ocupadas e dispõe sobre a ampliação do marco temporal regulatório e da área passível de regularização, além de desobrigar a vistoria prévia para regularização da área ocupada (Senado, 2021). O Projeto apresenta uma série de instrumentos e modificações legais que contribuem para a privatização de terras da União, isentando os ocupantes de passivo ambiental e de vistoria prévia à regularização, o que aumenta o risco de estabelecimento de médias e pequenas propriedades em zonas de risco e conflito, além de afetar a criação e manutenção de projetos de assentamentos públicos (Brito, 2020). Vale ressaltar que uma enorme concentração das terras públicas se dá na região Norte, com 94% do território do Amazonas e 93% do território do Amapá constituindo terras da União (Almeida, Mariani, 2018). De forma que podemos apontar a excessiva vulnerabilidade do bioma amazônico ao processo de grilagem e privatização de terras, que compõe o avanço da fronteira verde para o norte do país.

desvalorização dos títulos e ativos, o que caracteriza boa parte das preocupações dos atores “europeus”⁹⁹ expressas nas cartas públicas analisadas.

Esse quadro demonstra o processo de mercantilização e financeirização da natureza, dentro do regime financeirizado e mundializado da acumulação de capital. Evidencia também os interesses imperialistas do conservacionismo, que se conectam à garantia da produção agropecuária e à reserva de valorização futura da terra, dos ativos e recursos ainda não explorados. Por fim, a condição dependente brasileira - e agora subordinada ao hegemônico capital transnacional – fica destacada com o poder de interferência direta desses atores na economia nacional. Isso significa que o grande capital trabalha incessantemente para garantir o manejo e o controle dos recursos naturais brasileiros, bem como para regular como, quando, onde e quais processos de conservação são implementados, de acordo com seus próprios interesses políticos e de mercado¹⁰⁰. Ao mesmo tempo que estimulam diretamente o avanço do modelo neoextrativista e da degradação socioambiental que implica, através de investimentos diretos e das cadeias globais de valor¹⁰¹.

⁹⁹ Aqui, respeitamos a denominação original de Pompeia (2023), mas a ideia de atores europeus talvez esteja mais ligada ao capital transnacional proveniente de economias centrais, que caracteriza a nova face da dependência no capitalismo financeirizado.

¹⁰⁰ Muito baseados no estaque de qualquer avanço da organização popular em prol de uma proteção ambiental que não sirva aos desígnios do capital.

¹⁰¹ Esse ponto é exemplificado pelo fato de que as corporações e agentes financeiros representados nesses posicionamentos públicos, não vedam na prática seus fluxos de capitais e produção como medida de boicote ao projeto de desmonte socioambiental (Pompeia, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, determinados desdobramentos no campo produtivo, econômico e, conseqüentemente, social brasileiro veem apontando os nítidos limites do desenvolvimento nacional conformado por uma estrutura desigual que o sobrepõe e subordina. Destacamos aqui o legado da Teoria Marxista da Dependência (TMD), das teses do imperialismo, de Lênin e Rosa Luxemburgo, bem como da própria teoria marxiana para a compreensão radical – ou seja, em sua raiz – dos fenômenos em torno da progressiva desindustrialização, crescente reprimarização da pauta exportadora, avanço de vertentes políticas neofascistas e da interferência direta do grande capital transnacional no Brasil. São diversas e complexas frentes de análise, que, no entanto, não se desvencilham na concertação política, social e econômica atual – todavia, histórica e estruturalmente conformada – que perplexifica parte do campo progressista. Especialmente quando aparentemente contrastamos o cenário da primeira década e meia do atual século, com sua segunda metade.

Nosso argumento, no entanto, vai na direção de apontar a gestação da crise democrática no seio da social-democracia e da desestruturação produtiva a partir do projeto neodesenvolvimentista neoextrativista. O denominador comum dessas contradições é a própria lógica de produção e reprodução capitalista, baseada no lucro e na exploração, com o devido reconhecimento das diversas facetas de seus mecanismos de reprodução ampliada na realidade de uma economia periférica, latino-americana, bem como em uma etapa monopolista e financeirizada do desenvolvimento capitalista. A postura dos governos mais progressistas e alinhados à vontade popular - governos PT - em relação à região, nos dão uma pista do *modus operandi* do Estado sobre a Amazônia: o preterimento ao desenvolvimento social da região, o estímulo ao latifúndio e a retomada de grandes projetos, como a construção da UHBM, são exemplos da expressão do pacto conciliatório empreendido durante os governos PT (Marques, G. 2019). Contudo, o projeto de apropriação de valor da região remonta ao período colonial e sua expressão neoliberal pode ser ativamente traçada à presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com seus projetos de liberalização econômica e desvalorização de ativos, que representa chamarisco à grilagem internacional e à estrangeirização de terras (Leal, 2010; Delgado, 2012; Marques, G. 2019).

Nessa esteira, a virada neoconservadora, representada nacionalmente pelos governos Temer e Bolsonaro, adquire caráter de adoção irrestrita aos preceitos neoliberais econômicos,

abertamente entreguistas no que diz respeito aos recursos naturais, e que não se furta de retóricas e ações extremamente violentas de avanço sobre as fronteiras naturais e contra todos que se coloquem a frente (ambientalistas, povos tradicionais, legislação) (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Utilizam de retórica supostamente anti-globalista, mas extremamente alinhados aos interesses do capital transnacional, e moralmente conservadora para angariar a opinião pública e aglutinar as frustrações de uma população economicamente fragilizada pela crise estrutural do capital e das elites agrário-mineral-financeiras, que enfrentam a queda de seus rendimentos com a desvalorização dos ativos nos mercados financeiros internacionais (Harvey, 2004; RIBEIRO, AMARAL, LOURAL, 2019).

É preciso, todavia, compreender as raízes estruturais do problema que circunda a questão agrária no Brasil no século XXI, enquanto também herança histórica da colonização e expressão das relações de dependência, para fundamentalmente buscarmos um modelo de produção agropecuária nacional que não se alinhe aos interesses do capital transnacional e não angarie ainda maior poder decisório para as burguesias transnacionais e internas sobre o futuro, mais que da alocação dos recursos naturais, da sua própria preservação. Bem como para a garantia real de direitos ao campesinato, aos povos indígenas, quilombolas, e extrativistas-tradicionais, que atuam de frente para a proteção dos biomas e para a segurança alimentar brasileira.

Para compreendermos a estruturalidade da questão agrária brasileira e do projeto saqueador da Amazônia, voltamos, ainda no 1º capítulo do presente trabalho, na investigação sobre a inserção subordinada brasileira no capitalismo. Buscamos analisar como o país - bem como todo o território latino-americano - integra o impulso inicial da acumulação primitiva e de estabelecimento do capitalismo enquanto sistema econômico hegemônico mundializado. Pudemos observar as tendências gerais de expansão e internacionalização do capital, que se vale da colonização e do imperialismo, em diversos momentos históricos, para garantir a reprodução ampliada e a maximização da captura de excedentes (Hilferding, 1975; Lenin, 2010; Marx, 2013).

Apontamos, ainda, para o estabelecimento de relações de subjugação - inicialmente coloniais e baseadas na reserva patrimonial e, posteriormente, por mecanismos mais sofisticados, quando da independência formal do continente - entre centro e periferia no capitalismo, que pressupõem as próprias possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas nas economias centrais (Marini, 1981). Bem como os mecanismos que servem à

perpetuação da dependência em si, como a superexploração do trabalho e dos recursos naturais, o intercâmbio desigual, a deterioração dos termos de troca e a própria DIT. E pudemos observar como esses mecanismos se adaptam conjuntamente e servem à eventual resolução das crises cíclicas de acumulação de capital. Exemplos disso são a industrialização impulsionada pelas políticas desenvolvimentistas da segunda metade do século XX e a posterior tendência à reprimarização das pautas exportadoras latino-americanas – em especial a brasileira – com o processo de financeirização do capitalismo (Delgado, 2005; Paulani, 2012; Tavares, 2016).

Na direção dos processos de reprimarização da pauta exportadora, apontamos o desenvolvimento dessa tendência, ainda ao final da década de 1960, com o projeto de modernização técnica-conservadora da agropecuária nacional e o paulatino estabelecimento de redes agroindustriais, com forte patrocínio dos governos ditatórias (Delgado, 2005; Marques, 2019). Projeto modernizante, esse, que visava o refreamento dos movimentos do campo de luta pela reforma agrária e de oposição ao regime ditatorial militar, bem como a maximização da captura de excedente pelas burguesias interna e estrangeiras (Delgado, 2012). Quanto a esse último ponto, destacamos a crescente entrada do capital internacional nas fronteiras naturais amazônicas, seja com a expansão da fronteira verde pelo Mato Grosso, seja pelos grandes projetos minerais e energéticos ao norte (Delgado, 2005; Marques, 2019).

A partir desse impulso inicial e com a chamada reestruturação produtiva, advinda da financeirização do regime de acumulação capitalista e do fenômeno da globalização, vimos, já no 2º capítulo, como o Brasil integra a nova DIT, pelo desenvolvimento de uma política econômica nacional voltada ao estímulo à agroindústria e ao extrativismo, bem como com a adoção de políticas liberalizantes da economia e adoção do pacote neoliberal impelido pelas grandes instituições financeiras multilaterais, como FMI e BM (Gowan, 2003; Delgado, 2012). Trata-se, inicialmente, de uma inserção passiva no capitalismo financeirizado, que constitui o movimento de adequação disciplinarização das economias dependentes a essa nova etapa do desenvolvimento capitalista (Paulani, 2012). Posteriormente, o Brasil tentará um processo de inserção ativa, que pressupõe uma estratégia de lançamento internacional enquanto plataforma de valorização financeira, ancorado na exportação de *commodities* para o equilíbrio do balanço de pagamentos (Delgado; Paulani, 2012).

Por outro lado, o Brasil busca também lançar-se como potência ambiental, como maneira de adquirir relevância num contexto internacional de emergência de uma nova geopolítica ambiental, pautada pelo conservacionismo e pelo *onguismo* imperialista (Camely,

2018). Nesse contexto, a Amazônia passa a integrar outra frente estratégica de acumulação: a de reserva de valor futuro. O que vemos basicamente, portanto, é um avanço da fronteira verde para o Norte – iniciada com o comércio madeireiro e a expansão das áreas de pastagens – por um lado, acompanhada do estabelecimento massivo de áreas de proteção parcial ou permanente na porção oriental amazônica (Delgado, 2012; Camely, 2018, Marques, 2019). O que conforma, de uma maneira ou de outra, a entrada do grande capital transnacional pelas fronteiras amazônicas e o progressivo controle desses recursos por agentes do imperialismo ou pela burguesia interna associada. Assim, estabelece-se um verdadeiro pacto de economia política em torno ao agronegócio nacionalmente, que prevalece mesmo durante os governos PT. Aliás, se expande e se estrutura como projeto de desenvolvimento nacional, no período. E que anda lado a lado com um conservacionismo voltado aos ganhos financeiros e ao controle e gestão de recursos naturais.

Ao longo do 3º e último capítulo do presente trabalho, analisamos justamente os desdobramentos do estabelecimento de uma economia do agronegócio no século XXI para a Amazônia brasileira, bem como para o cenário político, econômico e social nacionais. O apoio praticamente irrestrito do Estado ao desenvolvimento do agronegócio e a aproximação de um governo retoricamente popular com lideranças ruralistas patronais, nos indicam o caminho da conciliação de classes que permitiu a consolidação do que Pompeia (2020) denomina concertação política do agronegócio. Apontamos como essa sofisticada articulação de interesses de classe das burguesias voltadas ao agronegócio, representam braço nacional da hegemonia do capital transnacional (Gill; Law, 1989; Pompeia, 2020). Ou seja, como esboça-se, realmente, uma conformação de interesses por parte de uma classe capitalista essencialmente rentista e, agora, desterritorializada, que busca a captura de excedentes nas frentes mais lucrativas, globalmente (Harvey, 2004). No Brasil, isso se expressa com uma forte guinada neoextrativista, que integra o chamado Consenso das *commodities* (Svampa, 2019).

Dessa forma, ao longo do século XXI, mas especialmente de 2010 em diante, podemos observar uma cada vez maior organização institucional dos agentes do agronegócio, no interior de importantes organismos agregadores, como a ABAG, a FPA, o IPA e até mesmo a Fiesp (Pompeia, 2017). Através de sua progressivamente organizada e massiva presença no Congresso Nacional, os principais representantes das burguesias ligadas ao agronegócio no Brasil, avançam com suas pautas sobre as questões agrária e indígena, conquistando inúmeras vitórias, no que diz respeito à desagregação dos mecanismos de proteção ambiental e de

patrocínio estatal a suas atividades (Delgado, 2012; Pompeia, 2017; Valle; Narciso, 2020). Movimentos que se exacerbam com a tendência a queda das taxas de lucro, desencadeada pela crise financeira de 2008 e pelo arrefecimento da expansão da demanda chinesa, e culminam na retomada neoconservadora e neoliberal, ilustrada por Michel Temer e Jair Bolsonaro (Pompeia, 2017; Valle; Narciso, 2020).

Podemos observar o conjunto de reformas empreendidas, primeiramente durante o governo Temer, em favor da retomada da acumulação de capital no Brasil e a despeito dos direitos dos trabalhadores: Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Novo Regime Fiscal e Nova Política para a Petrobrás (Ribeiro, Loural, Amaral, 2020). É perceptível também o progressivo esvaziamento dos órgãos e instrumentos de proteção ambiental, especialmente da Amazônia, que se converte na grande nova frente de expansão do capital (Marques, 2019; Bonfim; Packer, 2021). O que se comprova ainda pelos projetos logísticos voltados ao arco norte, pela tentativa de retomada da construção da Ferrogrão e pela prevalência dos portos de Santarém e Barcarena para o escoamento de grãos, bem como pela explosão dos conflitos fundiários, violência no campo e assassinato de lideranças camponesas, quilombolas e indígenas (Brasil, 2017; Rede Xingu+, 2024a; CPT, 2017; 2018). Cenário que, com um todo, só se intensifica durante o governo Bolsonaro, enquanto verdadeiro projeto de terra arrasada, que conforma a abertura das porteiras à passagem da boiada, como ilustrado pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em infame reunião de gabinete.

Buscamos, assim, traçar um panorama geral da questão agrária brasileira na Amazônia no século XXI e as condicionantes da aceleração de um projeto de saqueio sobre um território progressivamente vulnerabilizado pelo cenário político-econômica, social e ambiental. Voltamos às raízes históricas que conformam a conjuntura do período selecionado, a fim de apontarmos a estruturalidade de um problema essencialmente de economia política, que encontra claros e restritos limites de superação por dentro da estrutura capitalista. Nosso argumento foi construído, ainda, na direção de demonstrar a insolubilidade das prementes questões ambientais que nos permeiam, através de pontuais reformas, especialmente em uma economia periférica compelida por um imperialismo que se manifesta em todas as frentes possíveis: seja por meio de uma nova geopolítica ambiental, pela entrada do capital financeiro nas economias nacionais, ou pelo avanço do neofascismo como instrumento violento da acumulação por espoliação. Tendo em vista o acirramento das contradições e da crise estrutural do capital, a emergência ambiental e a centralidade da Amazônia nesse debate, devemos voltar nossos olhares para os movimentos de resistências e para o registro histórico das lutas que se

travam diariamente num território que se configura como uma das principais frentes de conflito da luta de classes no Brasil atualmente. A insistência em persistir e sobreviver, mediante a violência irrestrita, o epistemicídio e o memoricídio, nos indicam a direção possível de retomada popular frente ao avanço irrefreado de um capitalismo senil, que se expande às custas da vida e das possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- ABAG. Plano Estratégico 2002-2010. Em: **Anais CBA**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://abag.com.br/1-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- _____. Construindo Estratégias. Em: **Anais CBA**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://abag.com.br/2-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- _____. Criando Vantagens Competitivas. Em: **Anais CBA**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://abag.com.br/3-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- _____. Alimentos, Energias e Sustentabilidade. Em: **Anais CBA**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://abag.com.br/4-congresso-brasileiro-de-agribusiness/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- _____. Brasil: um só Agronegócio. Em: **Anais CBA**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://abag.com.br/6-congresso-brasileiro-do-agronegocio/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- Abiove. **Nossos associados**. 2024. Disponível em: <<https://abiove.org.br/associados/>>. Acesso em: 14 mar. 2024
- AGROSTAT. **Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. 2024. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Beno. **Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.
- Associação Indígena Pariri. **[Carta redigida à Agência Nacional de Transportes Terrestres]**. Destinatário: ANTT. Cuiabá, 2017. carta. Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/142/edit/2020-08/2017-12_carta-munduruku-antt.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024
- BARRETO, Eduardo Sá. **O Capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BARRETO, Pedro. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (org.). Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. Em: **Desafios do Desenvolvimento**. Eventos internacionais Compensa investir? Brasília, v. 56, n. 7, p. 82-83, 10 dez. 2009. Trimestral. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2306:edicao-no-56&catid=1&Itemid=5>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga; Almeida, Júlio Gomes de. Como recuperar o vigor industrial. Em: **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior, 2015. p. 23-35.
- BORGES, André. **Arrendamento ilegal de terras indígenas compromete 3,1 milhões de hectares**. O Estado de S. Paulo, 9 dez. 2018, Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,arrendamento-ilegal-de-terras-indigenas-compromete-3-1-milhoes-de-hectares,70002638408>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Brasil. **DECRETO-LEI N° 1.106, DE 16 DE JUNHO DE 1970.** Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do impôsto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 16 jun. 1970. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.106%2C%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 5 mar. 2024.

_____. **Decreto Legislativo nº 2, de 4 de fevereiro de 1994.** Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.. Convenção Sobre Diversidade Biológica - Cdb. 25. ed. Brasília, 4 fev. 1994. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/component/k2/item/7513-convencao-sobre-diversidade-biologica-cdb.html>. Acesso em: 5 dez. 2023.

_____. **Lei N° 12.651, de 25 de Maio de 2012:** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 25 mai. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 21 fev. 2024.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição 187/2016.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077621#:~:text=PEC%20187%2F2016%20Inteiro%20teor,Proposta%20de%20Emenda%20%C3%A0%20Constitui%C3%A7%C3%A3o&text=Acrescenta%20o%20C2%A78%C2%BA%20ao,produzido%20e%20gerenciar%20sua%20renda.>>>. Acesso em: 04 mar. 2024

_____. **Lei N° 13.429, de 31 de Março de 2017:** Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.a

_____. **Lei N° 13.465 de 11 de Julho de 2017.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. Acesso em: 12 fev. 2024.b

_____. **Lei N° 13.467, de 13 de Julho de 2017.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.c

_____. **Lei nº 13.452 de 19/06/2017:** Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 20 jun. 2017. Disponível em: <[https://legis.senado.leg.br/norma/17708893#:~:text=Altera%20os%20limites%20do%20Parque,de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20Rio%20Branco.&text=MEIO%20AMBIENTE%20.&text=ALTERA%20%C3%87%C3%83O%20%C2%20LIMITE%20GEOGRAFICO%20%C2%20PARQUE%20NACIONAL,%20%20PARA%20\(PA\)%20.>](https://legis.senado.leg.br/norma/17708893#:~:text=Altera%20os%20limites%20do%20Parque,de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20Rio%20Branco.&text=MEIO%20AMBIENTE%20.&text=ALTERA%20%C3%87%C3%83O%20%C2%20LIMITE%20GEOGRAFICO%20%C2%20PARQUE%20NACIONAL,%20%20PARA%20(PA)%20.>)>. Acesso em: 10 mar. 2024.d

_____. **Decreto N° 9.741 de 29 de Março de 2019.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

2022/2019/decreto/D9741.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.741%20DE%2029,2019%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 10 fev. 2024a

_____. **Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 18 jun. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 02 mar. 2024b

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999>>. Acesso em: 04 mar. 2024c

_____. Constituição (2021). **Projeto de Lei nº 2159, de 18 de maio de 2021.** Brasília, DISTRITO FEDERAL, 18 maio 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8979282&ts=1633440809722&disposition=inline>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BONFIM, Joice; PACKER, Larissa. **Presidência e parlamento a serviço dos grileiros:** legislar para grilar. Agro é Fogo, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/presidencia-e-parlamento-a-servico-dos-grileiros-legislar-para-grilar/>>. Acesso em: 25/02/2022.

CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CAMPOS, Pedro. **Câmara cria CPI para investigar atuação da Funai e do Incra:** Deputados contrários à aprovação da PEC da Demarcação de Terras Indígenas contestam e apresentam recurso para suspender a instalação. Brasília: Agência Câmara de Notícias. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/474994-camara-cria-cpi-para-investigar-atuacao-da-funai-e-do-incra/>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. **Análise Econômica**, v. 26, n. 49, 2008. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10901>

CARTA CAPITAL (Brasil). **PEC 215 é aprovada em comissão da Câmara:** quais os próximos passos? 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-215-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quais-os-proximos-passos-6520/>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CHESNAIS, François. **Finance Capital Today:** Corporations and Banks in the Lasting Global Slump. Londres: Brill, 2016. <https://doi.org/10.1163/9789004255487>

CNA. **28ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA (COP28-UNFCCC): POSITION PAPER DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA).** COP 28: Brasília. out . 2023. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/Position_Paper_do_Setor_Agro_Brasileiro_Cop28.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024

CNPE. Brasil. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2017.** 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/arquivos/2017/resolucao_cnpe-7-cnpe_conteudo_local.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COALIZÃO. **Coalizão cria campanha em defesa do Código Florestal, que enfrenta desafios no Congresso para sua implementação.** 2019. Disponível em: <https://coalizaobr.com.br/coalizacao-cria-campanha-em-defesa-do-codigo-florestal-que-enfrenta-desafios-no-congresso-para-sua-implementacao/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.a

_____. **Campanha “Seja Legal com a Amazônia” pede fim de roubo de terras públicas.** 2019. Disponível em: <<https://coalizaobr.com.br/campanha-seja-legal-com-a-amazonia-pede-fim-de-roubo-de-terras-publicas/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.b

_____. **SOBRE NÓS.** 2024. Disponível em: <<https://coalizaobr.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COSME, Claudemir Martins. Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrareforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe. Em: LUZ, Cássia Regina da Silva et al. **Conflitos no Campo Brasil - 2017.** Goiânia: CPT Nacional, 2017.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. Em: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terras e territórios na Amazônia:** demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

COTA, Raimundo G. **Carajás:** a invasão desarmada. Cametá-PA: Novo Tempo, 2007.

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemony and International Relations:** an essay in method. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 162-175, jun. 1983. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298830120020701>.

Comissão Nacional da Terra. **Caderno Conflitos:** tabela 15-Assassinatos. CPT Nacional. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/3-cadernoconflitos>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **Questão Agrária no Brasil:1950-2003.** In: JACCOUD, Luciana (org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. 1. ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 1, p. 51-90.

_____. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1 ed. UFRGS Editora: 2012

Exame. **Com receio da esquerda, agricultura fecha apoio a Bolsonaro:** “Bolsonaro é quase unanimidade no setor”, disse Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja). Brasil. 28 set. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/com-receio-da-esquerda-agricultura-fecha-apoio-a-bolsonaro/>>. Acesso em: 07 mar. 2024

FAVERIN, Victor. **Moratória da Soja:** 97% do cultivo na Amazônia obedece critérios legais Acordo completa 17 anos de existência e tem contribuído para direcionar a produção de soja para áreas desflorestadas anteriormente ao pacto. Canal Rural. 09 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/moratoria-soja-97-cultivo-amazonia-obedece-criterios-legais/>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos; ROMERO, Lucy Mirtha Ketterer; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Violência e criminalização no campo na América Latina.** Em: LUZ, Cássia Regina da Silva et al. **Conflitos no Campo Brasil - 2017.** Goiânia: CPT Nacional, 2017.

FORLINI, Luana. Os produtores de soja e o primeiro ano do governo Bolsonaro. Em: PENHA, André Flores; VALLE, Pedro Felipe Narciso. **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro.** 1ª ed. Florianópolis, SC : Enunciado Publicações, 2021.

- FPA. **PAUTA POSITIVA – BIÊNIO 2016/2017**. 2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/pub/doc/Pauta-bancada-ruralista_2016-2017.pdf> Acesso em: 07 mar. 2024
- GILL, Stephen; LAW, David. **Global Hegemony and the Structural Power of Capital**. In: *International Studies Quarterly*, vol. 33, no. 4, pp. 475-99. 1989. <https://doi.org/10.2307/2600523>
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003
- GUDYNAS, Eduardo. Diez Tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Em: **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP-Claes, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismo, Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Bolívia: Claes - CEDIB, 2015.
- HALL, Anthony. O programa Grande Carajás – gênese e evolução. In: Jean Hebette. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- INCRA. **Instrução Normativa nº 88, de 13 de dezembro de 2017**. Brasília, DISTRITO FEDERAL, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_88_2017.pdf>. Acesso em: 01/03/2024.
- IPA. **Regimento Interno**. 2021. Disponível em: <<https://www.pensaragro.org.br/regimento-interno-do-ipa/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- KATO, Karina. **O Agronegócio e o Estado brasileiro: quem lucra quando a boiada passa?** Agro é Fogo, 2021. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/o-agronegocio-e-o-estado-brasileiro-quem-lucra-quando-a-boiada-passa/>>. Acesso em: 25/02/2024.
- LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R. e Marques, Gilberto (Org.). **Revista de Estudos Paraenses**. Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010.
- LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010. <https://doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9412>
- LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.
- LUIZ, Caio. **Atos Golpistas: grupo com empresários do agro articulou 8 de janeiro, diz relatório da ABIN**. Congresso em foco. 07 ago. 2023. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/grupo-com-empresarios-do-agro-articulou-8-de-janeiro-diz-relatorio-da-abin/#:~:text=Um%20relat%C3%B3rio%20da%20Ag%C3%AAncia%20Brasileira,8%20de%20janeiro%20de%202023>>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAIA, Cláudio. Assassinatos e violência no campo: a singularidade de 2017. Em: LUZ, Cássia Regina da Silva *et al.* CPT Nacional. **Conflitos no Campo Brasil - 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

MALHEIRO, Bruno. **Colonialismo interno e estado de exceção na Amazônia**: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. In: CADERNO DE GEOGRAFIA, v. 30, p. 74-98, 2020.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**: Para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p74-98>

MAPA. **Intercâmbio Comercial do Agronegócio**. Brasília: MAPA, 2007.

_____. **Intercâmbio Comercial do Agronegócio**: principais mercados de destino. Brasília: MAPA, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/arquivos-das-publicacoes/intercambio_comercial_do_agronegocio_principais_mercados_de_destino_edicao_2013.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024

_____. **Tereza Cristina dá posse a secretários com ministério fortalecido**: A ministra disse que um só ministério olhará para todos os produtores e que o país tem modelo ambiental a ser seguido. Brasil, 23 dez 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/tereza-cristina-da-posse-a-secretarios-com-ministerio-fortalecido>>. Acesso em: 25/02/2024

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: Riqueza, Degradação e Saque. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019

MARQUES, Luiz. **Capitalismo com colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.a

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.b

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.c

MATERIAL FLOWS. **Global trends of material use**. 2024. Disponível em: <https://www.materialflows.net/global-trends-of-material-use/>. Acesso em: 11 jan. 2024.a

_____. **Material stocks**: destination and source of raw materials. Destination and source of raw materials. 2024. Disponível em: <https://www.materialflows.net/material-stocks/>. Acesso em: 11 jan. 2024.b

MATOSO, Filipe; GOMES, Pedro Henrique. **Cai o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente**. G1, Brasília, 23/06/2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/bolsonaro-exonera-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: 25/02/2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas do agronegócio**, 2016.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Convenção Sobre Diversidade Biológica**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Ministério dos Transportes. **Corredores Logísticos Estratégicos**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/planejamento-integrado-de-transportes/politica-e-planejamento/cle>> Acesso em: 05 mar. 2024

MITIDIERO, Marco; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021. Disponível em: <<https://brasil.fes.de/publicacoes/5.html?cHash=e5cc473c729922ea33a5c922cdc88810>>. Acesso em: 06/12/2023.

MOREIRA, Gilvander. **Marco temporal: terra para os povos indígenas ou para o agronegócio devastador?** Dom Total, 01/04/2021. Disponível em: <<https://domtotal.com/artigo/9614/2021/09/marco-temporal-terra-para-os-povos-indigenas-ou-para-o-agronegocio-devastador/>>. Acesso em: 25/02/2021.

MST. **O Governo Lula foi o que mais assentou famílias na história do Brasil: confira 10 coisas que você precisa saber sobre o Lula e a Reforma Agrária**. MST Notícias. 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 06/02/2024.

MTPA. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos: Complexo de Soja e Milho**. Brasília: MTPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio_corredores_logisticos_sojamilho_v1-2.pdf> Acesso em: 01 mar. 2024

MURER, Beatriz Moraes; FUTADA, Silvia de Melo. Instituto Socioambiental. **Unidades de Conservação no Brasil: painel de dados**. Painel de Dados. 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#ambiente>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NICOLAV, Vanessa. **O que passou na ‘boiada’ de Ricardo Salles durante a pandemia?** Brasil de Fato, São Paulo, 9 294 jun 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 14 jul. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PARAIZO, Maria Angélica. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas. Em: PENHA, André Flores; VALLE, Pedro Felipe Narciso. **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. 1ª ed. Florianópolis, SC : Enunciado Publicações, 2021.

PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: Boletim de Economia e Política Internacional, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA

_____. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? Em: **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 135-155, jan.-jun. 2017.

PEREIRA, Bartolomeu Braz. Aprosoja. **O que nos espera em 2019?** Por Bartolomeu Braz Pereira. 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/12/18/o-que-nos-espera-em-2019-por-bartolomeu-braz-pereira/>>. Acesso em: 13 mar. 2024b

PEREIRA, Carolina de Freitas. Agronegócio e segurança jurídica no campo: cenários e gestão das “questões” indígenas e quilombolas. Em: RAUBER, Marcelo Artur Rauber *et al.* **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

PINTO, Luís Fernando Guedes *et al.* Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. Em: **Sustentabilidade em Debate**. n. 10. Piracicaba: Imaflora, 2020. 21p.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

_____. **CONCERTAÇÃO E PODER: O agronegócio como fenômeno político no Brasil**. São Paulo: USP, 2020.

_____. A inserção de terras indígenas demarcadas em cadeias de commodities agropecuárias. Em: RAUBER, Marcelo Artur Rauber *et al.* **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

_____. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. Em: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Questions du temps présent**. 13 out. 2023. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/93843>>. Acesso em: 14 mar. 2024

Rede Xingu+. **CORREDOR LOGÍSTICO TAPAJÓS-XINGU**. 2022. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/obra/corredor-logistico-tapajos-xingu>> Acesso em: 10 fev. 2024

_____. **FERROGRÃO (EF-170) - TRECHO: SINOP/MT - ITAITUBA/PA**. 2024. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/obra/ferrograo-ef-170-trecho-sinopmt-itaitubapa>> Acesso em: 08 fev. 2024a

_____. **Mapa da volta grande do Xingu**. 2024. Disponível em: <[https://xingumais.org.br/observatorios/degradacao?l=Bacia+do+Xingu&l=Corredor+do+Xingu&l=Terra+Ind%C3%ADgena&l=UC+Estadual&l=UC+Federal&l=Ferrogr%C3%A3o+\(EF-170\)&b=&y=-7.852498637813016&x=-55.38208007812501&z=6&t2=0&t4=0&t0=0&t1=0&t7=0&t8=0&t5=0](https://xingumais.org.br/observatorios/degradacao?l=Bacia+do+Xingu&l=Corredor+do+Xingu&l=Terra+Ind%C3%ADgena&l=UC+Estadual&l=UC+Federal&l=Ferrogr%C3%A3o+(EF-170)&b=&y=-7.852498637813016&x=-55.38208007812501&z=6&t2=0&t4=0&t0=0&t1=0&t7=0&t8=0&t5=0)> Acesso em: 08 fev. 2024b

REIS, Thiago; RAMALHO, Renan. **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC, meta é 120 mil até 2018**: no 1º mandato, foram 107 mil; nova presidente do INCRA tomou posse. para CPT, há retrocesso e abandono da reforma agrária; governo nega. G1. São Paulo, 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

Retail Soy Group *et al.* **Uma carta aberta sobre a proteção da Amazônia**. 19 mai. 2020. Disponível em: <https://www.proterrafoundation.org/wp-content/uploads/2020/06/Letter-from-Business-on-Amazon_Portuguese.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024

RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo reloaded: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. Em: **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política**. 2020. Disponível em: <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep_teste/uploads/1308_1583717191_ArtigoSEP_final_CoMIdentifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf>. Acesso em: 17/06/2021.

ROLANDO, Débora. **Estudo revela as falsas soluções da Cargill para conter o avanço das mudanças climáticas**. Terra de direitos. 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-revela-as-falsas-solucoes-da-cargill-para-conter-o-avanco-das-mudancas-climaticas/23674>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SAUER, Sérgio; OLIVEIRA, Karla R. A. Extractivismo agrario en el Cerrado brasileño. Em: **Extractivismo agrario en América Latina**. São Paulo: Clacso, 2022.

SINDIVEG. **Quem somos**. 2024. Disponível em: <<https://sindiveg.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SLIPAK, Ariel. “La expansión de China en América Latina: incidencia en los vínculos comerciales argentino-brasileros”. **Congreso de Economía Política Internacional**. Universidad Nacional de Moreno, Buenos Aires. 2014

SUCESO NO CAMPO (Brasil). **SOBRE NÓS**. 2024. Disponível em: <https://www.sucessonocampo.com.br/sucesso-no-campo/>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson Luís Rebelo; MARTINS, Carmentilla das Chagas. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. IPEA. Code 2011. Em: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011. Acesso em: 21 dez. 2023.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: Calas, 2019. Universidad de Guadalajara.

TAVARES, Maria da Conceição. The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil. In: **Eclac Thinking: Selected Texts (1948-1998)**. United Nations, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40881?locale-attribute=en>>. Acesso em: 03/03/2022.

TONI, Graciliano. Fiesp. **NO COSAG, PAULO SKAF DEFENDE UNIÃO EM TORNO DO AGRONEGÓCIO**: Reunião teve como temas o momento político e a aquisição de terras por estrangeiros. 2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/no-cosag-paulo-skaf-defende-uniao-em-torno-do-agronego>. Acesso em: 05 mar. 2024.

TRINDADE, José Raimundo. **Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

USAID. **Biodiversity Conservation: A Guide For Usaid Staff And Partners**, 2005. Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNAE258.pdf/. Acesso em: 15/01/2024

UNEP IRP. **Global Material Flows Database**. 2024. Disponível em: <https://unep-irp.fineprint.global/mfa?perPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VALLE, André Flores Penha. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-16. Em: PENHA, André Flores; VALLE, Pedro Felipe Narciso. **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. 1ª ed. Florianópolis, SC : Enunciado Publicações, 2021.

VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. Pós-fácio: Do neodesenvolvimentismo ao neofacismo. Em: PENHA, André Flores; VALLE, Pedro Felipe Narciso. **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. 1ª ed. Florianópolis, SC : Enunciado Publicações, 2021.

VERÍSSIMO, A. *et al.* **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.

WWF. **Programa ARPA: conheça o arpa. Conheça o Arpa.** 2015. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/areas_protegidas_na_amazonia/arpa/. Acesso em: 15 jan. 2024.